Gustavo
Barroso

Portugal Semente
de Impérios

Gustavo Barroso

PORTUGAL SEMENTE DE IMPÉRIOS

Editora Getulio Costa

A Luciano Ribeiro,

meu amigo.

ÍNDICE

I — A TAPEÇARIA DOS CENTENÁRIOS

II — O ROSÁRIO DAS PEDRAS QUE FALAM

III — AS MENSAGENS DO ROSARIO:

IV — AS PALAVRAS DITAS PELO CORAÇÃO

"Portugueses de aquem e alem mar; vós todos que trazeis, onde quer que estejais, Portugal no coração, os da Metrópole, onde a mão de Deus pôs o berço da Nacionalidade; os que continentes e mares separam dele sem os desunir da Pátria, habitantes desses pedações dela que são a sua imagem refletida noutros continentes e entre outros povos; e os que andais espalhados por todas as partes do mundo que nossos antepassados aumentaram e alargaram, devassando o mistério dos mares tenebrosos (que a tantos deles amortalharam no imenso lençol das suas águas profundas), e restituindo à terra e a Deus as opulentas terras longínquas, ignoradas ou inacessiveis; — e vós, Brasileiros nossos irmãos, que aqui no solar da raça, *como lhe chamou um dos vossos, não sois estrangeiros, pois a nossa história é apenas o prefácio da vossa, e aí sob a luz brilhante do Cruzeiro do Sul, continuais, na mesma língua, na mesma Fé, no mesmo Sangue, uma epopéia que*

quisestes escrever só por vossas mãos; — portugueses, brasileiros; ouví! ouví! ouví!"

Palavras de Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa na velha Sé da Cidade, no dia da inauguração das Comemorações Centenárias).

"Nesta marcha através da História criamos três impérios: o Império brilhante do Oriente que tem para nós a fascinação dourada de uma empresa que mede a audácia e o brilho de um povo; criamos o Império do Brasil, em que revelamos o sentido que possuíamos da obra civilizadora e que constitue um alto orgulho para nós, pelo grande contributo que o Brasil presta hoje à Civilização; e, afinal, o Império da África, de que nos podemos justamente envaidecer, pois em iguais paragens outros não fizeram mais nem melhor. Foi nossa grande parte do Mundo..."

(Palavras do Chefe do Estado Português, General Carmona, na Câmara Municipal de Lisboa, a 2 de junho de 1940).

"Passam pelo espírito séculos em revoada — os oito séculos da vida de Portugal — com seus reis e cavaleiros, seus descobridores e seus legistas, seus capitães e seus nautas, seus heróis e seus santos, sofrimentos e glórias, esperanças

e desilusões. Passam séculos, e o português a expulsar o invasor, a firmar a fronteira, a cultivar a terra, a alargar os domínios, a descobrir a Índia, a apostolizar o Oriente, a colonizar a África, a fazer o Brasil — glória da sua energia e do seu gênio político."

(Palavras do Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar, na cerimônia da Fundação, em Guimarães, a 4 de junho de 1940).

I

A TAPEÇARIA DOS CENTENÁRIOS

> "Construir é afirmar. E quem *afirma*, sobrevive-se, quase que atinge os limiares da verdadeira Imortalidadt, triunfando da aniquilação caduca do ser".
>
> ANTÔNIO SARDINHA

AS COMEMORAÇÕES DE GUIMARÃES

A um homem, somente pode ser dado uma vez na vida presenciar espetáculo igual ao das festas comemorativas da Fundação de Portugal diante das pedras veneraveis do castelo de Guimarães. E' ainda com a alma cheia de emoção que procurarei sucintamente descrevê-las. Sucintamente e mal, porque às palavras falta o colorido, ao mesmo tempo medieval e moderno, que as vestiu, e não teem força para exprimir a ligação mística entre o Presente e o Passado, que só aos corações é permitido sentir e compreender. O berço de pedra de Portugal, em verdade, é tambem o berço do Brasil. Alí remotamente se enterram na gleba vetusta as raizes da grei e das dinastias que se libertaram do poder castelhano, fizeram vida à parte, devassaram os mares e semearam impérios nas terras ignotas e bravias.

Povoadas as quadrelas do velho castelo de Mumadona de guerreiros de camalho e lança, evocando o século XII, ecoaram na manhã cinzenta e doce, ao alto da quadrada torre de menagem, as charamelas de antanho, e, logo, a vasta quadra fronteira ao burgo se povoou de imensa multidão

emoldurada de marinheiros e de soldados, com as bandeiras do Exército Português desfraldadas ao vento. Na tribuna oficial, o Governo e a Embaixada Especial do Brasil. De cem mil bocas, num entusiasmo indescritível, voaram as aclamações, coro de bronze a lançar para o espaço as expansões dos corações agradecidos e das almas em festa do Novo Portugal, saudando o Portugal de outras eras:

— Salazar! Salazar! Salazar!
— Carmona! Carmona! Carmona!
— Portugal! Portugal! Portugal!
— Viva Portugal!
— Viva o Brasil!

Cem mil bandeirinhas brancas crucigiadas de azul borboleteavam no espaço, recordando os pendões feudais que tremularam ao vento das batalhas em São Mamede e no campo do milagre de Ourique. Ao lado, o castelo silencioso e escuro como que se recolhia e se tornava maior, berço dum povo de heróis e de mártires que ofereceu mundos ao mundo. A voz daquele silêncio de pedra era a voz mais alta que alí se ouvia, porque nela se continha o hálito de oito séculos.

De repente, a áspera e pedrenta colina em que assentam barbacãs, cubelos e muros crenulados se animou e coloriu com um cortejo florido. À frente, lentos carros de bois com as ornamentais cangas minhotas, carregados de flores. Depois, milhares de camponeses nos seus festivos trajes regionais, trazendo enormes cestas de flores à cabeça, cantando como cotovias no céu azul. E um mar de rosas, de gerânios, de papoulas, de giestas e de cravos afogou os venerandos alicerces crava-

na rocha. A um sinal imperceptível, as cestas foram despejadas no chão, as campônias agitaram bandeirinhas brancas cruzeladas de azul e uma [illegible] de galhardetes beijou as muralhas, no alto das quais se perfilavam com suas lanças apendoadas de flâmulas os homens de armas de antanho. As camponesas multicores escoaram-se para um e outro lado como flores humanas que caminhassem e uma alcatifa variegada ficou estendida até os muros do castelo. A multidão de pé bradava em delírio:

— Portugal! Portugal! Portugal!

A Fé associava-se ao Império naquela magna celebração da Vida Extraordinária dum Povo. Ao fundo do mar de flores, emergia encostada à muralha feudal uma filigrana de ouro estrelejada de círios: o altar, tomado aos castelhanos pelo mestre de Aviz em Aljubarrota, completando o grande altar de pedra que era o castelo de Afonso Henrique. Diante dêle, rodeado de murças, roquetes e sotainas, sentado na sua alta cadeira de espaldar, o Cardeal Patriarca de Lisboa. Repicaram sinos. Ouviu-se o som dum órgão, e, sob o pálio carmezim e dourado, o Arcebispo Primaz de Braga veio celebrar a missa campal. O povo pôs-se de joelhos. Na elevação, a artilharia salvou, as bandas tocaram a Portuguesa e nuvens de pombos em revoada cobriam as torres milenárias. A procissão dos Príncipes da Igreja, coroada de pálios, de mitras, de báculos e de cruzes alçadas deixou a colina do castelo, que avultou solitário no meio do silêncio comovido de quantos ali estavam com os olhos fitos nos seus adarves.

Outro clangor de tubas no cirado da torre de menagem, onde o vulto de Salazar surgiu sozinho, afim de pronunciar o discurso oficial. Não é possivel descrever o delírio das aclamações. Findo o discurso, um vulto militar, tambem sozinho, o general Carmona, içou no alto mastro a bandeira da Fundação do Reino, azul e branca. Terceiro vulto, ainda sozinho, todo de rubro, com a mitra e o báculo a faulharem no espaço, lançou à multidão ajoelhada a Benção da Igreja:

— Em nome do Padre, do Filho e do Espirito Santo!

Ao meu lado, Batalha Reis apertou-me o braço e murmurou:

— Parece-me que estamos chorando...

Um jornalista perguntou-me à queima-roupa:

— Qual a impressão de V. Ex.?

— Somente em oito séculos se pode preparar uma festa assim!

Durante o dia, atupida de gente, a velha cidade de Guimarães estuou de contentamento. Música por toda parte. Camponeses dansando a chula e o vira em todas as praças. Grupos a tocar e a cantar por todas as vielas. Colchas de seda e damasco em todos os balcões. Bandeiras. Flores. Comezaina. Vinhaça. Touradas. Até as pedras góticas da igreja de Nossa Senhora da Oliveira como que se vestiam de sorrisos nas suas cinzeladuras seculares.

Pela manhã, a Emoção, a Festa da Terra, da Raça, da Fé e do Império. A Terra deitando flores ao castelo pela mão da sua Grei. A Raça vibrando n[illegible]sia e nos clamores da multidão. O Impé-

dos de naus e de caravelas que navegavam na noite. Enfim, grandes letreiros de fogo:

— Portugal! Portugal! Portugal!

E de todos os pontos do castelo, e de todos os ângulos da vasta praça fronteira desabrocaram fogos de artifício, enchendo o ceu noturno de flores e de estrelas de ouro, de prata, de rubí, de ametista e de esmeralda. Quando tudo se apagou na noite negra e profunda, somente o velho castelo ficou iluminado como um Sonho de Pedra.

Passando rente a mim, António Ferro bateu-me no ombro e perguntou:

— Que tal?

Maurício Maeterlinck, que o acompanhava, repetiu a pergunta, acrescentando:

— "Je suis ravi"!

E eu respondí, como pela manhã ao jornalista:

— Foram precisos oito séculos para se preparar isto!

A LÍNGUA PORTUGUESA: PÁTRIA E AMOR

Entre as comemorações centenárias de Portugal em 1940, aquela que mais poderia emocionar um brasileiro foi a glorificação da Língua Portuguesa. Porque foi mais do que a festa da Raça, foi a festa duma Pátria-Maior, que, além de reunir os homens que o mar separa e a falam na Europa, na Ásia, na África, na América e na Oceania, integra em todas essas paragens, no mesmo movimento contínuo de coesão e estratificação, elementos das mais várias procedências amalgamados num corpo único, num pensamento comum.

O pontífice magno, a expressão suprema de beleza e de grandeza dentro dessa imensidade, em que palpitam já mais ou menos setenta milhões de homens, é Luiz de Camões — um dos *homens-oceanos*, de que falava Vitor Hugo.

"A mais esplêndida prova do gênio — disse lord Macaulay nos "Ensaios" — é o grande poema florescido num século de alta civilização". No vasto e tumultuário panorama da História, a Portugal não faltou essa consagração definitiva. *Os Lusíadas* — poema e enciclopédia, guardam, como as conchas, o eterno rumor dos mares tenebrosos,

caminhos das epopéias dos descobrimentos, e nasceram depois que o pequenino reino lusitano atingiu aquele pincaro de riqueza e poder, do qual os maus fados o precipitaram nos ensanguentados areiais de Alcacer-Quibir.

Camões é o derradeiro e mais precioso fruto de ouro da época dos descobrimentos e das conquistas, o flamejar do espírito do Renascimento incendiando a alma e a língua da Raça, guerreiro, amante, infeliz, desconsolado de si como todos os outros bandeirantes dos oceanos e dos sertões, nunca desconsolado, porém, do grande sonho de Fé e de Esperança, inapagavel glória da sua gente.

Desde os rudes inícios do Mundo, os grandes gênios poéticos marcam com as arquiteturas eternas dos grandes poemas o apogeu das civilizações ou dos mais vastos esforços humanos. As lutas das tribus errantes e sua reunião no primitivo império ariano lá se entrebatem e entrechocam e retinem nas estrofes de bronze do Ramaiana. Toda a marcha aventurosa e guerreira das gentes boreais, através de perigos e de assombros, se desenha nos runos dos *Edas*. Na aurora da Helenia, a *Ilíada* e a *Odisséia* cantaram os deuses misturando-se aos homens e os homens misturando-se aos deuses. Roma celebrou a natureza no *De natura rerum* e o homem heróico na *Eneida*. As peregrinações dos bárbaros pelas florestas, montes e planuras, batalhando e rapinando, do fundo gelado da Citia aos vinhedos ensolados da Borgonha, inspiraram aos menestréis dos tempos idos os cantos dos *Niebelungen*, como o diário combater de cristãos e agarenos pelas montanhas, charnecas e lezírias da Peninsula criou os episódios do *Romancero*. Toda a al-

dara o Cruzeiro do Sul como a "condecoração dos abismos" de que fala Santos Chocano.

Valmiki, Homero, Lucrécio, Vergílio, Ariosto, Dante e Camões — cordilheira humana de píncaros quase iguais. Depois deles, a planície com algumas colinas de longe em longe e dois montes solitários tentando crescer até êles: Milton, o grande poeta da civilização inglesa, e Goethe, o grande poeta da civilização alemã. Porém o *Paraiso Perdido* somente retrata a face puritana da alma religiosa de Albion e o *Fausto* retrata somente o Microcosmo, a visão interior do Homem — reflexo do Universo.

Camões exprime a sua gente e os feitos que praticou no cenário dos oceanos e dos mundos desconhecidos, integralizando-se na esssência do espírito universal da sua época pela fábula, pela tradição, pela inspiração, pela arte, pela ciência, pela língua. Onde quer que se fale o idioma português, este sentir-se-á orgulhoso de ter vida à sombra protetora dessa culminância. Porque o poema camoniano — integral duma civilização — é mais do que um monumento saído das mãos humanas, — é um monumento da natureza!

Camões criou a grande pátria da lingua, a Pátria-Maior dos portugueses e seus descendentes.

A EXPOSIÇÃO IMPERIAL

A Exposição do Mundo Português foi uma exposição diferente de todas as que até hoje teem sido feitas. Nada de comércio. Nada de indústria. Uma grande, espetacular e sintética lição de história. O eminente senhor Augusto de Castro, seu comissário geral, declarou em um de seus belos discursos nas várias inaugurações alí efetuadas que ela era bem o "exame de consciência" da nação. Frase absolutamente feliz. Frase definitiva. Fundada em 1140, restaurada em 1640, renovada em 1940, a nação olha o panorama do Passado e diz a seus filhos: —Eis o que fui. Eis o que fiz. Em memória disto, caminhemos para o Futuro e o construamos tão grande quanto o que já construimos. Esse o ensinamento grandioso da Exposição.

Superiormente dirigida por Augusto de Castro e o ilustre engenheiro Sá e Melo, tendo como arquiteto chefe o meu amigo Cotinelli Telmo, cuja radiosa mocidade é iluminada por um espírito claro e dinâmico, a Exposição maravilhava no conjunto pela grandiosidade de concepção, no pormenor pela riqueza da inspiração artística. Moderna,

enraizava-se no antigo. Traduzia ao gosto de hoje as linhas e formas de antanho. Toda ela obedecia ao mesmo ritmo sóbrio e evocativo, à mesma harmonia de sentimento e de expressão, ao mesmo sentido decorativo e cenográfico, ao mesmo carater artístico, histórico, espiritual. A variedade das minúcias desenvolvia-se admiravelmente dentro de um conceito de unidade fundamental.

Ocupando área vastíssima à margem do Tejo, em Belem, com as rendas de pedra manuelina dos Jerônimos formando o fundo de sua praça principal, a praça do Império, estendendo pelos terrenos próximos os tentáculos do Jardim Colonial e dos Centros Regionais, a Exposição exigia repetidas e demoradas visitas. Seu aspecto geral empolgava. Seus aspectos particulares atraiam. Ninguem melhor a definiu do que seu organizador, o Sr. Augusto de Castro: "Pela primeira vez se realiza uma grande Exposição de História. Até hoje, só se efetuaram certames internacionais ou nacionais, de carater industrial, comercial ou colonial. A Exposição do Mundo Português é o primeiro certame que tem a expressão de um grande documentário da civilização. Será uma exposição de "espírito" — o padrão comemorativo da expansão de oito séculos portugueses. Sendo um certame nacional, em que se faz representar, a nosso lado, o Brasil, como o prolongamento e a projeção do gênio Lusíada, a nossa Exposição Histórica de Belem terá um carater universal. Ela não será apenas a memória dos grandes fatos, das grandes figuras criadoras da civilização, oito vezes secular, que Portugal representa no Mundo: evocará igualmente a sombra dessa civilização atlântica, as suas passadas em to-

dos os cantos da Terra, o glorioso e nobre sentido da sua ação intercontinental".

Tal síntese histórica foi feita pela imagem. O 1.º Pavilhão, o da Fundação de Portugal, arquitetura de Raul Rodrigues de Lima, evocava as eras romanica e medieval, sob a direção de Luiz Pastor de Macedo. A Espada de Afonso Henriques. Sua estátua. As estátuas de Gualdim Pais, de D. João Peculiar, arcebispo de Braga, de Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, de Geraldo-Sem-Pavor. O foral de Guimarães, Egas Moniz e Martim Moniz.

A Formação e a Conquista do Reino enchiam o 2.º Pavilhão, dirigido pelos mesmos artistas. Forais. Paços concelhios. A Cruz de Ouro de D. Sancho I. O estandarte do Miramolim tomado na batalha das Navas de Tolosa. As Ordens Militares: Cristo — Aviz — Santiago. A conquista do Algarve. D. Diniz. Santa Isabel. D. Afonso IV. D. Pedro I. D. Fernando.

Sob a mesma direção técnica se ergueu o 3.º Pavilhão destinado à Independência. O Mestre de Aviz e o Santo Condestavel. Aljubarrota. Atoleiros. Valverde. Trancoso. As armas de D. João I. A espada de Nun'Alvares. O painel de João das Regras. Os túmulos reais do Mosteiro da Batalha. A heráldica da "Ínclita Geração". D. Sancho Manuel. D. Antônio Prior do Crato. 1640. A conspiração do Palácio de Almada. D. João IV. A Guerra Peninsular.

O Pavilhão dos Dscobrimentos vinha em 4.º lugar. Dirigiu-o historicamente o comandante Quirino da Fonseca. Erigiram-no os arquitetos Cotinelli Telmo e Pardal Monteiro. Síntese da concepção antiga do Atlântico — o Mar Tenebroso. Sugestão

da Aventura da Navegação. O Infante D. Henrique. Gil Eanes. As Rosas de Santa Maria. O impulso para o mar de Afonso V. Dom João II. Bartolomeu Dias. Diogo Cão. Tordesilhas. Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral, ladeando Dom Manuel. A embaixada ao Papa. A Caravela. A Nau. O Galeão. Fernão de Magalhães e a volta ao mundo. O astrolábio e a bússola. Camões e os Lusíadas. Cartógrafos e Cronistas. As derrotas das Navegações.

Meu amigo Júlio Cayola, um dos mais belos espíritos de Portugal contemporâneo, dirigiu o 5.º Pavilhão — a Colonização, cujo arquiteto foi Carlos Ramos. Entrava-se nele sob os baixos-relevos da Fé e do Império. Os antecedentes: o mundo econômico no século XV; o litoral português na Idade-Média; o poder muçulmano e o comércio do Oriente; a obra do Infante de Sagres e a ciência náutica em Portugal; o plano do Infante, Marrocos e a circunavegação da África; a expansão marítima dos portugueses no Atlântico. O Estado colonizador: o castelo da Mina, Lisboa-metrópole ,o Congo, a demanda do Preste João, a Madeira, a Companhia de Lagos, o resgate, as feitorias, a Casa da Guiné. A África: ouro, escravos, especiarias. O Oriente: Índia, Arábia, o Golfo Pérsico e Malaca: D. João de Castro, Afonso de Albuquerque, D. Fernando de Almeida. A Política de Limites: Alexandre VI e Tordesilhas. Duarte Pacheco Pereira. O Mapa Cor de Rosa. A Política Administrativa: árvore alegórica dos grandes administradores do Império Colonial Português até o século XVII. Documentos da obra realizada. A Política Indígena: o Foral de Afonso Mexia no Oriente, a conversão do Rei do Congo na África, a incorporação dos ele-

mentos das três raças na luta contra os holandeses no Brasil.

O Pavilhão dos Descobrimentos realizava várias sínteses: Síntese do Espírito Científico — conhecimento das coisas do mundo; Síntese do Espírito Civilizador — interpretação dos continentes.

Afinal, a Exposição Histórica coroava-se a si própria no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, cujo arquiteto foi Cotinelli Telmo e cujo diretor foi o meu querido amigo e mestre em muitos assuntos Afonso Dornelas. Uma sucessão de salas admiravelmente concebidas e executadas. Sala da Europa Política com a árvore genealógica dos Chefes de Nações que descendem de Afonso Henriques e os retratos de princesas portuguesas Rainhas de países europeus. Sala da Europa Religiosa com Santo Antônio, os Santos e os Papas portugueses. Sala da Europa Militar com a representação simbólica do auxílio dado por Portugal às outras nações em graves conjunturas, do século XII ao século XX. Sala da Cultura Portuguesa na Europa: portugueses notaveis nas ciências, artes e letras. Sala de Marrocos alusiva à conquista e ocupação das praças de guerra do alem-mar, em África, primeiro passo da expansão portuguesa. Completava-a naturalmente a ala da Fé e do Sacrifício dos Portugueses em Marrocos, do Infante Santo a D. Sebastião. Depois a Costa Mediterrânea da África. Um ciclorama evocava, adiante, a viagem aérea de Sacadura e Gago Coutinho ligando Portugal ao Brasil. Entrava-se na Sala da Abissínia com a imagem do Preste João, o Rei dos Reis, e os Castelos Portugueses de Gondar. Sala da Índia: a Trimurti do templo de Elefanta sobrepujada pela Cruz e os Grandes Vice-

Reis da Índia. Sala da China: no estilo das cerâramicas chinesas a representação da atividade lusa no Celeste Império. Sala do Japão: num grande biombo de estilo japonês, os motivos da civilização ocidental que os portugueses levaram ao Japão. Sala da Oceania: interpretação pictural da atividade lusa. Sala das Américas: Aleixo Garcia, os Bandeirantes, Síntese da História do Brasil-Colonial. Enfim, Sala Camões — os deuses dos Lusiadas, síntese de todo o pavilhão e de toda a Exposição. Esses deuses sustentavam o teto em que se recostava Portugal sob a inspiração e a benção do Deus Único e Verdadeiro.

Completavam o Pavilhão dos Portugueses no Mundo, que foi o mais belo e significativo, em verdade, de toda a Exposição, um corpo ao sul destinado a Portugal-1940, isto é, às grandes realizações do Estado Novo português, e um corpo ao norte, onde se achava a Exposição Histórica do Brasil. Esta parte foi orientada e executada sob a minha direção, como um dos delegados do Brasil à Exposição do Mundo Português e como diretor do Museu Histórico Nacional. Toda a decoração interna, planejada por mim e executada sob a minha fiscalização pelo notavel artista que é Antônio Cristino, obedecia à ordem geral da Exposição do Mundo Português. Na rotunda central, elevava-se uma árvore iluminada que sintetizava a história do Brasil enquanto ligado a Portugal e os laços genéticos, que unem os dois Povos: da raiz — Portugal, brotando a "lei" e a "grei" de que saíram os "reis"; depois, o "mar", os "descobridores", os "missionários" e os "bandeirantes"; os "senados das câmaras" formando as "províncias" de que re-

ulharam os "estados"; do "reino" passando-se ao "império" e deste à "república"; ao alto, o "Brasil" desabrochava entre as estrelas do Cruzeiro do Sul. Cobriam as paredes os brasões dos 15 Vice-Reis e os nomes de todos os Governadores Gerais com as datas do seu governo. Ao todo, oito grandes salas: a dos "fundadores", a dos "caminhos", a das "armas", a do "Século XVII", a do "Brasil-Independente" com seus três períodos: 1.º Reinado — 1822 a 1831, 2.º Reinado — 1831-1889, República — 1889-1910. À entrada, os escudos heráldicos do Brasil-Reino, do Brasil-Império e do Brasil-República; três grupos de bronze — Anchieta, Caramurú e Juca-Pirama. Na parede o verso do Visconde de Araguaia: "Não somos nós os netos de Albuquerque, Raça de Lusos?".

Assim, se a Exposição do Mundo Português era, naquela frase feliz do Sr. Augusto de Castro, o "exame de consciência" de Portugal, a nossa também foi o "exame de consciência" que fizemos, com orgulho, da projeção do Império Atlântico Lusitano no tempo e no espaço sobre a terra brasileira. Quarenta e cinco milhões de homens em oito milhões de quilômetros quadrados realizarão, decerto, no futuro, esse Império Atlântico que Portugal sonhou, que ensinou na monumental história da sua Exposição e que será um dia a Glória da Raça.

A ALMA DA EXPOSIÇÃO

Encerrou-se a 1 de dezembro de 1940 a Exposição dos Centenários, que tanto comoveu os espíritos. Mas a lembrança dessa canção de gesta arquitetural e decorativa continuará a viver naqueles que tiveram a dita de visitá-la comovidamente. De Portugal — berço de meus antepassados, que tão carinhosamente visitei e estudei na minha longa permanência em 1910 — a visão da Exposição será a que mais ficará na minha saudade para sempre gravada. Nunca se fez no Mundo uma exposição assim — alta comemoração histórica, grande festa do Espírito, expressão exponencial duma civilização que, abrolhando na praia mais ocidental da Europa, daí se derramou através dos mares ignotos sobre as terras desconhecidas da América, da África, da Ásia e da Oceania. Com seus pavilhões e seus mostruários, essa maravilhosa lição de História ensinou ao Mundo que foi o abraço aventureiro e amoroso de Portugal quem o fecundou para a civilização cristã.

Obscuro colaborador brasileiro dessa obra ingente, de modo quase absoluto isenta de qualquer preocupação material, assisti aos seus últimos tra-

talhos e aos seus derradeiros retoques. Modesto cultor da história do Brasil e amante apaixonado da Tradição portuguesa, compareci às inaugurações de quase todos os pavilhões e neles fui rememorando um a um os gloriosos capítulos que a nossa Raça escreveu com a Espada, com a Pena e com a Cruz à face do planeta.

Esses três símbolos fundamentais perpetuados no bronze do monumento a Pedro Alvares Cabral erguido no Rio de Janeiro, no largo que tem o nome predestinado da Glória, dentro de poucos dias se ergueram num dos logradouros públicos de Lisboa. O grupo escultural em que o descobridor planta, de espada nua na mão, a bandeira das quinas na terra de Santa Cruz, lacado por frei Henrique de Coimbra e Pero Vaz de Caminha, não poderia ser privativo do Brasil. Era imprescindível sua réplica em Portugal. Aqueles vultos brônzeos, cuja mudez é mais expressiva do que as palavras, ensinarão aos daqui e aos de lá o papel da Espada, da Cruz e da Pena na epopéia dos descobrimentos portugueses, cuja flor mais bela e mais perfumada de lusitanismo é, sem dúvida, o Brasil.

A Exposição dos Centenários, cujas luminarias clareavam à noite a renda de pedra dos Jerônimos, ensinou como se formou, fortaleceu e cresceu o pequenino povo que se tornou capaz das maiores empresas na terra e no mar. Sua inspiração, como a do monumento de Bernadelli, enraiza-se num pensamento de simbolização e de síntese, num verdadeiro pensamento histórico. Não considero historiadores os ratos de arquivos e de bibliotecas, que jamais se elevam acima ou alem do documento e do pormenor. Esses não passam

de simples pedreiros que preparam argamassas e alinham tijolos, sempre a olhar o cordão do prumo para que a parede vá subindo devagar e bem perfilada. O verdadeiro historiador é um arquiteto com a visão grandiosa do edifício, a preocupação do jogo das massas, da luz e da sombra, dos grandes efeitos de que resulte a soberba projeção dum sentido superior e eterno. O verdadeiro historiador é um artista e um filósofo.

A Exposição dos Centenários teve, felizmente, essas características arquiteturais, artísticas e filosóficas: a grandeza do conjunto, a beleza das formas e a profundidade do pensamento. Com o maior prazer espiritual, vi-a ultimar-se, percorri todos os seus departamentos e ouvi, um a um, os discursos, primorosos no fundo e na forma, com que o talento e a cultura de Augusto de Castro ilustraram e iluminaram cada nova inauguração. Através da sua palavra nobre, comedida e erudita, senti a exaltação do *Passado*, o estúo de vida do *Presente*, a ilimitada esperança no *Futuro*. Reuniu-os o seu autor em um livro como o "documentário literário e biográfico que ajudará a melhor compreender a evocação espiritual de que o mostruário colorido do Restelo procurou ser índice e apoteose".

O livro completa, assim, a Exposição. E' a Exposição falada e escrita. As páginas magistrais de Augusto de Castro são o complemento lógico e necessário das páginas arquiteturais da Praça do Império. Ambos glorificam aqueles três símbolos de Portugal impressos no bronze do monumento vindo do Brasil: a espada dos capitães e dos heróis, a cruz dos missionários e dos santos, a pena dos juristas, dos cronistas e dos poetas. Símbolos criado-

num sentido universalista de civilização que é glória eterna de Portugal.

"A civilização portuguesa é essencailmente uma civilização de *expansão* — disse Augusto de Castro ao delinear o pensamento e o programa da obra arquitetural de Belem: grande, sempre que o Destino a integrou na sua função histórica, que é muito mais universal que nacional. O nosso gênio é um gênio de irradiação". Expressão excepcional dessa civilização e de sua projeção universal, a obra realizada pelos arquitetos, escultores, pintores e decoradores em torno dos Jerônimos nada mais foi do que a concretização do pensamento histórico-filosófico que profundamente soube compreender a maneira de sentir do povo português através de oito séculos de glórias e de sacrifícios.

Todo esse pensamento está vasado nos discursos de Augusto de Castro reunidos sob este título significativo: "A Exposição do Mundo Português e a finalidade nacional". Essa finalidade é que encerra a grandeza da obra. A Exposição foi uma bela e grave lição de história dada aos portugueses. Pode-se acrescentar: dada ao Mundo. Nas suas linhas, nas suas cores, nas suas luzes, nas suas legendas, nas suas figuras, nas suas evocações, ela toda proclama: — Vede o que fomos e o que fizemos; vede o que somos e o que estamos fazendo; pensai, pois, no que ainda seremos e no que ainda poderemos fazer!

A grave e bela lição condensa-se nos discursos de Augusto de Castro, primores de forma e seminários de idéias, ungidos de emoção e de sinceridade. A Exposição ficou presa à margem histórica do Tejo. O livro, que é o seu roteiro espiritual,

a evocação entusiasta e viva de cada uma das suas etapas e de cada uma das suas contruções, que é o retrato de tudo o que alí se alevantou entre as portas monumentais, feito com mão de mestre por uma pena luminosa e por uma palavra quente e sábia; o livro, esse viajará e levará à América Portuguesa, à África Portuguesa, à Oceanaia Portuguesa a visão magnífica desse panorama espiritual.

A Exposição fechou-se. O livro abriu-se. A Exposição continuará a viver no livro. O livro de Augusto de Castro é a alma da Exposição.

A LIÇÃO DUM CONGRESSO

Se a Exposição dos Centenários em Lisboa foi admiravel amostra da espiritualidade de Portugal através dos tempos e magnífica lição de história, os Congressos realizados de junho em diante, foram demonstração patente de alta cultura. Nos Congressos do Mundo Português, reunidos no palácio da Assembléia Nacional, em que tive a honra de representar o Brasil, ventilaram-se graves questões de história, apresentaram-se valiosos documentos, discutiram-se pontos controvertidos e as monografias de suas diversas secções encheram dezoito volumes. Em setembro, realizou-se no Porto o Congresso de Ciências da População. Em novembro, inaugurou-se em Lisboa, no majestoso salão da Academia de Ciências, o Congresso Luso-Brasileiro de História.

Aos dois primeiros congressos compareceram estudiosos de Portugal, de suas colônias africanas, e asiáticas, do estrangeiro — ingleses, italianos, espanhóis, alemães, belgas, franceses, e brasileiros. Em nome do Brasil, pronunciei, em ambos, os discursos oficiais das sessões de abertura. E felicito-me pelo convivio que tive com ilustres sábios, pes-

quisadores e escritores que neles tomaram parte e cujas lições me foram proveitosas, sobretudo em etnografia e história.

O congresso do Porto teve como principal organizador e seu presidente a figura invulgar de Mendes Corrêa, antropólogo ilustre, de renome mundial, meu dileto amigo há muitos anos. Tratou de tudo quanto se refere à gente portuguesa, estabelecendo bases de estudo da população para sua defesa e seu progresso. Demografia e higiene. Etnografia e folclore. Geografia humana e organização social. Educação e assistência. Criminalidade e educação. Recursos naturais e custo da vida. Trabalho e corporativismo. Migraçcõs internas e externas. Nenhum assunto de vulto lhe escapou.

Os temos propostos à consideração da douta assembléia merecem ser divulgados no Brasil, afim de servirem de paradigma de reuniões para estudos similares, cujas conclusões em muito auxiliariam os poderes públicos nas providências a serem tomadas em defesa das populações brasileiras. Deixaríamos de parte, assim, a cópia servil de legislações alienígenas e nos inspiraríamos nas nossas próprias necessidades e falhas sob uma base científica e com o critério seguro da observação e da experiência.

Então, poderíamos, depois dum estudo acurado e de discussões produtivas, conseguir certo conhecimento objetivo do crescimento e distribuição da população; da morbilidade e mortalidade, nas suas relações com as instituições de assistência e profilaxia; das correções higiênicas a introduzir na vida rural; da higiene da alimentação popular e sua educação em relação às produções regionais;

...salubridade dos aglomerados populacionais; ...habitação pobre nos meios urbanos e campesi... da profilaxia contra as doenças venéreas, as ...táveis e as endemias; da utilização dos elemen... demográficos; da definição dos meios de revi...amento, aproveitamento e expansão da gente ...ileira. Série de assuntos da maior relevância ...a a defesa hábil dum povo, nesta época em que ...rece quem não sabe defender-se. Bem pouco exis... a esse respeito, observado e compendiado, no Brasil, cujos problemas populacionais ainda não ...am atacados como devem ser e mal são referi... em literatura palavrosa e em tropos oficiais, ... geral, como diz o povo, para inglês ver.

Não se limitou somente a isso o notavel Con...esso do Porto. Investigou as origens antropoló...cas, vitalidade, tipos constitucionais, tipos psico...icos, fórmulas endocrínicas, fatores degenerati...os, medidas eugênicas aconselhaveis e elementos ...ógenos. Aí estão temas momentosos a pedir que ...les se ocupem os brasileiros, cada um dos quais, tratado com probidade e ciência num bom livro, ...ria mais util à nação do que certa literatura ba...ata que abarrota as livrarias e anda sempre apre...oada pelas tubas dos corrilhos e confrarias de elo...io mútuo. Não é possivel governar com acerto um povo que se não conhece a fundo.

Portugal enveredou por uma senda nova, liber...ndo-se a pouco e pouco do liberalismo suicida. ...o quer mais congressos para oratória vazia, giran...o em torno dos sovados *leits-motifs* da liberdade. Quer documentos sólidos, estudos concretos para nor...ear seus rumos e ser de novo grande e forte como o foi no passado. Mais ainda, de certos pontos de vista,

se possivel. E' um exemplo que conforta e que anima aos que sentem nas veias latejar o mesmo sangue.

Com que carinho se estudou nesse congresso o povo português! Começou-se pelo mar sobre o qual a nação escreveu sua história, pois era pequenino para conter-lhe os prodigios seu âmbito territorial. Veja-se que tema magnífico para uma raça de pescadores e navegadores: — O mar na vida popular: razões da atração do mar sobre o homem; a luta entre o mar e a terra; síntese da influência do mar na vida popular. Depois: — A família: tradições deste elemento social; a trilogia da vida — nascimento, casamento e morte; tentativa de organização das tradições da organização familiar no quadro das civilizações antigas. Demais: — A arte popular: bosquejo histórico da origem dos motivos decorativos; relações com a simbólica; valor estetico da arte popular. Ainda: — O povo e a simbólica: possivel origem dos velhos símbolos; a representação gráfica dos símbolos; necessidade que o povo tem de seu emprego. Por fim: — Influência dos mouros, judeus e negros na etnografia portuguesa; música popular portuguesa — os arcaismos. Como se vê, uma concepção integral presidiu a isto. As lições de Antônio Sardinha não se perderam. Como sob a escrita dum palimpsesto se entrevê a grafia do texto primitivo, em tudo o que ora se faz em Portugal repontam aquí e alí as idéias pregadas pelo pensador lusitano. As idéias não morrem.

Todas essas partes que se poderão dizer, até certo ponto ou de certo modo, objetivas, serviram de prefácio à consideração objetiva dos problemas

sociais e dos problemas econômicos. Encarou-se a questão do robustecimento e proteção da família, com o bem familiar e a condenação do divórcio, compreendendo o plano de providências a serem adotadas; a questão da assistência material e espiritual quanto à repressão da prostituição e à influência do fator econômico sobre a saude moral do povo; a influência do fator moral e religioso no desenvolvimento da população. Levaram-se tambem na devida conta as condições geo-sociais e a criminalidade de adultos ou infantil, com seus elementos etiológicos e biotipológicos.

Chegou-se a conclusões apreciaveis quanto ao enquadramento geo-econômico da população, no decurso dos séculos, à indústria agrícola como elemento de vida da nacionalidade, ao condicionamento atual do trabalho da grei, à emigração e seus resultados econômicos e demográficos, e à orientação da atividade portuguesa para um destino nacional. E não se esqueceu a bibliografia relativa a todos os assuntos do congresso como inventário dos estudos procedidos em todos os tempos e em todas as partes.

Se bem que meus pendores de escritor e historiador me fizessem compartilhar com viva simpatia dos Congressos do Mundo Português, que versaram a história nacional desde a Fundação da Monarquia até nossos dias, história a que está perenemente ligada a nossa história, o meu amor pelo Brasil firmou minha atenção no Congresso de Ciências da População como fonte de ensinamento para os estudos que devem preceder uma reorganização completa e urgente da vida brasileira norteada para verdadeiro destino nacional. Seria

proveitoso que, aproveitando o primeiro ensejo, reuníssemos uma assembléia dessa natureza, afim de lançarmos as bases científicas e práticas do estudo minucioso e exato do nosso povo, para adquirirmos seu inteiro conhecimento e podermos resolver os problemas que o afligem e se eternizam sem solução adequada.

Esta, a grande lição que nos deu o notavel congresso. O de História reviveu o Passado. Esse, do Passado e do Presente tirou a lição do Futuro.

MILAGRE DE COMPREENSÃO

Um eflúvio de irradiante simpatia se desprendia da figura veneravel que eu vi, na romagem a Guimarães para as comemorações da Fundação de Portugal, descer lepidamente nas estações do caminho de ferro para se perder na turba dos manifestantes. Da janela do carro segui muitas vezes a cabeça branca levada pelas vagas da multidão a gritar em delírio:

— Carmona! Carmona! Carmona!

A popularidade de Salazar é grande, toda ela feita de admiração, de gratidão e de respeito. Sua figura é serena e séria. No seu cérebro desfilam os pensamentos do governo. Na sua alma se acumulam as responsabilidades do poder. No seu coração está o amor ao passado que o faz arcar com as dificuldades do presente para sanear o futuro. E' a Providência que vela dia e noite pelos destinos da Pátria. O povo sabe. O povo compreende. O povo olha-o ao passar com os olhos com que contempla as imagens dos seus santos padroeiros nos andores e grita:

— Salazar! Salazar! Salazar!

O outro é o velho soldado que desembainhou a espada para por ordem no cáos e que tem sempre no rosto o sorriso dos que sabem perdoar, porque sabem vencer. E' o coração de Portugal, sem o qual o povo não amaria o governo, sem o qual a inteligência não poderia atuar. Congrega os afetos, marca os ritmos das dedicações, enlaça as almas, mostra-lhes o caminho do patriotismo e da honra. Um não poderia existir sem o outro. Os dois completam-se e sabem que caminham ombro a ombro nas páginas da História, uma História que conta oito séculos de milagres sobre todas as partidas da terra e sobre todos os mares do mundo, História Milagrosa, cuja maior comemoração nos dias dos Centenários foi ese milagre de compreensão entre dois homens.

Eu o ví, eu o presenciei, o escutei, o sentí, observador obscuro, quase anônimo, das festas centenárias. A 2 de junho, não enverguei farda ou casaca para comparecer às solenidades e assembléias. Perdí-me no seio das ondas do povilén numa Lisboa garrida e em festa. Observei. Ouví. Conversei com a arraia-miuda. Falei a soldados, marinheiros, varinas, homens de ganho no ensolado Terreiro do Paço, à sombra das vielas da Mouraria, na rua do Arsenal cheia de tropas. Era um turista brasileiro que oferecia um cigarro e dava trela à gente que trabalha e sofre. Todas as inteligências, ainda as mais rudes, compreendiam Salazar. Todos os corações, ainda os mais grosseiros, pulsavam ao nome do general Carmona. Por isso, esses dois grandes homens realizam a Ressurreição de Portugal, não só a ressurreição material desde as estradas e as pedras dos monumentos históricos, até às obras

militares e civís que enchem o país, como a ressurreição das almas e da confiança, no sentido da grandeza do Império, da moral pública e privada, do prestígio da Religião tradicional. Ressurreição de todos os valores num Portugal pacífico, trabalhador e honesto à margem da Europa convulsionada.

Indo a Guimarães no comboio presidencial, assisti às manifestações espontâneas que por toda parte se fizeram ao general Carmona. Aquele entusiasmo, aqueles olhos negros femininos humedecidos de lágrimas, aqueles risos de crianças não se encomendam. Para todos, o velho soldado tinha um aperto de mão, um abraço, uma palavra, um gesto, um sorriso. Parecia um pai recebido pela sua família desvanecida. Sem ser alto e sem ser robusto, a majestade da bondade impregnava-lhe a figura e como que lhe envolvia a atitude singela num halo imperial.

Prepararam-lhe aposentos na torre de menagem do castelo de Afonso Henriques. Panos de rás e tapeçarias colgados às brutas paredes medievais. Tapetes de Arraiolos cobrindo os tabuões do assoalho. Moveis antigos. O chefe do Estado Novo, em Guimarães, não se poderia hospedar noutro edifício e alí fez a velada das armas como nos tempos de antanho. Acompanhando a senhora Embaixatriz do Brasil em sua visita à alcáçova afonsina, parei no limiar da torre de menagem. Levantando-se da poltrona onde repousava entre oficiais crivados de crachás e alamares, o presidente da República dirigiu-se à Embaixatriz:

— Faça o favor de entrar, minha senhora. Está

em sua casa. Venha ver como arranjaram bem esta moradia da Idade Média.

A Embaixatriz entrou, seguida dos ajudantes de ordens que vinham conosco. Continuei à porta. E o general Carmona, que nunca antes me vira nem sabia quem eu era, chamou-me com um gesto largo:

— Entre também, meu amigo. Vá lá acima. Está bonito. Não faça cerimônia.

No quarto de dormir do presidente, alfaiado à antiga, encontrei Pedro Batalha Reis e referi-lhe a amabilidade presidencial. À saída, ele apresentou-me ao general Carmona, que me abraçou com encantadora simplicidade.

— E' um prazer receber aqui um velho amigo de Portugal.

O episódio completou minhas silenciosas observações. De volta de Guimarães, a recepção do presidente Carmona pelo povo lisboeta foi uma verdadeira apoteose. Um delírio. Da janela do meu hotel, no Rossio, contemplava a ululante maré humana, rompendo os cordões das tropas em continência:

— Carmona! Carmona! Carmona!

Não, aquilo não se arranja, não se encomenda, aquilo era o grito de alma dum povo que compreende e que ama. Se a mim a simplicidade dum abraço conquistou, por que não estaria conquistado este Portugal encanecido de glórias com o qual o velho soldado se abraçou para a Vida e para a Morte?

O HOMEM-CORAÇÃO

Em companhia de Guilherme Pereira de Carvalho, uma das figuras mais insinuantes e simpáticas do Secretariado da Propaganda Nacional de Portugal fui uma tarde levado à presença do general Carmona. Em Guimarães, no dia magno das festas centenárias, eu lhe fora apresentado rapidamente por Pedro Batalha Reis na torre de menagem do castelo de Afonso Henriques. Participara da comitiva presidencial na romaria ao berço da nacionalidade e, perdido no meu anonimato, observara a popularidade do chefe do Estado Novo. Contei minhas impressões numa correspondência para "A Gazeta" de S. Paulo. O "Diário da Manhã" de Lisboa transcreveu-a em lugar de relevo e o general leu-a.

Falou a seu respeito com Paulo Filho, diretor do "Correio da Manhã", quando lhe concedeu uma audiência, na presença de Guilherme Pereira de Carvalho, manifestando o desejo de conhecer-me melhor. Era isso que me levava à sua presença. Velho jornalista, detesto as entrevistas com perguntas engatilhadas e respostas de cortezia. São o que há de mais trivial na vida de imprensa. Inde-

pendem do talento e, em geral, não alcançam além do lugar comum. O que é interessante é conversar despreocupadamente, abordar assuntos vários ao sabor da ocasião e, depois, examinar as reações produzidas pelo homem eminente de quem a gente se aproximou, entrevistando-se o jornalista a si próprio para saber o que compreendeu e o que sentiu.

Demorei meus passos através dos suntuosos salões do velho paço de Belem, olhando lentamente as douraduras dos tetos artezoados, os grandes lustres de cristal veneziano ou boêmio, as colgaduras faustosas, os quadros, os moveis de talha dourada.

— Quantas recordações! — murmurei.

Guilherme Pereira de Carvalho esboçou um gesto de interrogação. E eu expliquei:

— Em junho de 1919, fui hóspede desta casa real, como um dos secretários do presidente Epitácio Pessoa, que, de regresso da Conferência de Versalhes, visitou oficialmente Portugal. Tudo está renovado e melhorado. Que diferença!

Com as mãos estendidas, veio para nós o comandante Jaime Atias, secretário da Presidência. Abraçamo-nos como velhos amigos de há 21 anos.

— Tudo bastante mudado — continuei — menos aqui o nosso Atias, que já era chefe do protocolo no tempo do almirante Canto e Castro, em 1919.

Jaime Atias, conduzindo-nos ao gabinete presidencial, lembrou episódios daquela visita inesquecível, em que a palavra sonora e fluente do presidente Epitácio arrebatara o povo de Lisboa.

O general Carmona estava à paisana, com im-

... terno azul escuro. Na penumbra do gabi-
... na nobre cabeça alvejava. Lépido, apesar da
...de. Aprumado como bom militar. Sem ser alto
... corpulento, tem majestade discreta nas atitu-
... Imprime um respeito suave, afetuoso.

— Sente-se, meu amigo, disse-me. E entrevis-
... me:

— Quais as suas impressões sobre o nosso Portugal?

Respondi:

— Estive aqui em 1919, quando da visita do presidente do Brasil, e vivi alguns dias neste palácio. Depois, passei por Lisboa duas vezes, indo e voltando da Alemanha, em julho e outubro de 1931.

— Então — concluiu o presidente — não me precisa dizer nada, porque deve estar vendo a diferença.

De fato, a diferença é espetacular. Ordem, onde havia desordem. Trabalho, onde havia politicagem. Equilíbrio financeiro, onde havia bancarrota. Estradas onde havia maus caminhos. Respeito. Dignidade. Consciência. A obra da ditadura é patente a todos os olhos que queiram ver sem se deixarem cegar pelas paixões. Obra de Carmona que compreende Salaxar e de Salazar que compreende Carmona.

O general aludiu ao meu artigo:

— Então, o meu amigo acha que a minha gentileza para com um hóspede é um sinal de minha simplicidade?

— Naturalmente, repliquei. Durante a viagem de V. Ex., essa simplicidade me impressionou. Simplicidade natural, espontânea, que brota do cora-

ção e que atrai os corações. Por isso, escrevi que V. Exa., representa o coração de Portugal. Por isso, vi como o povo o estima de coração.

O general Carmona levantou-se, apanhou sobre sua mesa de trabalho, ordenada e simples, a revista "Life", passou-ma e disse-me:

— Pois veja aí como me viram outros olhos e como me pintam em inglês.

Li a legenda que vinha abaixo do seu retrato numa das páginas: O presidente Carmona é um ditador que tratam como um rei, "like a king".

Sorrí, abalando a cabeça. Sua Excelência concluiu:

— Nunca tive jeito para rei.

E rimos.

Falamos da história de Portugal, carregada de glórias; dos fetsejos de Guimarães que somente com oito séculos de preparo poderiam ter aquele efeito deslumbrante; da Exposição – grande lição de História, grande mostra do Espirito Imortal dum Império da viagem presidencial à África, e do Brasil. O presidente desvaneceu-me, com o seu pensamento sobre a minha pátria e o seu grandioso futuro. Perguntei-lhe se não gostaria de visitar o Brasil.

— Quem não gostaria de ver esse maravilhoso país, tão ligado a Portugal?

— E' o grande reflexo de Portugal, nas águas do Atlântico, acrescentei.

As horas de um Chefe de Estado são preciosas. Fiz menção de levantar-me. Guilherme Pereira de Carvalho pôs-se de pé. O general falou:

— Sente-se. Conversemos mais um pouco.

E referiu-se a escritores e poetas brasileiros, às suas obras que recebia por vezes e lia sempre com agrado. Interessavam-lhe mais os historiadores e os estudiosos do idioma.

— Os historiadores, declarou, continuam uma história que sempre se ligará a Portugal pelo passado. Os gramáticos e dicionaristas, conservam e defendem a pureza da lingua comum aos dois povos. Hoje, em Portugal, zelamos o quanto podemos, pelos valores do nosso patrimônio espiritual, fonte eterna de vida. E alegra-me verificar que no Brasil tambem.

A maçaneta de bronze da porta do gabinete, movida do outro lado algumas vezes seguidas, guinchou baixinho. Fiz novamente menção de levantar-me. O general Carmona, disse-me, sorridente:

— E' o Atias que me faz sinal de que há pessoas na antesala, esperando ser recebidas; mas deixemos o Atias cumprir a sua obrigação, que é prevenir-me, e cumpramos a nossa, que é conversar um pouco. E' tão agradavel conversar e distrair o espírito. Escute, quando eu era comandante da divisão de Évora...

E contou-nos episódios, histórias, anedotas de outros tempos, deliciado em recordá-las despreocupadamente:

— Quando eu era tenente... Quando eu era capitão...

A audiência prolongava-se. Havia hora e meia que conversavamos. Aproveitei uma pausa e levantei-me. O general estendeu-me a mão e ainda me reteve um instante, não me deixando agradecer-lhe a honra que me dera:

— Até à vista, meu amigo, e muito obrigado.

Balbuciei os cumprimentos da praxe e saí, lamentando que o Presidente fosse Presidente e não um simples mortal que se pudesse visitar a miude e com quem se pudesse palestrar indefinidamente, naquela atmosfera de singeleza, de leldade, de confiança e de aféto que ele invariavelmente espalha em volta da sua pessoa aureolada de dignidade, nesse caso, forçoso é confessá-lo, "like a king", como diria o jornalista anglo-saxônico.

— E, então? indagou Guilherme Pereira de Carvalho, ao entrarmos no automovel.

Retruquei:

— E' um homem a quem se fica querendo bem.

— Esqueceste de pedir-lhe o retrato e um autógrafo.

Não esqueci. Isso é muito corriqueiro. O retrato levo-o na mente. O autógrafo, no coração.

O HOMEM-PENSAMENTO

Foi em Cintra, Sintra, como agora se escreve em Portugal, depois dum almoço oficial na majestosa sala dos Cisnes, que falei pela primeira vez com Salazar. Fumava-se no páteo mourisco, entre azulejos antigos, ao som das águas que cantavam nos repuxos. Um sol de verão vestia de ouro as silharias do antigo alcacer árabe. Os criados de libré ofereciam Macieira e licores.

Até então, no decurso de todas as festas centenárias, limitára-me a observar de mais longe ou de mais perto, conforme as circunstâncias e ocasiões, a figura do Presidente do Conselho. Não me atrevera a pedir-lhe uma entrevista. Doia-me roubar algum tempo, por mínimo que fosse, a um homem sob cujos ombros, em momento de excepcional dureza para o mundo inteiro, pesam tantas e tamanhas responsabilidades. Deixara ao acaso uma desejada aproximação que, nesse dia, amavelmente, o coronel Esmeraldo de Carvalhais me facultou.

Sou forçado a confessar que foi com certa emoção íntima que dirigí a palavra e ouví a voz delicada e grave do Restaurador e Renovador de Portugal, do homem de Estado que se tem imposto ao

seu país e ao mundo pela austera moral duma vida pura e pelo esclarecido patriotismo dum verdadeiro asceta do poder. Gestos simples. Frases simples. Fisionomia de aparência às vezes preocupada e séria. Mas uma grande iluminação interior que se percebe através dos olhos. Logo ao primeiro diálogo, compreendí que Salazar só ouve o que quer e só diz o que quer. Mais ainda: que rapidamente observa e compreende que espécie de interlocutor tem diante de si. Medido. Harmonioso. Sereno como um lago. Sabe de onde vem. Sabe para onde vai. Um grande pensamento o enche e o guia. Nem um passo em falso. Timoneiro seguro de seu povo, não tira os olhos da bússola senão para espreitar o horizonte e conteplar de relance o céu. Somente pelo respeito profundo que a sua pessoa e a sua obra me causam, eu seria incapaz de solicitar-lhe o martírio duma entrevista barata e de importuná-lo com o pedido trivial dum retrato e dum autógrafo.

Se fosse possivel — isso sim! — um encontro mais demorado, uma palestra mais íntima, em que tivesse oportunidade de sentí-lo e compreendê-lo, levantaria as mãos agradecidas para o céu. Mas já me contentava com aqueles minutos em que trocamos rápidas impressões no páteo ensolado e de águas cantantes. Falei-lhe de minhas anteriores visitas a Portugal, quando as revoluções se sucediam semanalmente, do descalabro que então reinava e da ordem e abundância que agora verificava e que tornava o país um oasis à margem duma Europa atormentada pela guerra.

O presidente do Conselho sorriu levemente e pronunciou estas palavras:

vivamente. Meu tempo é muito escasso, mas qualquer dia irei lá.

— Agradeço profundamente a atenção de V. Excia. e ficar-lhe-ia sobremaneira grato se me desse a honra de prevenir-me. Estimaria poder guiar V. Excia. e dar-lhe todas as explicações.

O Presidente do Conselho aquiesceu com um sorriso amavel. Ainda falamos um instante. Alguns convidados aproximaram-se. Um fotógrafo bateu uma chapa do grupo. Afastei-me discretamente.

Passaram-se muitos dias. Uma noite, ao chegar ao meu pavilhão, o funcionário de serviço disse-me um tanto emocionado:

— Sr. Diretor, o Dr. Salazar acaba de sair daquí.

— Quem?

— O Dr. Salazar, o Presidente do Conselho.

E apontou-me ao fundo da iluminada praça do Império uma limousine escura:

— Lá vai o seu automovel, ao pé dos Jerônimos.

— Como foi isso? indaguei.

— Eu acabava de chegar e tomar conta do serviço, quando Sua Excelência, em companhia somente dum cavalheiro que não conheço, saltou do carro aquí à porta, deu singularmente as boas-noites ao porteiro e aos guardas, e entrou. Examinou as estátuas do vestíbulo. Visitou a sala do Brasil Independente. Demorou-se seguramente uma hora a percorrer devagar a Exposição Colonial, lendo os nomes dos Governadores Gerais e dos Vice-Reis, nas paredes, sob os brazões luminosas. E, elogiou ao companheiro a concepção da Árvore-Simbólica da

Ilha Grande, em que o tronco de que saiu o Brasil mergulha as raizes em Portugal.

Depois de uma pausa:

— Oferecí um catálogo a S. Excia., que agradeceu e o pôs debaixo do braço. Dei outro ao cavalheiro que o acompanhava. O senhor pode ficar certo de que fez a visita com manifesto interesse. Leu etiquetas. Deteve-se a examinar vários quadros e objetos. Não me atreví a dirigir-lhe a palavra. À saída, cumprimentou amavelmente a todos e parou uns momentos a palestrar com o engenheiro Sá e Melo, sub-comissário da Exposição, que vinha passando. Ouví que lhe dizia: — "Isto aquí está muito bem". Foi pena o senhor não ter chegado mais cedo!

— Na verdade, rematei, foi pena!

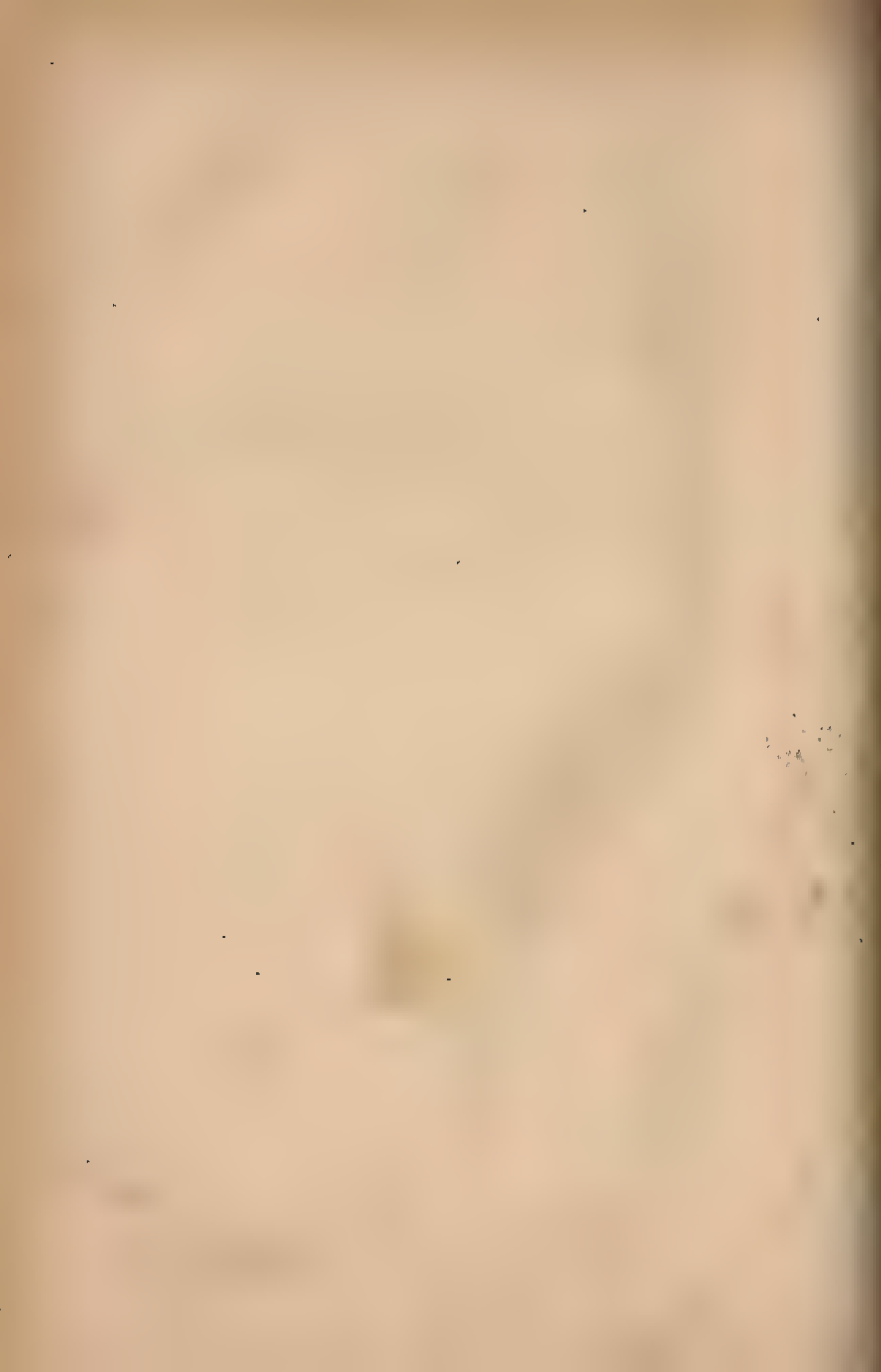
O Presidente do Conselho cumprira a promessa feita em Cintra; mas, conforme a sua vontade, discretamente, sem anúncios, quase só, afim de poder ver, examinar e comentar consigo próprio. E eu perdera magnífico ensejo de estudar um pouco a atraente figura desse Homem-Pensamento. Pensamento e Vontade.

— Foi pena!

II

O ROSÁRIO DAS PEDRAS QUE FALAM

"Em Portugal não existe recanto, por sumido e anônimo, que não possua, ou um foral delido nos seus selos pendentes, ou uma atalaia com figueiras bravas abraçando-a, ou uma fonte bojuda, de nicho e inscrição ao meio de arco-real, um *detalhe,* enfim, que sirva de ponte de apoio para uma evocação inteligente do passado, para uma lição humana daquilo que lá vai, mas que é a essência permanente do nosso ser".

ANTÓNIO SARDINHA

A VILA DAS RAINHAS

Devo ao meu querido amigo, professor Luciano Ribeiro um dos mais cultos e belos espíritos de Portugal, o conhecimento íntimo da vila de Alenquer. Vindo do Porto ou indo a Caldas da Rainha, passara já em frente desse lindo presépio que se dependura sobre o rio na encosta dos morros e, à noite, se estreleja de luzes. E' um sítio na verdade encantador. Luciano Ribeiro levou-me ali num domingo ensolado para visitar o Museu Arqueológico de seu amigo Hipólito da Costa Cabaço, que, sem o menor auxílio dos poderes públicos, procede a excavações nos arredores da vila, reunindo e classificando em sua casa as reliquias do passado que encontra: artefatos neolíticos, cerâmicas pré-históricas, armas de bronze, moedas gregas, vasos romanos, fíbulas e selos medievais. Depois, nos Paços do Conselho, assisti a uma interessante conferência sobre a história da cidade, pronunciada por Francisco de Assis Oliveira Martins, que, como jovem historiador, continua a ilustrar o nome de seu tio, o grande Oliveira Martins.

Luciano Ribeiro adora a vila de Alenquer e sobre sua significação e riqueza histórica escreveu

bem lançado e bem documentado trabalho. E como não adorá-la, se é um dos mais gloriosos torrões do glorioso Portugal? Estância de populações pre-históricas, povoado luso, foi a Jerábrica dos romanos, teve castelo de que restam melancólicas ruinas e entrou na casa das Rainhas de Portugal. Pátria de Pero de Alenquer, de Damião de Góis, sepultado na igreja da Várzea, de Afonso de Albuquerque e de Camões, que com certeza confessa no soneto C das edições de 1772 e 1852 de suas obras poéticas:

"No mundo poucos anos, e cansados
Viví, cheios de vil miséria dura;
Foi-me tão cedo a luz do dia escura,
Que não vi cinco lustros acabados;

Corrí terras e mares apartados,
Buscando à vida algum remédio ou cura;
Mas aquilo, que enfim não quer ventura
Não n'o alcançam trabalhos arriscados.

Críou-me Portugal na verde e cara
Pátria minha Alenquer; mas ar corruto,
Que neste meu terreno vaso tinha,

Me fez manjar de peixes em ti, bruto
Mar, que bates na Abasia feia, e avara
Tão longe da ditosa pátria minha".

A familia de Luiz de Camões viveu em Alenquer, alí exerceu cargos e amanhou as terras em propriedades que conservam seu nome até nossos dias. Naquela região do Ribatejo, segundo me in-

... Ainda se fala no *casal de Camões*. Um ... do poeta foi alcaide do castelo que dominava a vila.

Leonardo Ribeiro considera a região de Alenquer o Eldorado da arqueologia portuguesa por ter sido, graças a um concurso feliz de condições geológicas, habitada desde remotíssimas eras. No seu ... se encontra riquíssima documentação que nos leva aos períodos da pedra lascada. "As épocas da pedra lascada, da pedra talhada e da pedra polida; as épocas dos metais e por aí fora através do tempo, todos os vestígios das civilizações pré e históricas ali tem sido encontrados, e identificados através de objetos de várias espécies, avultando de entre eles as moedas, padrões indiscutiveis da existência das civilizações no local".

À povoação referem-se os mais antigos geógrafos. E' a "Arábriga" de Plínio, a "Arábriga" de Ptolomeu, a "Jerábrica" ou Hierábrica" de Antonino. A cavaleiro da antiga vila lusitano-romana ... alicerces dum castelo que defendia essa Sintra do Ribatejo e que Afonso Henriques tomou aos árabes no ano da Graça de 1148. Sancho I no seu testamento legou a vila de Alenquer à infanta D. Sancha e daí ela continuou no apanágio das Rainhas de Portugal, a quem seus alcaides rendiam preito e, entre eles, Vasco Cesar Fernandes de Menezes, 1.º Conde de Sabugosa, 5.º Vice-Rei do Brasil, ao tempo de D. João V.

O castelo resistiu ao Mestre de Aviz, fiel a D. Leonor Teles, a quem pertencia, como fora fiel a D. Sancha contra Afonso II. D. João I abateu-lhe como castigo parte dos muros e mandou arrancar-lhe os cunhais à torre de menagem. D. Leonor, viu-

va de D. Duarte, reedificou-o. Depois, nunca mais cuidaram daquela fortaleza que, em 1580, ainda defendeu D. Antônio Prior de Crato; o tempo e os terremotos, o abandono e a picareta reduziram-na à expressão mais simples. Somente excavações e estudos meticulosos puderam em nossos dias precisar a época das suas silharias e argamassas fernandinas ou pré-fernandinas. As moedas encontradas nos vários pisos determinaram a parte correspondente à 1.ª dinastia e a parte correspondente à 2.ª.

Os forais de Alenquer contam-se entre os mais antigos de Portugal. O 1.º dado pela Infanta D. Sancha, data de 1212. O 2.º, de D. Manuel, data de 1510. Este comprova àquele. E ambos protegem a indústria caseira e livram de impostos o artezanato, como atualmente se esforçam por fazer os Estados Modernos. O mundo como que se volta para as sadias experiências do passado, despertando dum sonho político-social que muito caro lhe tem custado.

"Dos lugares de que temos conhecimento em Portugal — escreve o professor Luciano Ribeiro — que fornecem ao investigador maior soma de elementos de trabalho, Alenquer figura na cabeça da lista. Remontando, ou querendo remontar os estudos a qualquer das épocas que a humanidade tem atravessado, em Alenquer se encontram sempre elementos de todas elas. Das épocas pré-históricas aos tempos modernos, de tudo ali se encontra. Subsolo rico de material para o estudioso. Lugar que não tem sido estudado como bem o merece. Se não fossem os trabalhos de Carlos Ribeiro — geólogo dos mais notaveis — e Guilherme Henriques que começou a desbravar o campo dos estudos da

doria desta região, estaríamos hoje ainda sem qualquer bibliografia que pudesse de algum modo guiar o investigador".

De fato, monumentos e elementos de todas as civilizações européias, mesmo as mais remotas, se encontram na vila de Alenquer e seus arredores: testemunhos das idades neolítica e eneolítica, dos iberos e fenícios, dos gregos e romanos, dos visigodos e árabes.

A vila pertenceu sempre às Rainhas e Infantas Foi de D. Sancha, filha de Sancho I, de D. Brites, mulher de Afonso III, de Leonor Teles, viuva de Fernando I, de D. Leonor, viuva de D. Duarte, de Santa Isabel, esposa de D. Diniz. Nas encostas do morro onde se ergue o convento de São Francisco e do outro onde se veem os vestígios do castelo, descendo para o rio, as casas brancas da vila das Rainhas se estendem ou se acumulam como um rebanho em repouso. E' verde o ondulado do terreno em volta e as folhagens viçosas das figueiras transbordam dos muros e sebes dos pomares. O ar é doce, o céu suave e a paisagem pinturesca faz-nos sentir a alegria de viver.

Nos arredores, sítios deliciosos como o Conventinho, onde os restos dum claustro medievo, que se encostam à residência moderna duma quinta abastada, convidam à meditação e ao descanso. Compreende-se que as antigas Rainhas, tão mulheres como quaisquer outras mulheres, demorassem com prazer nessas estâncias poéticas. Na quinta do Conventinho, os cedros povoados de pássaros vestem o recosto das colinas. À sombra dos olmeiros, nas águas paradas e transparentes os cisnes boiam como grandes flores cor de neve. Nas ruinas

do claustro, dorme o sono eterno uma das mulheres que Camões amou. E do alto dum mirante, no viso dum serro, se avista ao longe, mais azul do que o céu, o mar, esse mar sobre o qual vogaram as naves portuguesas, escrevendo uma história gloriosa que não poderia caber na pequenina praia lusitana e que encheu o mundo com seu sentido cristão e universalista.

PEDRAS E PINHEIROS

O pinturesco das ruas de Leiria só pode ser bem sentido e fruido à noite. Então, as vielas retorcidas entre altos muros que lembram a Idade Média e as casas brancas ligadas por arcos à maneira árabe se envolvem numa penumbra de mistério. Tudo dorme. Meus passos ressoam vagarosos nas pedras miudas do calçamento antigo e as sombras dos gatos vadios escorrem ligeiras ao longo das paredes. Do alto de sua penha, o grande castelo ameiado e atorreado contempla a cidade adormecida. Os finos colunelos de mármore da "loggia" de sua alcaçova, moradia outrora de D. Diniz e da Rainha Santa Isabel, alvejam à luz das estrelas. No meio daquelas ruinas que ora se restauram, em séculos idos se reuniram as Cortes da antiga Monarquia e pelas suas janelas geminadas, agora bocas enegrecidas pelas trevas, jorraram as luzes dos saraus festivos.

Quando, em minhas gratas peregrinações através da terra portuguesa no ano das glorificações centenárias, pousava na velha cidade arábica-medieval, sua fisionomia original e vetusta não me acordava a lembrança das eras mortas em que al-

bornozes moiriscos perpassavam pelos becos e congostas ou as esporas rudes dos homens de guerra retilintavam nas lages. Tudo isso como que se esvaia na bruma de tempos longínquos e uma figura mais moderna, irônica e elegante, com o monóculo espetado no olho e o riso do século XIX sob o bigode, me espreitava a cada canto .Eça de Queiroz surgia vivo diante de mim e tomava-me pela mão. A leitura, tantas vezes feita, nos anos da minha mocidade literária, do "Crime do Padre Amaro", aflorava na minha lembrança. Dizem em Leiria que o episódio básico do romance aconteceu realmente e que o grande escritor somente o imortalizou na arquitetura de sua prosa inimitavel. Embora toda a minha formação espiritual seja adversa ao pensamento fundamental da época dissolvente de Eça de Queiroz, a magia da forma com que ele revestiu seus escritos apagava na minha mente, dentro daquele cenário, as histórias e as lendas, deixando vivo sómente o livro em que o estudo analítico da vida quotidiana na cidade, onde residiu e observou o romancista, atinge as raias da perfeição.

Detenho-me em frente duma pequena farmácia mal iluminada, numa esquina saliente, quase diante do vulto de pedra, pesado, uniforme, escuro da Sé, que enche a noite, mais alem. Por trás dela, após um arvoredo, ergue-se um sobradinho amarelo com uma venda no rez do chão e, na parede, a placa negra da quilometragem da estrada de Lisboa ao Porto. Reza a tradição local que era aquela a casa do sineiro, onde Amaro se encontrava com a amante, enquanto a menina entrevada ficava a

sofrer no seu leito de angústias. Surpreendia-me a murmurar instintivamente:

— Esta era decerto a farmácia, de onde o boticário ficava a cocar a vizinhança e a ver passar a filha da S. Joaneira para seus clandestinos encontros amorosos...

Por que não? A S. Joaneira parece que existiu. Algumas pessoas da cidade com quem conversei uma tarde apontaram-me a sua casa, à esquina da praça principal, do outro lado das arcadas dos antigos Paços do Concelho, à entrada duma viela encurvada que passa pela farmácia e vai sair ao largo da Sé, a rua da Misericórdia. Liga-a à casa fronteira um arco por cima da rua estreita.

Quando nas noites em que estive em Leiria, o Eça com o séquito de seus personagens assim me perseguia, deixava as ruas apertadas e escuras, atravessava a ponte do rio Lis e, galgando uma pequena ladeira, punha-me a contemplar a massa negra do castelo medieval, alcandorada na colina, com sua fina arcaria de mármore rendilhada no céu e o vulto gigante da torre de menagem perfilado entre as estrelas faiscantes. O esplendor de Venus fulgurava nas alturas. Então, meu espírito se desprendia do burlesco e do trágico da vida comezinha que o romancista magistralmente pintou nas sua páginas para evocar do fundo das idades as imagens das gestas e das côrtes, das epopéias e das agiografias: guerreiros e trovadores, letrados e sábios, reis e heróis, mártires e santos, que criaram Portugal, o amaram, engrandeceram e dignificaram pelos séculos dos séculos. As pedras do castelo falavam-me, então, da rainha Santa com o avental repleto das rosas do milagre. O pinhal

negro que veste campos e serras em derredor recordava no seu rumorejo onturno El Rei D. Diniz, que o plantou para que um dia com suas madeiras se fizessem os tabuados e mastros das caravelas e naus que levariam as sementes da civilização cristã por mares nunca dantes navegados a terras nunca dantes conhecidas. Só assim se apagava dentro de mim a aparição de Eça de Queiroz...

A CAPITAL DOS TEMPLÁRIOS

Tomar é uma pequena cidade portuguesa que brota entre verduras e flores, e se debruça sobre um rio esverdinhado e tranquilo, um rio sem pressa. Suas casas brancas aninham-se como que ainda assustadas das algaras mouriscas e dos fosados medievais à sombra colossal dum convento-cidadela, o convento-castelo da Ordem de Cristo. E, se não fossem esses muros multisseculares, essas sólidas e históricas arquiteturas, ninguem se desviaria das estradas principais para visitar esse povoado afastado e calmo.

O manto da Ordem de Cristo, cujo primeiro grão-mestre foi o famoso Gualdim Pais, cobriu protetoramente em Portugal a Ordem dos Templários, quando esta sucumbiu aos golpes que lhe vibrou Filipe o Belo, rei de França, aliado ao Papa. O convento de Tomar era, pois, sede duma ordem monástico-guerreira que, com as de Aviz e Santiago, combatia os muçulmanos na Península. Foi a capital dos Templários.

Massa colossal de pedra, coroando um monte, impresiona pela grandeza. Súmula arquitetural de vários séculos seguidos, abrangendo longo período

que vem da Idade Média aos risonhos e faustosos tempos de Dom João V. A igreja primitiva, contemporânea das Cruzadas, encerra, como um relicário de pedra bruta, delicada charola bizantina, renda de ouro patinado que nos acorda vaga lembrança de Santa Sofia, do Santo Sepulcro ou da Mesquita de Omar. A charola abre para a sala do Capítulo que é o partenon do estilo manuelino. Os olhos dum viajante francês descreveram, maravilhados, sua janela principal que projeta no exterior suntuosa floração de pedra, e que Ramalho Ortigão e tantos outros escritores portugueses celebraram com verdadeiros hinos de admiração. Eis o que diz ele: "Influências italianas, influências espanholas chocam-se aqui como notas falsas ao lado da arte nacional, reinado do exótico, gama de motivos, cada qual o mais complexo, que se estendem em grinaldas, sublinham os panos de muros, as estátuas, as portas, amplificam-se, exasperam-se e acabam nesse prodigioso final - a janela capitular. Essa janela da Casa do Captítulo, feita de algas, esferas, rendas, madréporas, cabos enrolados e torcidos como serpes, coroada por uma rosácea de velas pandas, é uma maravilha quase monstruosa na sua originalidade; parece à primeira vista um ídolo da Ásia, um jardim dos suplícios ou uma flor do mal e não passa, em suma, do poema do mar, do misterioso breviário em que os Cavaleiros da Ordem de Cristo, de regresso das terras remotas, podiam ler a qualquer hora, com suas glórias passadas, um ardente convite para novas aventuras".

O manuelino arquitetura verdadeiramente portuguesa como expressão viva da era dos descobrimentos — é uma simbiose do renascimento, do

gótico e dos estilos orientais, exótica e glorificadora, o poema em pedra da gloriosa aventura trágico-marítima de Portugal. Mas, em nenhum dos seus grandes monumentos, mesmo no mosteiro dos Jerônimos, sua simbólica atingiu o esplendor da grande janela da casa do capítulo de Tomar e da parede em que a encarvou a mão dum mestre inspirado. Dum lado e doutro, a Jarreteira sustendo a construção. Troncos e raizes dos sobreiros que deram corpo às naus aventureiras. Cabos e nós. Correntes e âncoras. Pólipos e palmeiras. A flora marinha e a das terras ignotas. O esforço, o sacrifício, o heroismo, a glória. E a cruz da Ordem de Cristo que sangrou no velame das naus, que ondeou nos pendões das conquistas, apregoando aos séculos que Portugal é um País Cristão.

Do fundo de pequeno e antigo claustro medieval, posterior à sala do capítulo, encravada entre claustros, cada qual duma época, fico assentado numa pedra longo tempo a contemplar a silharia manuelina, a ler a escrita simbólica, aquí enegrecida e alí dourada pelos séculos. Depois, meus passos se arrastam pelos outros claustros silenciosos, alguns arruinados, onde voam pombos e somente o canto das aves rompe o silêncio cheio de sol. O último, acadêmico e convencional, filho do néo-classicismo do Renascimento como que grita por se achar encostado à venerabilidade medieval do edifício. Ele foi levantado quando o espírito do homem, namorando o paganismo morto, contentou-se em viver de si próprio. Os outros ergueram-se nos tempos em que o espírito humano, triunfando da matéria pelo sentido cristão da vida, se embebeu de misticismo e, ao invés de olhar para o pas-

sado, procurou no arremesso das ogivas atingir o céu.

Paro ao meio da arcaria imitada dos romanos, o meu olhar demora ao fundo, onde se rasga uma janela quadrada. E' a moldura de pedra da paisagem que por ela se descortina: uma visão, não de Portugal, mas da bela e doce terra italiana, dos arredores do Val-d'Arno: o oitão branco dum casal brotando do recosto verde duma colina entre os fusos escuros dos ciprestes...

A SEMPRE LEAL VIDA DE ÓBIDOS

Óbidos é uma das vilas mais interessantes de Portugal. Adormecida no meio de sua cintura de muros ameiados, à sombra do velho castelo com sua torre de menagem, lembra as raras cidades européias que conservam muralhas medievais: Aigues-Mortes, Carcassonne ou Avila-de-los-Caballeros. Burgo caracteristicamente medievo, exemplar único do que era uma povoação fortificada do século X ao século XII, parece morto na aparência, mas nele vive e palpita a história de Portugal em cada pedra trabalhada, em cada cubelo coroado de ameias.

A vila de Óbidos atrai extraordinariamente os espíritos que gostam de mergulhar no passado. Nas minhas constantes excursões pelas terras da Estremadura e da Beira-Litoral, sempre que demandava Peniche ou as Caldas-da-Rainha, vindo de Torres-Vedras ou indo da Nazaré, mandava o automovel subir a ladeira que leva à porta ogival da vila atorreada e nela penetrava como num santuário de tradições. Pelas ruas estreitas em que desembocam becos, vielas e congostas, entre casas quase milenárias, dirigia-me ao castelo. O guarda já me co-

nhecia. Abria o largo portão e não me acompanhava mais. Deixava-me andar à vontade pelo pátio, onde se atulham os materiais de restauração — porque o governo de Salazar restaura tudo em Portugal: a ordem, as finanças, os monumentos históricos; pelas empinadas escaleiras, pelos caminhos de ronda, pelas barbacãs e atalaias.

Dos altos cirados, meu olhar se espraiava pelas paisagens que se desenrolam a perder de vista: pinhais e campos de semeadura, choupais e veigas, vinhedos e pastagens, pomares e quintais, aldeias e montes, ora caiados de sol intenso, ora diluidos nas primeiras sombras da tarde. Para os lados de Bombarral, ao sul. Para os lados de Caldas, ao norte. Para os lados de Peniche, a oeste. Para os lados de Rio-Maior, ao nascente, Alto ponto de vigia e cruzamento de estradas, já os túrdulos e os celtas o tinham ocupado. Os romanos alí erigiram uma de suas torres sinaleiras, *torres-vedras*, torres do facho. Reunida no seio da palissada celta ou em derredor de atalaia romana, a vila tornou-se cristã e visigoda, quando as tribus germânicas retalharam o Império. Era famoso seu templo de Santa Maria.

Quantos séculos! Da paisagem que se alonga em volta, a vista se recolhe à que se comprime na cintura de dois quilômetros da muralha, telhados escurecidos pelo tempo, pedras alcatifadas pelo mugre dos centenários, torres cristãs em que tangem sinos na doçura da tarde. "Sempre Leal Vila de Óbidos". Afonso Henriques, estendendo Portugal para o sul, tomou-a aos árabes em 1148. Fiel a Sancho II, fechou ao conde de Bolonha, depois Afonso III, suas portas e postigos: portas da Vila, do Vale, da Cerca e da Talhada, marcando os qua-

nos pontos cardeais; postigos do Arrabalde e do Jogo da Bola.

Da alcáçova, no castelo, um balcão de lioz branco, sobre o qual abre uma ogiva delicada, debruça-se sobre o abismo. Era dalí, decerto, que as castelãs saudosas alongavam olhares românticos, nas claras noites de luar, pela várzea da Rainha, onde as fitas brancas das estradas se perdiam à sombra dos olmeiros. No fundo, a lagoa de Óbidos cintilava como um espelho. Todas aquelas pedras religiosas ou militares falam de qualquer coisa, lembram sucessos e personagens: São Teotônio, prior da velha matriz; a Rainha dona Leonor de Lencastre, criadora da Santa Casa; a Rainha-Santa D. Isabel, fundadora da gafaria ou leprosário; o raçoeiro Pero Fernandes que edificou no século XIV a igreja de São Martinho.

Todos aqueles muros que o tempo enegreceu e que, de longe, azulescem no espaço, diademando o viso do monte, rememoram feitos de heroismo ou de fé, as duas grandes virtudes que foram a glória maior de Portugal. Contam longa história que vem dos celtiberos, através dos romanos, dos godos e dos sarracenos até nossos dias. Toda essa história, dentro daquela cintura de ameias, resume-se em fazer a guerra e louvar a Deus, duas coisas que os homens quase teem desaprendido de fazer. Da primeira encarregam máquinas destruidoras. A segunda substituiram pela incredulidade e pelo materialismo. Além da história, as pedras testemunham a arte. As linhas gerais na harmonia das formas, os pormenores na delicadeza da feitura apresentam um conjunto que exprime os sentimentos duma época e, por isso, nos instrue e nos diverte

o espirito. Não somente nossos olhos se agradam em ver o lavrado nas pedras antigas; nossas mãos se prazem em acariciar uma moldura, uma arrecada, um rendilhado que o cinzel carinhosamente abriu na matéria bruta ao sopro duma inspiração superior.

Com um grande encanto espiritual de quando a quando entrava os velhos umbrais do burgo medieval como quem ia tomar contato com outros periodos da vida, com as sombras da história, com a alma de tempos idos.

A PENÍNSULA DOS TRÊS CASTELOS

O panorama que se descortina da serra do Arrábida sobre o mar e a embocadura do rio Sado é daqueles que para sempre ficam gravados na nossa memória visual. Um azul heráldico no céu e nas águas dá àquela ergião qualquer coisa de irreal, de sonho. Azul mais azul do que o da "Côte d'Azur". Azul da Gruta Azul de Nápoles. E do alto das penhas por onde corre, serpenteando, magnífica estrada de rodagem, o olhar vê o fundo do oceano através do azul diáfano das águas.

Todo esse litoral da Estremadura que vai do Tejo a Setubal é, na verdade, cheio de mágicos encantos. As montanhas abruptas, ora despidas, pespontadas de fraguedos, ora cobertas de linda vegetação verde, debruçam-se a pique sobre o manto azul do mar, debaixo do docel azul do firmamento. Pelas fráguas abaixo, dependurados, conventos, ermidas cruzeiros, casas de verão. E lá em baixo, onde a terra toca na água e as espumas riem nas praias, as lapas misteriosas, as grutas escuras, os ilhéus pinturescos, os portinhos quietos e felizes. Hans Christian Andersen, príncipe dos poetas, dina-

marqueses no século XIX, comparou essa terra ao Paraiso que nossos primeiros pais perderam.

Aquele azul, de fato, aranca-nos às realidades do presente para nos atirar aos sonhos do passado. E' um azul que nos penetra a alma, que penetra tudo em redor. Tem-se, às vezes ,a impressão que o vento que está soprando é azul, que é azul o silêncio das imensidades lá no alto da serra da Arrábida, diante do mar e debaixo do céu. Tudo azul!

De subito, numa curva da estrada de onde o olhar se perde no risco branco das praias além do Sado, os olhos descobrem o casário, branco e vermelho de Setubal, antiquíssima aldeia de pescadores. Setobriga dos romanos, dizem os eruditos; mas isso não consegue apagar-me da mente essa terminação *bal* — Setubal, que lembra os fenícios ou os cartagineses. Dalí saiu no século XV a armada de Afonso V para a conquista da África. O primeiro passo para a expansão portuguesa no sentido do Império Atlântico. Hoje é a terceira cidade de Portugal. Dela não saem mais armadas conquistadoras, porém conservas e vinhos.

A região de Setubal forma uma península trapezoidal delimitada ao norte pelo Tejo, do Mar de Palha ao Bugio, ao sul pela foz do Sado e a costa até o cabo Espichel, a leste pela estrada de rodagem de Montijo à ria da Maraleca, a oeste pela serra da Arrábida sobre o oceano. Compreendendo-lhe a importância , seus possuidores, desde os mais antigos, alí estabeleceram forte sistema defensivo que foi passando de mão em mão, sofrendo transformações naturais e necessárias até chegar com seus vestígios e ruinarias ao nosso tempo. Compunham esse sistema utilizado talvez pelos

celtas, pelos romanos, pelos visigodos, pelos árabes, pelo feudalismo e até pelos espanhóis, três grandes castelos e uma torre fortificada. Erguidos no alto das penhas, os três dominam os horizontes como gigantescas atalaias de pedra. De qualquer um se avistam os outros dois, de modo que podiam trocar sinais, sobretudo, à noite, com as almenaras.

O primeiro é o de Sesimbra, do qual restam a cerca de muros ameiados e a um dos cantos, como a acrópole das antigas cidades gregas, a alcáçova torreada. No meio da cerca, no descampado batido da ventania, uma capela do século XII, refeita no século XVIII, com uma imagem de pedra do século XIII e os mais lindos azulejos da época joanina que se possam imaginar. No horizonte translúcido e azul, os panos crenulados das muralhas com suas torres e cubelos grimpam pelas alturas da serra vasios e mortos, atestando que ali houve outróra uma vila como Óbidos, murada e acastelada, a Zambra dos romanos erigida sobre os restos dum ópido celta, três séculos anterior ao nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo. Afonso Henriques conquistou-a aos árabes. Sancho I povoou-a. Afonso II deu-lhe previlégios. D. Diniz elevou-a a vila. Foi do mestrado de São Tiago e comenda dos Duques de Aveiro. Hoje a cidade se espraia junto ao mar, numa dobra da serra. Lá em cima, os muros antigos envolvem somente a capelinha solitária, perfilada entre as ameias regulares, no azul maravilhoso do céu espanado pelo vento. Veneravel testemunha do que desapareceu na voragem do tempo.

O segundo é o castelo de São Filipe, ao pé mesmo de Setubal, admiravel tipo de arquitetura militar no século XVI. Levantou-o por ordem de Filipe II o engenheiro militar italiano Terzio, vindo para Portugal ao tempo de Dom Sebastião. Terminou-a outro italiano, Leonardo Suriano. Construção imensa e pesada. Labirinto de bastiões e revelins, cisternas e alojamentos, casamatas e subterrâneos. Algumas ruinas. Na capela, azulejos taveis de Bolina Bernardes, do século XVIII. O ponto já era fortificade quando o soberano espanhol mandou alí assentar os alicerces do novo castelo. Não há notícias, no entanto, do que havia. Em 1580, quando da morte do Cardeal-Rei D. Henrique, a expedição do Duque d'Alba desembarcou em Setubal e encontrou forte resistência. Isso deu a Filipe II a idéia de construir naquele lugar estratégico, que domina a cidade, o porto e a entrada do Sado, uma fortaleza de primeira ordem. Aquelas pedras escuras, pois, aquí e alí acobreadas pelo mugre dos séculos, lembram a dominação castelhana. De Castela — diz o povo português — nem bom vento nem bom casamento.

O terceiro castelo é o mais notavel de todos. Palmela, Cabeça da Ordem Militar de São Tiago, como Tomar o foi da Ordem de Cristo. Burgo galo-celta. Fundação do pretor Cornelio Palma, que lhe deu o nome. Alcacer mourisco. Fortaleza árabe que os cavaleiros de São Tiago tomam em 1166 e passam a habitar desde 1194. Imensa edificação coroando o cabeço dum monte, de onde a vista se perde nos horizontes sem fim. Percorrí-a com va-

gar, pisando de leve, num crepúsculo de verão, com receio de acordar os mortos adormecidos há tanto tempo no seio das suas capelas, sobre os arcosólios manuelinos, debaixo do tampo dos túmulos góticos. Ruinas. Ruinas. Mais ruinas. Ali, contudo, como cantava o poeta, outróra ressoaram hinos... Que alegria e que rumor naquele luminoso dia do ano da Graça de 1113, quando o Infante D. João, Grão Mestre de São Tiago, filho d'El-Rei D. João I, Grão Mestre de Aviz, veiu tomar posse à frente de todos os seus cavaleiros! Aquele vento que me açoitava o rosto fizera tremular as bandeiras heráldicas, os guiões das altas lanças e os mantos brancos crucigiados de roxo que cobriam as lustrosas cotas de malha. Do alto da torre albarrã as trombetas bastardas clarinavam no azul. E, no empedrado dos páteos, diante da capela gótica, piafavam e batiam com as ferraduras os grandes corcéis de guerra...

Evocando o passado, morto no tempo, mas vivo na minha imaginação, levei meus passos vagarosos até a nave do templo abandonado, onde nas pedras sepulcrais a linguagem heráldica me dizia, antes das inscrições, os nomes dos guerreiros desaparecidos: Gouveias, Lencastres, Almeidas, Coutinhos. Subi ao eirado da altíssima torre de menagem e desci ao subterrâneo, onde nos fins do século XV pereceu envenenado D. Garcia de Menezes, bispo de Evora. Era quando reinava em Portugal aquele que a Rainha de Castela chamava somente *El Hombre*, D. João II, o Príncipe Per-

feito, e ai! de quem conspirasse contra sua vida preciosa.

A torre do Outão, levantada aos pés da Arrábida, completa o sistema defensivo dos velhos castelos. Alí havia em tempos do paganismo um santuário possidônio, naturalmente de origem atlante, no meio de cujas ruinas, ainda nas primeiras éras do cristianismo na peninsula, se via uma grande estátua de Netuno. Das mãos dos árabes passou naturalmente à dos conquistadores portugueses que desciam do norte. O Mestre de Aviz, D. Manuel e D. Sebastião cuidaram sempre de manter fortificada a ponta do Outão. D. João III e D. João IV não descuraram de sua conservação. Um episódio liga a velha torre à história do Brasil. Matias de Albuquerque, um dos heróis da guerra holandesa, nela esteve preso quando acusado de cúmplice do marquês de Vila Real contra D. João IV. Desmentiria as acusações com a sua bravura na batalha de Montijo.

No interior da peninsula de Setubal, os pinheirais alternam com as oliveiras e os vinhedos, os casais brancos se aninham entre os pomares e os largos portões das herdades e das quintas abrem sobre as estradas claras, ensopadas de sol. Entre as quintas, aquela da Bacalhôa, de tão bizarro traçado arquitetural, com seus torreões de cúpolas em melão, com seu pátco emoldurado de *loggias* elegantes e com seu encanto real e secular. A moldura exterior da peninsula é a serra da Arrábida, verde de arvoredos ou escura de pedrouços entre o azul do ceu e o azul do mar, dois azues incom-

paraveis. Cravada no seu seio, catedral marinha onde deveria residir o Netuno encontrado em Outão, a gruta de Santa Margarida. Pendurados dos fraguedos, desde 1542, quando o Duque de Aveiro o fundou, o Convento-Novo e as capelas ou celulas do Convento-Antigo, moradia de rudes monges medievais, de verdadeiros trogloditas, que haviam transformado aquele delicioso rincão num eremitério à maneira das lauras do monte Athos. Contemplando aquele azul paradisíaco, oravam nas penhas, em extase, sonhando com a Eterna Beatitude. Ouvindo o cavo rolar do oceano nas grutas catedralescas, dormiam enrolados nos grosseiros bureis, sobre tábuas de sobreiro, a cabeça encostada a uma pedra. Como vai longe esse tempo!

O TÚMULO DE PEDRO ÁLVARES CABRAL

Das Portas do Sol, em Santarem, o olhar abrange um dos mais belos panoramas de Portugal: as lezírias do Ribatejo, dum lado; as planuras do Alentejo, do outro; e a grande ponte de ferro que liga as duas regiões tão diversas, uma verde, a outra parduzca. O sol fere-as de chapa na manhã fresca, entre verão e outono. Uma poeira de luz esbate as serras e borboleteia na tremulina azulada das águas do rio, lá em baixo. As fitas brancas das estradas, coleiam campos afora. As cotovias voam. E, debruçado entre duas ameias dos antigos panos de muralha do castelo árabe, medito diante da paisagem...

Os muros árabes da antiga Xantereine cercam hoje um jardim municipal cheio de roseiras floridas; mas coroam um cabeço de monte debruçando-se sobre o Tejo. Cortinas, adarves, cubelos de pedra mourisca estendem-se para todos os lados, com suas pontudas e escuras ameias recortando-se no azul puríssimo do céu. Duma das atalaias penduradas sobre o abismo, olhando os campos que se enrugam, prolongam e acinzentam até o hori

-onte, é facil abstrair o que existe agora em volta e ver com os olhos da imaginação, no silêncio encolado do dia luminoso, as mesnadas cristãs com os balsões ao vento caminhando para o castelo que Afonso Henriques vai conquistar na sua arrancada para o Sul. . .

Quando se volta dessa contemplação, o andar torna-se vagaroso; pelas ruas típicas e estreitas o olhar procura as velhas pedras — pedras que falam, carregadas de heráldica e de história, pedras que contam o passado, pedras que lembram homens, pedras que explicam fatos, pedras que emudecem diante de quem as não sabe ler, pedras que revelam segredos íntimos a quem as conhece e as ama e decifra. A velha Torre das Cabaças, quadrada e austera, dignificada pelos séculos, domina o casário em que sorriem em face do conhecedor os vestígios da Idade Média, do Renascimento e do Barrôco. À sua sombra, numa antiga capela da Ordem de Malta, em cuja porta montam guarda dois elefantes de pedra ao gosto oriental, está o Museu Arqueológico, com seus impressionantes túmulos de lioz e de granito, semelhantes aos ataúdes das múmias, a forma da cabeça e a forma do corpo escavadas no tamanho natural do defunto.

Uma rua torcicolosa, ora dourada de sol, ora embebida na penumbra, leva até a igreja da Graça, que o Serviço dos Monumentos Nacionais está salvando da destruição e do abandono com uma conceituosa restauração técnica. No pórtico, nas capelas, dentro e fora, o românico, o gótico e o manuelino deixaram as marcas de sua passagem. Sân-

tarem é uma cidade por onde passei muitas vezes, indo para Leiria, para Tomar, para Fátima, para o Almourol, para Abrantes ou para Castelo Branco. Sempre fiz nela a mesma peregrinação, revendo com o mesmo prazer os aspectos já conhecidos: as Portas do Sol, a Torre das Cabaças, o Museu Arqueológico, e a igreja da Graça.

Conservavam fechada a sua porta principal por causa das obras; mas havia uma portinha lateral que vivia aberta. Descia pequena ladeira e entrava por alí. Atravessava a nave, cortava o transcpto e parava numa capela da ábside, nua e triste, os olhos fitos no chão, onde uma lage conservava inscrições legiveis. Sacodia-me uma emoção. Alí fôra sepultado Pedro Álvares Cabral, Senhor de Belmonte, o homem que descobriu o Brasil.

O CASTELO DE ALMOUROL

O chofer parou o carro à margem da estrada. Em volta, a paisagem maninha amarelecia sob o violento sol do estio. Junto ao oitão duma casa pequena com o telhado cheio de abóboras amadurando, estacionava um homem alto, de chapéu à banda e mãos à ilharga, que lembrava aquele Valentão das Nacejas, do "A Ilustre Casa de Ramires". Perguntei-lhe:

— Por onde se vai ao castelo do Almourol, faz favor?

O rosto moreno e corado desfranziu-se em um sorriso que pôs à mostra duas fileiras de lindos dentes sob o bigode curto. Respondeu:

— Sou o guarda do castelo. E' aqui ao lado. Vou mostrar o caminho a V. Excelência.

— Suba ao estribo, disse-lhe eu.

Cortamos pela fímbria dum campo de milho, atravessamos pequenino souto e logo o terreno se inclinou atorroado e pedrento. Por entre os troncos avistava-se de quando em vez uma placa metálica de água batida de sol. De repente, o Tejo apareceu serpenteando entre morros, uns áridos,

outros verdes. E, numa ilhota penhascosa e vestida de vegetação, a bruta massa de pedra duma fortaleza medieval com seus panos de muros ameiados entre os cubelos altos, dominada pela altiva e forte torre de menagem, onde tremulava ao vento, já descorada pelo tempo, a bandeira branca crucigiada de azul da Fundação da Monarquia.

O carro deteve-se quase junto da água, onde um enrocamento protegia a estrada. Desci. Atravessei uma ponte de barcos. Subi uma encosta íngreme. E o guarda abriu a porta do castelo.

Um pátio irregular e poeirento com rudes escaleiras de pedra levando aos caminhos de ronda dos adarves. Restos de paredes e alicerces da antiga alcáçova e a escura, quadrada, dominadora torre de menagem entre as outras torres como um guerreiro mais alto entre outros guerreiros.

O guia faz ranger uma chave antiga numa fechadura de broca e entro no escuro paralelepípedo medieval de granito. Uma escada de pedreiro, tosca e fragil, leva em zigue-zague até o eirado. Entre este e o chão, o tempo levou os taboados dos andares. Restam somente nos muros os buracos em que encaixavam as traves de sobro e de carvalho.

Lá em cima, debruço-me entre as ameias nas quatro faces do cubo granítico. Maravilhoso panorama. As duas margens do rio e o seu desenrolar para Castela e para a foz. As atalaias daquela torre avistavam de longe os inimigos, quer viessem por terra da Barquinha, de Tancos ou da Chamusca, quer descessem a corrente pelo lado da Espanha, quer a remontassem à força de velas ou de remos

do lado de Santarem e de Lisboa. A ilhota acastelada dividia a serpente líquida ao meio, as curvas dos açoreamentos obrigavam os barcos a manobrar vagarosos e a forma do castelo, semelhante a dum navio, com um cubelo à prôa, e outra à pôpa, nas partes mais avançadas dos penhascos, tornava quase impossível a travessia daquele passo estratégico.

Contemplando aquelas pedras históricas, quase milenárias, e aquela paisagem sobre que haviam passado tantos milhões de dias e de noites, dominada ao sol ou ao luar pela fortaleza medieva, esqueci-me do tempo e do espaço, esqueci-me de mim e comecei a falar em voz alta:

— Como eram os Cavaleiros Templários consumados mestres de castrametação! Como sabiam escolher os pontos estratégicos para seus castelos roqueiros! A construção do famoso *Krak* do Monte Líbano ainda hoje espanta os militares profissionais. Esta posição não é inferior à do *Krak*...

O guarda tossiu. Voltei à realidade. Mas, como um homem que não resiste ao sono e fecha as pálpebras contra a vontade, tornei a cair no meu solilóquio:

— Antes dos Templários, os mouros, e daí as lendas de requintado sabor mourisco, como aquela do Almourol e da Cárdiga... Almourol nome de romance de cavalaria... Almourol — o Mouro?... Os Templários combateram os mouros, ajudaram a formar e consolidar a nação recem-nascida... Eram senhores de Ceia, de Idanha, de Monsanto, de Ozezar, de Pombal e de Tomar... Estas pedras

aquí foram lançadas em 1171, para substituir à dum alcacer dos infiéis, por esse glorioso mestre Gualdim Pais, que eu quisera conhecer...

O meu guia ousou interromper-me:

— Se V. Ex. quer conhecer o Sr. Martim Pais é muito facil. Eu mesmo levarei V. Ex. à sua quinta, ao pé de Tancos...

Eu sorrí do engano do saloio.

— Não, meu amigo, muito obrigado. Ficará para outra vez. Ainda pretendo passar por aquí.

Já na estrada da Barquinha, o chofer perguntou-me:

— O Sr. doutor volta por Santarem?

— Não. Siga para Tomar.

O chofer não teve ânimo de dizer coisa alguma; porem o que ele não disse eu li no seu pensamento e foi isto:

— Que mania!... Já sei de cór o itinerário: Tomar, Fátima e Leiria para dormir. Amanhã: o castelo de Leiria, o castelo de Pombal, o castelo de Óbidos, o castelo de Torres Vedras. Com os diabos, este brasileiro não se farta de ver pedras velhas!...

Se ele pudesse compreender o que dizem essas pedras!...

O POEMA DOS MOSAICOS

No começo do outono, quando a temperatura começou a abrandar e principiaram a cair as primeiras folhas dos olmeiros e das tílias, fui ver as ruinas de Candeixa-a-Velha, perto de Coimbra onde se excavam antigos trigais, vinhedos e olivais, para descobrir os vestígios duma *urbs* romana. Aquele local denominavam outróra os árabes que avançaram até alem das margens do Mondego, *Al-Medina*, isto é, a Cidade. Já a encontraram decerto bastante arruinada e quase morta; mas fortificaram-se nela até que os cristãos os expulsaram. Depois, os moradores da redondeza foram levando as pedras que puderam e plantando a oliveira, a vinha e o trigo entre os muros brechados e as colunatas em desaprumo. O tempo fez sua obra devastadora. Os entulhos cobriram as lages graniticas das vias e a suntuosidade dos mosáicos das residências patrícias.

Até agora os trabalhos de desimpedimento só conseguiram por a descoberto pequena parte do que deve ter sido aquela povoação eminentemente civilizada. Talaram-na em primeira mão os bár-

baros nórdicos, suevos louros e ferozes, obrigando, segundo a tradição local, os moradores a destruirem uma parte das moradias dos arredores para a construção duma muralha de que se conservam restos e que restringiu sobremodo o perímetro urbano no viso da colina que cai a pique sobre um grotão. Novas incursões devastaram tudo. A cidade morreu. Os séculos lentamente passaram e só agora pouco a pouco se vão descobrindo as maravilhas sepultadas sob a poeira dos milênios.

A parte descoberta, embora reduzida, aquem e alem dos panos esburacados do muro de defesa, deslumbra. Nota-se um balneário completo, com suas salas, piscinas e tepidários. Erguem-se ainda colunas elegantes. Veem-se ainda os fornos de aquecer as estufas.

Um sistema sábio de canalização de águas e esgotos mostra-se quase intacto. Nos restos de paredes, a humidade e as raizes das árvores não conseguiram destruir de todo os vestígios pálidos dos afrescos. Cobre o chão dos compartimentos das termas e das vilas extra-muros o maravilhoso poema dos mais belos mosáicos romanos que tenho visto, coloridos de branco, negro, azul, amarelo, vermelho, com retratos de damas e patrícios, figuras de deuses e deusas, sereias e faúnos, Silenos nos seus burros pachorrentos, animais e peixes, gregas e palmas decorativas. Não há um chão de sala igual a outro. Variedade e harmonia.

Que luxuosa cidade foi essa, erguida em sítio elevado, aquem dos alagadiços e dos choupais do Mondego, num plató cercado de abruptos despenhadeiros? Respondem alguns arqueólogos que é

a antiga Conímbriga, de cujo nome veio o de Coimbra, uns treze quilòmetros mais adiante. Depois que os suevos a destruiram foi reconstruida num alto, a cavaleiro do Mondego, conservando o nome que o tempo adulterou. Mas o primitivo nome da Coimbra atual dizem outros que era Emínia, e aduzem provas. E se afirma mais que o nome duma cidade passou para a outra. Até agora o poema dos mosáicos conserva-se mudo e as relíquias encontradas na excavação cuidadosa nada dizem que revele de vez o mistério. Só uma inscrição sepulcral, discutivel, fala em Conimbriga.

O erudito Mario Sáa defende outra tese, que, se não é verdadeira, não deixa de ser interessante: "A verdade é que Conímbriga é logicamente em Coimbra, sendo, nas ruinas de Almedina, a antiga *Tulucci,* mencionada no Itinerário de Antonino Pio. Este Itinerário, do século II, é um arrolamento de municípios nas várias Provincias do Império Romano. Pertencia Tulucci à região de Cónio — de que a *briga* ou praça forte era em Conímbriga — e, por isso, se dizia a Tulucci de Cónio, a Contulucci; e foi desta palavra que derivou Condeixa".

Mario Sáa procede, no caso, com luxo de erudição e duma maneira que denomina "mais geométrica do que arqueológica, baseado no justo valor da milha itinerária, princípio novo até hoje ignorado", que ele aplica às distâncias marcadas no Itinerário de Antonino Pio. Tenta, tambem, do seguinte modo, a explicação do soterramento da povoação: "Onde hoje se encontra, de fato, um alto plató de terra-humus escondendo uma cidade, era outrora uma cidade a descoberto circundando

uma elevação central, um monte cônico de ladeiras araveis e que, por desgaste das lavouras e chuvas, foi cobrindo a povoação anteriormente arruinada, e da qual se haviam oportunamente retirado materiais de construção aproveitaveis, como tégulas, colunas, cantarias; de fato, as ruinas são pobres destas coisas, dando todavia mostras de terem sido muito ricas. Sobre o aterro apareceram, depois, os olivais e os vinhedos, e germinaram as sementes agrícolas".

Em verdade, mais ou menos desta forma a terra em toda a parte cobriu as ruinas antigas. Assim, na Citánia de Briteiros, perto de Guimarães e de Braga, que longamente visitei, antiquíssimo ópido lusitano ou celtibero, com suas casas circulares de pedra, ruas estreitíssimas, canalização de água aparente e muros de circunvalação. Lembro-me de ter lido, nas "Civilizações pre-helênicas", de René Dussaud, como as missões arqueológicas alemãs, que escavaram o promontório troiano na Ásia Menor, encontraram sob sucessivas camadas de terreno seis Troias superpostas, algumas com vestígios de incêndio, provando que houve mais duma Ilíada, alem da que Homero cantou.

Ainda é cedo para um pronunciamento definitivo sobre o verdadeiro nome de Condeixa-a-Velha, — Conímbriga para uns, Tulucci ou, melhor, Contulucci para Mario Sáa. Porem, mais ou menos se conhece através de algumas épocas a acidentada história daquela cidade morta. O professor Vergilio Corrêa, que dirige meticulosamente os serviços de desentulho, atribue à fortificação mural

da cidade ao século V da era cristã. Fôra, até então, cidade aberta, fundada pelos romanos, possivelmente no sitio duma citânia dos antigos povoadores da região. Corta a muralha pelo meio a *urbs* romana e atropela os seus edifícios principais. Há opiniões de que não foi obra dos cidadãos para se defenderem das invasões suevas, porem posterior, dos árabes que se apoderaram da cidade no começo da segunda década do século VIII. No ano de 1064, tomou-a aos infieis Fernando o Magno, Rei de Leão, conquistador das Beiras. Era o principal posto dos muçulmanos ao sul do Mondego e o ribeirão que banha o sopé da colina ainda conserva o nome de rio dos Mouros. Sua destruição completa data, pois, da época dessa conquista, no século XI.

Lusitana, romana, árabe, a cidade morta vai aos poucos revelando sua existência sob o aterro das idades. Mãos carinhosas reunem as relíquias das suas pedras e da sua cerâmica, põem de novo sob a luz do sol o festivo colorido dos seus mosáicos. Visitar essas ruinas que se arrocheiam no aveludado silêncio dos crepúsculos outonais é impregnar-se da poesia das idades pretéritas, dos tempos idos e vividos, mergulhando pela imaginação na gleba fecunda da história e no esplendor imperial de Roma — mãe da latinidade.

Guarda-se, nos olhos, quando se deixa aquela paragem adormecida na noite que se estende sobre a terra, o artístico efeito dos riquíssimos mosáicos: "Aquí representam os coloridos desenhos em minúsculas pedrinhas de todas as cores, motivos de caça. Aquí o cavaleiro, que seria o pró-

prio dono do palácio a que pertencem os ornatos, desfechando a seta sobre o veado que corre; alí a linda dama com seus olhos orientais, sonhadores, deve ser o retrato da dona da casa. Alem, nos balneários, os motivos de fresquidão e cor, simultaneamente, para o que se vão buscar os lindos porfírios e porfiriões da região, tal o belo camão de pluma azul-turquês, e pernas e bico cor de lacre vermelho, planando, outróra, como hoje, (mas hoje, *avis rara*) nos alagadiços campos do Mondego. E a fresquidão e a cor nos balneários. Não há motivo melhor... Oh! são um poema esses imortais mosáicos desta mortalidade da Tulucci!"

O poema desses mosáicos ainda demora no fundo dos meus olhos. Fecho-os e ainda lhes vejo a frescura e o colorido, a Sereia da Odisséia e o gordo Sileno balouçante a cavalgar o seu burro paciente, de arreata vermelha.

A INVICTA CIDADE

O Porto deu metade do nome de Portugal. Em qualquer das duas explicações etimológicas que se propõem e se repelem. Quer o nome venha de *Portus Cale*, o porto de Cale ou Calem, segundo o Itinerário atribuido a Antonino Pio, como afirmam muitos, entre os quais meu ilustre amigo, o professor Mendes Corrêa. Quer venha, segundo outros a quem seduz a etnogenia dos celtas, de *Portus Galli*, o porto dos gauleses, povoadores numa grande migração para o Norte e para o Oriente, da Galiza, das Galias, do país de Gales, da Galedônia, da Galônia, da Galícia, da Galáquia, de Galipoli, da Galécia, da Galaunitida, da Galiléia e da região dos Galas. Sem prúridos eruditos nem afirmações de origem, Camões cantou nos "Lusiadas":

"Lá na leal cidade, donde teve
Origem, como é fama, o nome eterno
De Portugal"...

Aldeia primitiva, defendida pelos bárbaros com valos e estacadas, aos poucos se desenvolveu

até às lutas pela fundação da Monarquia nascida do Condado Português no berço de pedra de Guimarães. Dom Fernando rodeou-a de muros, cujos lances ameiados ainda grimpam pelas colinas a cavaleiro do Douro, entre os renques das casas, dominado pela torre dos Clérigos, que o arquiteto Nasoni construiu no século XVIII.

Cidade ativa e comercial, centro da região mais povoada de Portugal, mais agrícola e mais industrial, segunda capital do país, mantem certo teiró com Lisboa, que o seu bairrismo acirra. Pode-se fazer o paralelo entre São Paulo e o Rio de Janeiro. E o seu nome anda pelo Mundo com a fama do seu vinho rico e saboroso.

Desde tempos imemoriais — e o seu apelido o atesta — foi marítima e navegadora. Do antigo ópido romano que ali se elevou um documento de pedra guardado na Câmara Municipal afirma a tendência, cipo rudemente entalhado em que se lê uma invocação aos deuses do Mar. E, como em todas as cidades talassocráticas e emporocráticas, ferveu sempre no seu seio o espírito de insubmissão e independência, de que deram provas os seus burgueses, no século XVI, impedindo os nobres de terem residência dentro dela.

Nem feudal, nem religiosa, mas comerciante e guerreira, quando necessário, não levantou castelos ou mosteiros célebres. Os vestígios medievais são raros, contam-se pelos dedos: a Sé, que data do século XII, coroada de ameias, tipo de igreja-fortaleza, mascarada com artifícios rococós e com uma *loggia* lateral baroca; a igreja de São Francisco, gótica e dourada; e os restos da casa onde

diz que nasceu o Infante D. Henrique, o Navegador. Suas igrejas datam dos séculos XVII e XVIII, quase todas forradas exteriormente de azulejos, o que lhes dá uma nota característica — a dos Grilos, imensa frontaria de granito escuro, a do Carmo, a dos Carmelitas, a da Misericórdia.

As ruas despejam-se em ladeiras na praça da Liberdade, onde se eleva a estátua de D. Pedro IV, o nosso D. Pedro I, bronze de Calmels, a cujo cinzel deve o Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro um grande busto em mármore de D. Pedro II. Foi o Rei-Cavaleiro, o paladino do Liberalismo português, nascido e morto na Sala de D. Quixote, no Palácio de Queluz, quem a titulou como *mui leal e invicta cidade*. Nela se abaluartou e resistiu às hostes do irmão D. Miguel, até hoje tão mal compreendido e julgado, quando arremeteu dos Açores ao Reino, para a reconquista do trono da filha, suportando um cerco memoravel. Desembarcou com a sua expedição na praia do Mindelo. Que tenha sido em verdade na praia do Mindelo, há dúvidas fundadas. Fui visitar esse local histórico e de toda a gente a quem indaguei pelo seu nome ouvi esta resposta:

— Esta é a praia dos Ladrões.

Seria uma alcunha pejorativa dos miguelistas derrotados ao lugar do desembarque? Investiguei. Não, não é. A praia onde saltaram os liberais sempre se chamou e ainda se chama dos Ladrões. A do Mindelo fica um pouquinho adiante. Como oferecia melhores condições à operação, D. Pedro saltou nela. Mas seu topónimo era demasiado feio para entrar na História e preferiu se dizer que o

desembarque se realizara na praia do Mindelo. Ficava melhor do que na praia dos Ladrões. Questão de delicadeza. Depois, o feito passou em julgado.

Não é esse o único fato de carater histórico que liga de certo modo historicamente o Brasil à invicta cidade portuense. A ela, em recordação perpétua de sua fidelidade e heroismo no apertado assédio, nosso primeiro Imperador legou seu coração varonil, que se guarda numa urna preciosa, coração que amou muito, que pulsou demasiado, que era voluvel, mas afetivo, descompassado, mas generoso, que, apesar dos seus erros e desvios, latejou pelas duas pátrias nascidas do mesmo sangue, aquem e alem mar, no Atlântico, coração que cessou de bater em golfadas rubras com pouco mais de trinta anos de idade.

O Porto serviu de refúgio a outro soberano liberal e romântico, o que primeiro sonhou a unidade italiana e por ela se bateu, Carlos Alberto, Rei do Piemonte, derrotado pelos austriacos em Novara, falecido na invicta cidade em 1849, de quem, numa óde famosa, disse o poeta:

"Mais rei no exílio do que os reis no trono,
Rei até sobre o pó!..."

Acolheu-se a um dos seus hotéis, modestamente, triste com a tristeza da maior das decepções no fim da vida, que a levaria ao túmulo, a Imperatriz destronada do Brasil, D. Teresa Cristina, Mãe dos Brasileiros.

Não foi o bulício, o movimento das ruas, as pratarias e filigranas douradas das montras, a sun-

tuosidade moderna do Palácio da Bolsa ou mesmo as riquezas bibliográficas das Bibliotecas Pública e Universitária o que mais me seduziu nos dias que passei na cidade do Porto; porem as recordações esparsas nas páginas amarelecidas da História, quando a noite desce e um tímido luar de prata derrama sua ternura sobre as edifciações e se reflete em lágrimas de luz misteriosa nas águas do Douro, onde boiam os barcos rabelos carregados de pipos de vinho. Então, do terraço amplo do Paço Municipal contemplava as luzes disseminadas de Vila Nova de Gaia, do outro lado do rio, a longa e clara fachada do convento da serra do Pilar, ou ficava a olhar o vulto ameiado da Sé, cujas silharias de granito se embebiam de luar como a armadura dum guerreiro colossal, gigante e mudo, em vigília das armas, a pastorear o casário acocorado aos seus pés, como um rebanho, a atalaiar a noite e a amplidão...

E, tomando o automovel, mandava correr pelas largas estradas empedradas. Ia ver Leça do Bailio, outra igreja-fortaleza, romano gótica, mosteiro da Ordem de Malta, com a renda de pedra da sua grande rosácea medieval, com sua alta torre crenulada mordendo o céu claro. Ia mesmo mais longe, por entre os pinhais silenciosos e perfumados, errar em volta do castelo da Feira, cujas barbacans negras rodeiam a torre de menagem flanqueada de torreões como a Torre de Londres, pesada mole de pedra enegrecida pelo tempo, por entre cujas ameias a lua passeia sua claridade merencória e que parece um castelo lendário do Reno ou uma gravura de Gustavo Doré.

A semente do romantismo é a mais dificil de extirpar do coração humano. Dentro de nossa cabeça baila sempre um sonho de epopéia. Dentro do nosso coração canta sempre uma balada. Nos recessos de nossa alma vivem sempre um menestrel, um cavaleiro andante. E desgraçados de nós se assim não fosse, se só tivessemos o senso objetivo da triste e dura realidade...

A SOMBRA DE ERMIGIO MONIZ

Na noite clara e silenciosa, o automovel deslisava pela estrada entre as massas compactas dos pinhais. O luar coado pelas folhagens densas enchia de mistérios as salas hipostilicas dos bosques, onde um ou outro caule, banhado de luz, parecia um fuste de prata. Sentado ao lado do chofer, fumando um cigarro brasileiro, eu pensava no cruzado Osberno, companheiro de Afonso Henriques na tomada de Lisboa, o qual, descrevendo aquela região, a dizia povoada de castelos entre o Douro e o Mondego. Era um deles que eu ia ver nas antigas e famosas terras de Santa Maria, feudo de Ermígio Moniz que se alevantara contra D. Teresa ao lado do jovem fundador da monarquia e se batera em S. Mamede.

Meu espírito continuava a vagar pelos remotos cenários do século XII, quando um filho, por amor da Mãe Pátria, brandia armas contra sua mãe natural enfeudada ao amor dum estrangeiro. As páginas de Alexandre Herculano desfilavam pela minha memória. De repente, as luzes duma povoação acordaram-me da meditação e logo se

sumiram. Somente os jorros de claridade dos faróis do automovel continuaram a clarear a estrada que subia no flanco duma colina.

— A vila da Feira, sussurrou o chofer. E, mais adiante, parou o carro.

Abri a portinhola e descí. Uma grande e magnífica fortaleza medieval dominava a paisagem, mais negra do que os pinheirais tranquilos, adormecidos nos eflúvios da noite clara e perfumada de terebentina. Tinha diante de mim o castelo da Feira, um dos maiores e dos mais belos de Portugal. Os lanços de muros ameiados cobriam o viso do monte e, no meio daquelas falsas-bragas, cercas, fossos e torreões, distinguia-se recortada no céu a alcáçova quadrada com seus quatro cubelos aos cantos. A lua, já bastante alta, prateava as ameias que formavam no céu uma grega de pedra.

Dei volta a pé, lentamente, ao vasto burgo. Os grilos cantavam nas estevas. Meus sapatos esmagavam o tojo úmido na berma dos antigos valados. Lá do alto dos muros seculares debruçavam-se sombras. Eu estava sozinho com elas e elas me ciciavam coisas remotas e já semi-apagadas no tumulto da história. Parecia-me ouvir Ermígio Moniz:

— Filho da nossa raça, semente do nosso sangue lançado alem do Mar Tenebroso, olha com respeito para estes muros enegrecidos pelo tempo. Aquí desfraldei o pendão da revolta em prol de Afonso Henriques, porque ele não era um filho rebelado contra sua mãe, porem um filho que não queria fosse a herança paterna cair às mãos do estrangeiro. O pendão da nossa revolta deu vida a

um Portugal Eterno! Eu não sei bem, se Portugal nasceu em Guimarães, onde se fundou a monarquia, ou se nasceu aqui, onde se cortou de vez o vínculo de suzerania com o Reino de Leão, concertando-se a rebeldia dos ricos-homens de Entre Douro e Minho...

A voz calou-se no meu espírito. A lua boiava na amplidão. Os grilos cantavam mais baixo. Sombras e mais sombras escorriam pelas muralhas dentadas. Um galo cantou num quintalejo da vila, lá em baixo...

Entrei no carro, batí a portinhola, acendi outro cigarro, disse ao chofer: — Volte para o Porto! e fechei os olhos para ver bem o passado que assim se vê mais do que com eles abertos.

ÉVORA A BRANCA

Na manhã clara e macia, da janela amplamente aberta do meu quarto no Hotel Alentejano contemplo em silêncio doze colunas de granito negro, com capitéis coríntios de mármore, ligadas pelos restos duma arquitrave, dominando uma praça dourada pelo sol, de cima dum socalco arruinado. E' o famoso Templo de Diana, construção do século II ou do século III de nossa era, quando os romanos dominavam a Península. Em volta, muros caiados e harmoniosas fachadas do século XVIII. Évora, a Cidade Branca, acorda lentamente...

Chegara à noite, vindo de Elvas, e percorrera um dédalo de corredores até o quarto que me fôra reservado. O hotel ocupa o velho Palácio da Inquisição, com alguns restos do antigo paço de Vasco da Gama, do qual ainda se admira uma formosa janela geminada. Quem sabe o que outrora se passara no amplo aposento de teto em masseira, modernizado com um lavatório de água corrente, onde os moveis se perdiam nas vastas dimensões? Quantas vezes não teria alí o glorioso descobridor

das Índias ou algum Inquisidor orado no genoflexório até o raiar da manhã?

Uma certa emoção tirara-me o sono, mau grado a fadiga, por algumas horas a fio. Com a luz apagada, envolto na doce treva silenciosa, puseram-me a rememorar os dois dias passados em Elvas. As palavras de Antonio Sardinha, esse grande mestre que não conheci senão através dos livros e da memória de alguns contemporâneos, meus amigos, acordavam uma a uma no meu espírito como lentas gotas de água a pingarem duma fonte antiga:

"Com os seus baluartes, as suas torres, os seus cirados e o seu aqueduto, Elvas é para o caminheiro que passa um apelo súbito às energias mais fundas da sensibilidade. Qualquer dos grandes peregrinos literários de quem herdamos o veneno romântico do amor ao que se foi para nunca mais — Chateaubriand ou Barrés, bem poderia ter-se sentado à sombra das suas muralhas e ouvir, de coração encostado a elas, a marcha compassada do Tempo, marcando o ritmo da eternidade".

Eu a visitara na companhia espiritual de Sardinha, companhia mais honrosa e, ao mesmo tempo, mais amavel do que a de qualquer bonzo oficial, bebendo a água das nascentes heroicas que borbulham em cada pedra, lendo nelas, em cada uma de per si "uma estrofe solta de epopéia", sob a "benção serena" das igrejas que comunicam "a doce tranquilidade da tristeza cristã". Como o mestre, de quem não ouví a voz, mas cuja saudade me punge, frequentei-lhe à tarde "a desesperança melancólica dos muros desertos" e divaguei por ela, sonâmbulo tambem, "num círculo avoejante

de fantasmas" abandonando-me "às vozes secretas que crescem dos fossos, que ascendem da terra, que se exalam, como ais de moribundos, dos fortins em desmantelo".

A imensa planície alentejana prefaciara a minha entrada comovida nas duas sentinelas fronteiriças que olham as fronteiras da Espanha. Terras chãs e parduscas com seus montados esparsos sob um céu que os crepúsculos inundam de sangue. Charnecas maninhas de onde a espaços as perdizes levantam os vôos. Torres baixas de igrejas aldeãs diademadas de ninhos de cegonha. O castelo de Monte-mór o Novo atalaiando a planície do alto dum cômoro agreste. As ruas estreitas de Arraiolos, onde se conserva a tradição dos tapetes mudejares e das alfombras mouriscas.

Assim a alma se preparava para *ver* para *bem ver* em Elvas os velhos muros gateados, a marcha parada do aqueduto romano por cima dos campos cor de folha seca, encendendo como uma renda grosseira o Convento dos Capuchos, o aprumado "perfil militar da cidade, muito direito, muito aprumado, no colar cinzento dos muros", e, no fundo, dominando tudo, o casario, as fortificações vetustas, o campo imenso, a solenidade da Catedral.

Depois, Antonio Sardinha apoderou-se de mim e foi-me levando aonde entendeu e quis. Deixei-me guiar como uma criancinha. Com ele me sentei num banco de pedra do jardim do Senhor Bispo, o mesmo banco talvez em que se sentara o prelado D. Lourenço de Alencastro, carpindo suas máguas. Com ele percorri as abas do Forte da Graça e não

tenho bem certeza se vi o tio Romão!... Com ele visitei a Quinta do Vedor, antiga Horta do Montarroio, nos meados do século XVIII batizada pelo Vedor Geral da Artilharia do Alentejo Manuel Rodrigues de Ataide, louvada pela pena de Camilo Castelo Branco, e onde Sardinha encontrou, como Aires Varela, o Jardim das Hespérides. Com ele ainda viera até Évora, mancha branca na vasta planura pardacenta como um lenço esquecido pelo passado...

Durante três dias vivi em Évora, de coração entregue todo às suas pedras veneraveis, percorrendo-a devagar desde a ameiada ermida de S. Braz até a casa de Garcia de Rezende, enobrecida pela sua linda janela manuelina. Na igreja de S. Francisco, vi o túmulo de Fernão Cogominho e a sinistra Capela dos Ossos. Lavei as mãos na Fonte Henriquina com a sua taça de uma só pedra ao meio da praça de Geraldo, rodeada de arcarias medievais que lembram São Tiago de Compostela. Andei pelas ruas do Imaginário, da Selaria, de Valdevinos, da Judiaria, de Diogo Cão, dos Colegiais e das Amas do Cardeal, as que amamentavam o decrépito Cardeal-Rei D. Henrique.

Quantos azulejos aqui e ali, dos séculos XVII e XVIII, de Gabriel del Barco, de Manuel Borges e de Antonio de Oliveira! Quantos mirantes de tijolo ou de pedra velhos de séculos, incrustados em muros e casas mais modernas! Quantos conventos dentro da cidade e pelos arredores: o do Salvador, o dos Loios, o de Santa Clara, o das Donzelas, o de Santa Mônica, o do Paraiso, o do Calvário, o das Mercês, o do Carmo, a Cartuxa, o da Graça,

barôco miguelangelesco, o do Espinheiro, onde viveu Frèi Carlos, o de São Bento, que é o mais antigo de Portugal! Quantos palácios com fisionomias de vários séculos: o Barabona, o dos Estaos, o dos Condes de Murça, onde residiu Dom João de Melo, o de Monfalim, o dos Condes de Vimioso, o do Inquisidor, o dos Arcebispos, o de Cadaval, com torres e janelas mouriscas, o dos Bastos, o do Cardeal Dom Henrique, que foi Universidade, o dos Condes de Soure, o Farrobo, o do Bispo D. João de Aguiar! Quantas torres perfiladas no céu azul como testemunhos de épocas e feitos memoraveis: a Torre de Menagem, onde esteve preso o Mestre de Aviz, a Torre Goda no meio da antiga cerca romana, a de Sisebuto, incrustada na casa Vilas Boas, a Torre Romana do convento do Salvador, a das Cinco Quinas, as da Cerca Romana com a espada com que foi martirizado S. Mauços! Quantas igrejas notaveis pela arte, pela antiguidade ou pela história: Santo Antão com seu famoso Apostolado, iconóstase em pedra do século XIII; Santa Clara com frescos azulejos do século XVIII; São Vicente, construida em 1467; da Misericórdia com seu portal de 1765; S. Pedro; da Mesquita; S. Miguel, fundação da Ordem de Aviz! Quantas portas admiraveis pela força da sua cantaria ou pela leveza das suas rendas esculturais manuelinas; a de Aviz, a dos Colegiais, a da Casa Pia, que foi do convento de S. Domingos e é uma jóia do Renascimento, o arco romano de D. Isabel e outras embutidas em prédios públicos ou particulares! Quantas casas patinadas pelo tempo e pela história: a Casa Vaz Freire, contemporânea de Dom João V;

a dos Conjurados de 1640 com suas carrancas de pedra, a Vilas-Boas, a do Salema com seu pátio característico, a de Garcia de Rezende, a Cordovil com um mirante do Renascimento! Quantas preciosidade no Museu Regional, no Museu Arqueológico e na Biblioteca: quadros de Geraddo David, Zurbaran, Teniers, Sequeira e o célebre Triptico de Limoges, de Penicaud; esculturas de Teixeira Lopes, Costa Mota e Simões dos Reis; azulejos antigos, túmulos nobres, pedras romanas, capitéis árabes, bustos e estátuas, documentos arquitetônicos e epigráficos, incunábulos e cimelios, códices e iluminuras, pergaminhos e bíblias helênicas! Um aqueduto levantado por D. João III sobre os restos de outro aqueduto do tempo dos romanos lançando-se em pernadas largas da cidade pelos campos vizinhos e formando arcos triunfais sobre as claras estradas. Até as ruinas fingidas do jardim público construidas com as pedras históricas dos restos do palácio de D. Afonso de Portugal! E a Sé monumental como o velho pastor de pedra no meio do seu rebanho arquitetural e iconográfico: ameiada como uma fortaleza, florida de gárgulas, de rosáceas rendilhadas e altos coruchéus, historiada de vultos de santos e de apóstolos, gótica nas suas linhas triunfais, renascentista no seu coro majestoso, mourisca na porta da sua sacristia, romano-gótica no seu claustro, barôca nos acréscimos mafrenses da ábside, súmula arquitetônica dos séculos que Portugal tem vivido, testemunha da messe ininterrupta das gerações pela foice rápida da morte no imutavel decurso do tempo.

Lá de cima dos seus terraços meus olhos ro-

mânticos e evocadores mergulharam nas manchas verdes, amarelas e pardas da paisagem alentejana, onde aquí e alí as oliveiras prateadas se enfileiravam timidamente como companhias de soldados buscando a cidade branca, frechada de ouro pelos derradeiros raios do sol, toda comprimida aos meus pés sob a guarda vigilante da sua Catedral. Para mim os seus sinos estavam tocando... Seu bronzeo som vinha do fundo das idades, ora a rebate, anunciando a algara moirisca ou o fossado castelhano; ora em dobres pausados, indicando aos vivos que um deles volvia ao pó; ora em pancadas lentas, marcando as horas quotidianas; ora em repiques festivos, dando alviçaras, apregoando boas novas, saudando procissões, festejando cavalgadas, aclamando reis...

Num dos documentos em latim da Biblioteca Pública li o adjetivo *eboracensis*. Recordei-me da primeira vez que me chamara a atenção, em Nova York, há mais de vinte anos, no City Hall, na legenda do brazão da cidade: *Colonia Nova Eboracensis*. Assim, aprendi por uma dedução lógica que os romanos haviam dado o nome de Évora àquela cidade ibérica e a uma outra da província da Bretanha que, através dos centenários e das deturpações linguísticas chegara a ser chamada York — *Ébora, Évora, Ivor, Iork, York* ou *Éborac, Évorac, Ivorc, Iork, York*. Que ironia do destino ser Nova York uma *Nova Évora!* Aquí, uma cidade pequenina, materialmente pobre, espiritualmente riquíssima, uma cidade-relicário de tradições gloriosas adormecida na planura alentejana e sonhando com o passado. Alí, uma imensa metrópole, riquíssima

materialmente e mendiga do espírito, uma cidade-cofre abarrotada de ouro e de olhos ambiciosos postos no futuro. Mas aqui o ouro era mais puro, ouro do sol ardente do Alentejo, ouro dos corações portugueses. Com Sardinha, com Chateaubriand, com Barrés, com todos os peregrinos românticos que amam o que se foi e nunca mais voltará, prefiro a Velha Évora à Nova Évora.

Deixei-a numa tarde cinzenta para ir a Beja e dali a Ourique, onde, se deu o primeiro milagre duma história de milagres. Andei por Faro, Lagos, Portimão e Silves. Apreciei a cavalgada das ondas por entre os penhascos torturados desde que o mundo é mundo na praia da Rocha. Contemplei a primeira penugem da branca floração das amendoeiras do Algarve que a lenda diz terem matado as saudades da neve duma princesa nórdica unida a um príncipe árabe. Pisei as pedras do Promontório Sacro, do cabo de Sagres, que pisou antanho o Infante D. Henrique. E volvi pelas serras de onde se avista o mar, lendo nos nomes dos povoados — Odeseixe, Odemira, a palavra que perpetua o domínio sarraceno: *oued*, o rio, o arroio, o ribeiro. Mas a branca visão de Évora apagava continuamente, no meu espírito, todas as paisagens que eu ia vendo.

De Elvas, evocando-a na sua tristeza, dizia Sardinha:

- Esta Elvas!... Esta Elvas!...

De Évora, evocando-a na sua brancura, digo eu:

— Aquela Évora!... Aquela Évora!...

III

AS MENSAGENS DO PASSADO

"São os tesouros espirituais do Passado que guardam consigo o germen poderoso da redenção. Por isso, nos períodos procelosos e incertos, sempre os historiadores prepararam, para as pátrias caidas, a avançada segura do resgate".

ANTONIO SARDINHA

A FESTA DO COLETE ENCARNADO

A tourada é divertimento peculiar à Península Ibérica desde tempos imemoriais. Originou-se decerto nos jogos cruéis dos circos romanos. O Império semeara de arenas todas as suas províncias. A Praça de Touros nada mais é do que uma arena de menor luxo e menores dimensões.

Através da Idade Média, a tourada foi como um auto de caça, representando a montaria contra os aurochs ou uros das florestas germânicas, cuja memória conservavam na Península os conquistadores suevos e visigodos. E' o que deixa pensar a minuciosa descrição do documentado Alexandre Herculano nas últimas páginas do *O Bobo*. Num recinto cercado, soltavam-se mastins contra um touro furioso e a turba-multa deliciava-se em ver a bêsta espumar, urrar, enfrentar os molossos que a mordiam e se lhe dependuravam às orelhas, estripando nas pontas um de quando em quando e lançando-o enovelado no ar. Quando o touro se mostrava fatigado da luta, os fidalgos desciam à liça, empunhando ascumas ou venábulos, curtas lanças de monte, de hastes espiraladas de cores

heráldicas. E' delas que nasceram as bandarilhas usadas hoje. Era de praxe provocar o touro e esquivar-se elegantemente ao seu ataque até matá-lo por fim a lançaços.

Daí, sairam as touradas espanholas e portuguesas. Refinaram-se através dos séculos. Os mastins desapareceram. Os bandarilheiros abandonaram as ascumas de montaria pelas farpas coloridas e engrinaldadas de fitas. Os picadores, a cavalo, não deram mais lançados mortais à fera. Os estripados, em lugar de serem cães, passaram a ser velhos corséis. Apareceram os capinhas. E a morte do animal obedeceu a uma liturgia de que se tornaram oficiantes os Espadas. Só não mudou o entusiasmo da turba: o mesmo dos primeiros séculos medievais, o mesmo dos últimos séculos imperiais.

Até o século XVIII se manteve mais ou menos a tradição do fidalgo descer à arena. Muitos foram os Marialva, em Espanha e em Portugal. A tourada famosa de Salvaterra, magistralmente descrita pela pena de Rebelo da Silva, marcou a bifurcação de caminhos entre a tourada espanhola e a portuguesa. O marquês de Pombal proibiu o jogo sangrento. Continuou na Espanha com idêntica crueza. Em Portugal, abrandou-se e apareceu de outra maneira. Fruto tão somente da proibição? Não cremos. Fruto mais ainda da natural brandura do coração português. A tourada portuguesa não derrama mais sangue de homens ou de brutos.

E' um espetáculo notavel. Luxo. Habilidade. Destreza. Elegância. Força bruta. Piada. Nada menos e nada mais. Luxo nos trajes à Marialva:

tricórnio emplumado, casacas e vestias de setim ou de veludo bordado a prata ou a ouro, bofes e punhos de rendas, arreios com apeiros de prata lavrada, caparazões de veludo alcachofrados de ouro. Habilidade nos lindos cavalos ensinados em chaças, repelões, rodeios, passos gateados, piafés, que saudam as tribunas com os pescoços arqueados e dão volta à arena, tranqueando para um e outro lado. Destreza no cravar as bandarilhas longas ou curtas no dorso do touro em pleno ataque, fazendo o cavalo passar entre a fera e a barreira no exato momento em que isso é possivel; no provocar a besta, rodeá-la, persegui-la, desafiá-la firme na sela-ginete, governando a montaria com os joelhos apertados e mal tocando nas rédeas. Elegância no trajar, no montar, no farpear, no lutar com o touro, no corresponder às efervescências do público, que delira aclamando seus ídolos — um Núncio ou um Simão da Veiga. A força bruta compete aos chamados "moços de forcado", que pegam o touro à unha de duas maneiras: atira-se um aos chifres do animal, deita-se-lhe no meio, abraça-se ao pescoço, finca os pés no chão e detem-lhe o impulso, enquanto os outros o seguram por todos os lados; agarra-lhe um a cauda, como fazem os vaqueiros do Nordeste brasileiro, torce-a e para-o, dando tempo aos demais para o aguentarem bem. A piada é a ridícula entrada dos "chocas", bois mansos ou vacas carregadas de chocalhos, que envolvem o touro e o levam para o curro, o que dá lugar, às vezes, a engraçados episódios. Como se vê, a tourada portuguesa começa na elegância da apresentação do elenco do espetáculo e termina na cho-

carrice dos "chocas" sem uma gota de sangue a manchar o chão. E' uma tourada altamente civilizada e que faz honra a um povo.

Frequentei várias touradas em Guimarães e Lisboa.

Vi dias bons e dias maus do Nuncio e do Simão da Veiga. Porem, acho que mais caracteristica do que as touradas é a "espera de touros". E' preciso vê-la no Ribatejo, região onde se criam os melhores touros portugueses, na tradicional Vila Franca de Xira. Um divertimento eminentemente popular. Um delírio. Os episódios grutescos encobrem o ar de tragédia de que se possa lamentavelmente revestir. Fui a essa festa e, graças aos meus amigos naquela vila, Possidonio Valente e José da Costa Terenas, pude assistir ao desenrolar do acontecimento.

A rua principal que leva até a praça onde ficam os Paços do Concelho empavezadas e cheias de gente. Colchas antigas esvoaçando em todas as janelas e sacadas como num dia de procissão. As travessas que desembocam na rua principal cerradas por meio de fortes e altas tranqueiras. Ás cinco horas da tarde, tocam os sinos e estouram os foguetes. Uma longa cavalgada tropeia pela rua. Parece um regimento de lanceiros. São os campinos ou vaqueiros dos criadores daquela terra de lezirias e pasturas ribeirinhas, empunhando altos piques ou varas de ferrão, direitos nas selas pequenas, com seus gorros saloios, o casaco ao ombro como uma peliça de hussar, o colete de lã vermelha, os distintivos de sua casa. A festa chama-se "do colete encarnado". A frente dos pelotões de

campinos, em cavalos magníficos, de sombreiros desabados e soqueixados, calças colantes sumidas em perneiras ou de presilha, esporins de prata, sérios como se cumprissem um ritual, os proprietários das casas ou "ganaderias". Aquela cavalaria pacífica alinha-se em frente à Câmara Municipal. Há discursos dentro do edifício. Na praça, agitam-se os cavalos ao estrondo dos foguetes, no meio da multidão. A banda duma filarmônica precede, depois, os campinos numa passeata pelas principais vias públicas. Às seis horas da tarde saem da povoação. Vão buscar os touros.

A espera de touros é uma festa de verão. O sol a ilustra. Nessa época, ele se põe tarde, aí pelas nove horas, e o seu crepúsculo arrasta-se pelo céu claro até às onze. Assim, é pelas sete horas que os observadores juncados pelos telhados das casas mais altas anunciam a vinda do magote de gado bravio. Um grito frenético abala a multidão:

— Os touros! Os touros!

Fecham-se as portas com estrépito. Corre gente para todos os lados. As barreiras que encerram as ruas e praças, as janelas altas, os balcões de ferro dos sobrados, as platibandas e os telhados estão apinhados de gente. Tem-se a impressão de cachos de bananas pendurados por toda parte. Um rumor de ensurdecer. Muitos homens cosidos com as paredes, deitados na concavidade das sargetas, acocorados por trás dos frades de pedra, ocultos pelas esquinas, enfiados nas portas entreabertas, cavalgando os muros baixos. São os aficionados da espera, os toureiros anônimos, os que se divertem em brincar na rua com os touros tresmalha-

dos. Porque o *clou*, o encanto da espera é o touro tresmalhado.

Lá vem! Lá vem! — bezoa o poviléu.

Da janela que me cedeu o amigo Terenas em sua hospitaleira casa avisto ao fim da rua, do lado dos campos, uma nuvem de poeira. Logo em pós, ouço um tropear forte dentro daquela nuvem. E passam em galope desenfreado pela minha frente os touros negros e rajados, de forma nervosa e hastes pontudas, cercados pelas lanças esguias dos campinos vermelhos. Adiante é a praça da Estação Ferroviária. O magote, ao desembocar da rua, espalha-se, apesar dos gritos e evoluções dos campinos. Os toureiros anônimos, agitando casacos e panos, metem-se de permeio. A manada prossegue pela rua principal afora seu galope em demanda do curro da Praça de Touros, mas um barbarizo infernal sauda um touro desgarrado que enrista os cornos e escava o chão, perfilado no meio do largo como uma silhueta negra recortada ao sol. De todos os lados corre gente e em redor do animal forma-se uma barreira humana que se distende ou se encolhe ou muda de lugar, elasticamente, obediente aos manejos da fera que meia duzia de rapazes audaciosos toureia aos berros e gargalhadas. Às vezes, o touro baixa a cabeça, aponta os chifres e carrega a multidão. Então, o círculo se desfaz como por encanto e os homens espraiam-se como uma onda que rebenta na praia. Berreiro. Correrias. Quedas. Gargalhadas. Vaias. Dentro em pouco, está de novo a circunferência humana traçada em redor do touro, que, tonto, gira em todos os sentidos, procurando oferecer as armas a todos

aqueles vultos que o rodeiam. Isso dura horas e mais horas.

A brincadeira é comunicativa. Atrai. A gente acaba perdendo o medo ao touro e aproximando-se por curiosidade. Acaba fazendo parte do círculo. Então, quando o animal desfere uma acometida súbita, pode acontecer uma desgraça. E' raro o ano em que não há pelo menos uma morte. Comecei a ver a espera na janela do sobrado, passei depois para a do rez do chão. Acabei na rua, no círculo. Cheguei a bater duas vezes no lombo do touro que passou junto a mim. Afinal, o animal perseguido meteu-se num botequim, de onde a freguesia saiu a correr e não houve mais provocações que o fizessem sair de lá. Bateu a meia hora de onze num relógio. O meu chofer perguntou-me:

— Vossa Excelência não vai à ceia regional na praça da Feira?

— Não — disse-lhe eu. Siga para Lisboa. Vá devagar que a noite está linda.

E vim pelo caminho olhando as estrelas tremulamente reflctidas nas águas do Tejo.

O BRASIL E A RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

No dia 10 de junho de 1580, morreu Camões. Apagou-se no túmulo a Grande Voz que exaltara os prodígios da Raça. Finara-se com a alma em luto dentro duma Pátria de luto pelo seu Rei Desejado, morto devagar e matando, dois anos antes, a 4 de agosto de 1578, nos fulvos areais de Alcácer Quebir. Quando morre o poeta, extingue-se a Dinastia e o Rei espanhol herda o Reino. A poesia épica não tinha mais o que cantar sob o domínio estrangeiro.

Unido à Espanha, Portugal está unido ao trágico destino da decadência filipina. Sessenta anos de desgraça a que a alma nacional resiste até a Primeira Restauração, a de D. João IV, como resistiria a um quarto de século de anarquia até a Segunda Restauração, a de Salazar. O vasto Império Colonial conquistado na grande e heróica aventura marítima é presa de todos os inimigos da Espanha, que enchem os mares, de todos os *écumeurs,* de todos os corsários e piratas. O Brasil, mais exposto, sobretudo.

A odisséia das populações litorâneas do Brasil

durante o Domínio Espanhol, violadas e perseguidas pela pirataria estrangeira, ainda está para ser contada em conjunto. Os fatos isolados que pontilham a crônica desse tempo e parecem de somenos importância à primeira vista, reunidos mostram o verdadeiro panorama do que sofreu a colonização lusa no Brasil por parte de ingleses, franceses e holandeses. Gabriel Soares pinta os moradores tão aterrorizados que viviam sempre de "roupa entrouxada" para se fazerem ao mato. A pirataria que os acomete sem descanso resulta de profunda antinomia religiosa. Contra os *papistas*, dizem os piratas. *Hereges* chamam-lhe os documentos coevos.

Os ingleses, cuja arrogância natural a destruição da Invencível Armada e todos os triunfos da era elizabetana fizeram subir de ponto, são os primeiros no assalto. Mal se estabelece o Domínio Espanhol sobre Portugal e suas conquistas, dirigem-se à costa brasileira. A 21 de janeiro de 1583, o corsário Eduardo Fenton, comandando três galeões e uma pinaça, surge na barra de Santos. Atrai-o o açucar do grande engenho de Martin Afonso de Sousa passado aos Schetz de Amsterdão. Felizmente, ronda pelo Brasil a esquadra espanhola de Flores Valdez, que se dirige ao Prata. Três dos seus galeões sob o comando de André Squino atacam os ingleses e os põem em fuga, embora perdendo um deles.

Em 1591, o príncipe dos ladrões do mar, Tomás Cavendish, que, de volta de suas frutuosas expedições, subiria o Tamisa com mastros dourados e velas de damasco nos seus galeões, como nos

contos de fadas, toma e saqueia a vila de Santos. Recua, porem, na marcha sobre o ambicionado engenho dos Schetz com muitos mortos e feridos nas emboscadas do caminho. Em 1592, ataca o Espírito Santo e é derrotado.

Não há sossego. Uns veem após os outros. Em fins de 1591, é, segundo Hackluyt, a "well gouverned and prosperous voyage" de James Lancaster, agente duma Companhia organizada com capitais judaicos em Londres, sob a proteção oficial da Municipalidade. Sai ao mar com três navios, aos quais se reunem na ilha de Mayo mais quatro do corsário francês Venner. Em abril de 1595, avistam as praias brasileiras. No dia 9, apoderam-se do forte do Bom Jesus, desembarcam e ocupam a povoação do Recife, recebendo o consideravel reforço de dez navios do pirata francês João Noyer. São, assim, dezessete galeões artilhados dum consórcio de três ladrões do mar que atacam Pernambuco, isto é, a fonte da riqueza açucareira, de alta importância na época.

Governados pelo bravo D. Filipe de Moura, os pernambucanos não se deixam roubar impunemente. Entrincheiram-se no istmo que leva a Olinda e impedem a passagem dos piratas. Durante um mês inteiro que permaneceram no Recife, todas as vezes que tentaram qualquer ataque ou golpe de surpresa ao istmo, foram repelidos com duras perdas. Acuado entre o Capibaribe e o Beberibe, o inglês, que se intitulava almirante, resolveu retirar-se a 10 de maio. Antes, porem, ousou a derradeira tentativa, mandando seu vice-almirante Edmundo Baker avançar com 275 ingleses e franceses esco-

ridos contra a gente de Olinda. Receberam uma lição de mestre. Entre os cadáveres jacentes na lama dos mangues contava-se o próprio vice-almirante e o francês João Noyer. No mesmo dia, Cavendish fez-se de vela para a Europa, levando o que saqueara no Recife e nos engenhos próximos.

Ao findar o século XVI e ao começar o XVII, os ingleses estabelecem-se onde há menos vigilância, nas regiões despovoadas do Grão-Pará. Intentam fixar-se definitivamente na parte litorânea da Amazônia. Levantam fortes como o Tauregi ou Torrego, no rio Taheri, à margem esquerda do Amazonas, o do Cumaú, na ponta de Macapá, mais três na ilha dos Tucujús e ainda alguns em outros pontos. Acompanham-nos holandeses, fortificando-se em Maniutuba, na foz do Xingú.

O grande Pedro Teixeira, incorporador de toda a vastidão amazônica ao Império Português na América, ajudado de bravos auxiliares como Pedro Baião de Abreu, Pedro da Costa Favela e Jerônimo de Albuquerque, expulsa-os todos entre 1625 e 1632. A 14 de maio de 1625, pessoalmente escorraça o capitão Filipe Pursell da ilha dos Tucujús. A 23, varre os holandeses da boca do Xingú. A 24 de outubro de 1629, sua gente apodera-se do forte Torrego e aprisiona o capitão James Pursell, irmão do derrotado em Tucujús. A 9 de julho de 1632, o capitão Pedro Baião de Abreu conquista pelas armas o forte do Cumaú. No intermédio desses feitos principais, a luta constante e árdua; mas o estrangeiro não logra fincar o pé. Depois dessa limpesa, Pedro Teixeira remonta o grande rio e vai até Quito. Toda a profundidade equato-

rial do Brasil se deve à formidavel energia desse homem invulgar.

O comércio do pau-brasil atraira franceses à costa desde poucos anos após o descobrimento. A célebre casa dos irmãos Ango, protegida de Francisco I, mandava seus navios traficarem até Cabo Frio. Os huguenotes de Nicolau Durand de Villegagnon tentaram estabelecer-se no Rio de Janeiro. A francesada traficava com o indígena, que adulava de maneira vil, em Sergipe, na Paraiba e no Maranhão. Gaffarel afirma que, desse tráfico clandestino, resultavam para a França "imensos recursos". Facil lhes era exercê-lo no Septentrião brasileiro, em cujo litoral "aucune forteresse ni château qui indique la présence des européens" e onde, por múltiplas razões que não veem ao caso, "la population se montre plus affable aux français qu'aux portugais".

Os navegadores diepêses pretendiam conhecer essas costas deshabitadas, na altura do Maranhão, desde 1524. Afonso de Saintonge estivera na foz do Amazonas em 1542. Em 1594, Jacques Riffault e o Cavalheiro des Vaux tinham vivido com as tribus maranhenses. Seus companheiros, como Adolfo de Montbille, estadeavam entre os Tabajaras da Ibiapaba, no Ceará, quando, na aurora do século XVII, alí chegou a bandeira audaz de Pêro Coelho de Sousa. Em julho de 1605, o Rei Henrique IV estabelecia o senhor de la Ravardière de la Touche seu Tenente General nas terras da América.

A presa cobiçada era o Maranhão, do qual dizia o Governador Geral do Brasil em carta ao Rei Filipe III ser terra "muito fertil e utilíssima", opi-

nando que redundaria em benefício para a Coroa o repartirem em distritos aqueles vastos territórios. Adiantaram-se os franceses ao Monarca espanhol. Depois da longa estada na região, La Ravardière foi buscar mais recursos em França. A 19 de março de 1612, partem do porto bretão de Cancale os três navios "Régent", "Charlotte" e "Sainte-Annè", conduzindo 500 homens, para a conquista do Maranhão. Atravessam o Oceano e dão fundo a 11 de julho na enseada do Mucuripe, no Ceará. Batem devagar a costa para o norte até 25 de julho, quando chegam à ilha de Upaonmiri, que batizam como Santana, nome que lhe ficou. A 8 de agosto, a expedição desembarca na ilha do Maranhão, entre o Anil e o Bacanga. Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, faz-se acompanhar dum grupo de fidalgos: de Razille, de Harlay-de-Sancy, de la Molle, des Gros-Bois, todos protegidos da Regente de França, Maria de Médicis, todos nomeados por ordem de sucessão — "Tenentes Generais do Rei nas Índias Ocidentais e Terras do Brasil". Os índios da região, preparados pelas viagens e tratos anteriores, fazem causa comum com os expedicionários. Assentam-se os fundamentos da cidade chamada de São Luiz, em honra ao maior dos Reis franceses. E' o estabelecimento da posse, a colonização definitiva sucedendo ao vanguardear da pirataria.

Mas o domínio francês dura pouco. A 19 de novembro de 1614, Jerônimo de Albuquerque derrota os invasores em Guaxenduba e a 2 de novembro do ano seguinte La Ravardière capitula e retira-se. As Cortes de Madrid e París resolvem a

sorte da região na Europa, aonde vai defender os interesses do Brasil Português um dos bravos restauradores maranhenses, Diogo de Campos Moreno, autor da "Jornada do Maranhão".

Mau grado a perda do Maranhão, os franceses continuam pirateando na costa setentrional até fins do século XVII. Ainda a 28 de junho de 1897, os capitães Francisco de Sousa Fundão e Martins de Mendonça os repelem em Macapá. As derradeiras expedições, a infeliz de Duclerc, em 1710, e a feliz de Duguay-Trouin, em 1711, nada mais são do que a continuação do hábito da pirataria.

Essa pirataria toda nada mais é tambem do que o prelúdio duma conquista pensada, amadurecida e realizada, a dos holandeses. A primeira tentativa de Ollivier Van Noort, em 1599, contra o Rio de Janeiro, malogrou-se sob o fogo certeiro da fortaleza de Nossa Senhora da Guia, hoje de Santa Cruz. A prosperidade dos judeus lusos e espanhóis expulsos da Península e refugiados nos Paises-Baixos calvinistas, tão gabada por Mendes dos Remédios, é o grande incentivo dos piratas num sentido ao mesmo tempo de proveito e vingança. A Holanda, como escrevia o embaixador Sousa Coutinho ao Conde de Vidigueira, era a mãe dos *cristãos-novos*. São eles que fundam, comanditam e dirigem as Companhias de Comércio de 1602 a 1621, a primeira contra o Oriente Português, a segunda contra o Ocidente, nada mais na autorizada opinião de Oshlow Burrish, autor da *Batavia Ilustrada*, do que "organizações permanentes de pirataria".

Dispondo dos cabedais saqueados à famosa Frota da Prata dos espanhóis na baía de Matanzas,

a Companhia Previlegiada das Índias Ocidentais lança-se sobre o Brasil longínquo e esquecido da Coroa de Castela, desde 1621, tomando e saqueando a Baía. A reação dos baianos os derrota e expulsa. Anos mais tarde, leva a efeito o assalto a Pernambuco. Desembarcados no Pau Amarelo, os mercenários de Weerdenburg guiados pelo israelita conhecedor da terra, António Dias Paparobalos, apoderam-se de Olinda e do Recife, de onde a conquista se estende para o norte até o Maranhão e para o sul até a Baía, com tentativas extremas contra a Amazônia, dum lado, contra o Espírito Santo, do outro.

A longa e sangrenta luta contra o herege invasor trava-se, em alternativas de vitórias e derrotas em Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Paraiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, aquí mais forte, alí menos, nela se afirmando um verdadeiro espírito de brasilidade, isto é, de querermos ser o que somos com nossos usos e nossa língua, nossa religião e nossa tradição lusitana. No painel de todas as batalhas, nas derrotas como a da Mata Redonda, nas vitórias romo as dos Guararapes, esplendem quais símbolos vivos os portugueses de Fernandes Vieira, os brasileiros de André Vidal de Negreiros, os índios de D. Antonio Filipe Camarão e os negros de Henrique Dias. Mesmo quando o novo Rei, premido de aperturas, angustiado de dificuldades, forçado de conselhos, quer renunciar à luta feroz contra a Holanda, a gente do Brasil continua a guerra sozinha e restaura Portugal, não só no Brasil, mas no Atlântico, aquem e alem mar, em África, mandando Souto Maior e

Salvador Corrêa de Sá e Benevides varrer os flamengos de Angola e da Loanda.

Que maior contribuição poderia dar o Brasil remoto, deserto e pobre à Restauração de 1640? A pirataria de nações estrangeiras forjara no sacrifício e na luta a alma brasiliense dessa gande época. Quando D. João IV subiu ao seu ainda inseguro trono, os brasileiros se achavam de nuas espadas ensanguentadas na mão. Não as embainharam, enquanto lhes não restituiram intacto o Império Português nas duas margens do Oceano. Título de glória para o Brasil!

ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV NO RIO DE JANEIRO

Naquela manhã quente e luminosa de 10 de março de 1641, em que os montes vestidos de veludo verde placidamente se miravam nas águas tranquilas da Guanabara, desembarcou apressado dum navio vindo da Baía o Reverendíssimo Padre Provincial da Companhia de Jesús. Trazia "a nova da felicíssima restituição" do Reino Lusitano, cuja coroa repousava na cabeça dum soberano português, aclamado a 1.º de dezembro de 1640 como seu "hereditário legítimo" e "Monarca de Dois Impérios".

Circunstanciada Relação contemporânea frisa bem o fato de ter sido a auspiciosa nova anunciada por tão eminente sacerdote com estas significativas palavras ao gosto da época: "Quando à Cristandade resultam tantas prósperas por ordem e agência desta Sagrada Religião, não podia por outra via gozar o Brasil de tanto bem". Tanto bem, sim, porque o Império Ultramarino desleixado durante os sessenta anos do "letargo" de Portugal sob o domínio espanhol, fora seguidamente presa

de hereges invasores, de estrangas nações e de bárbaros índios.

Governava, então, a praça do Rio de Janeiro, varão ilustre, vencedor de tantos inimigos, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, cognominado "o Terror da Holanda", filho de Martim de Sá, neto de Salvador Corrêa de Sá, da estirpe que dera à América Portuguesa os puros e magníficos vultos de Mem de Sá, falecido longe da Pátria ao serviço de seu Rei, e de Estácio de Sá, morto em combate contra os franceses.

O Provincial dos Jesuitas conduzia com as letras em que D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, Viso Rei do Brasil, comunicava da Baía ao Governador do Rio de Janeiro a felicíssima restauração, a própria carta de D. João IV, proclamando às suas Justiças e Povos a aclamação de Lisboa.

Temia-se muito à socapa que Salvador Corrêa de Sá e Benevides relutasse na aceitação do novo soberano, por ver com a sua ascensão frustradas suas melhores esperanças. Recebera sempre da Corte de Madrid provas de alto apreço e subida distinção, que lhe auguravam soberbo futuro. Sua Majestade Católica o nomeara Almirante das Costas do Mar do Sul, o que estendia sua jurisdição ao Prata, e o mandara dominar levantes até no Paraguai. Filho de mãe castelhana, D. Maria Benevides, casado com uma espanhola, Dona Catarina Ugarte de Velasco, ambas aparentadas de perto a Grandes de Espanha, Vice Reis do México e do Perú, mais lucraria servindo a Castela, senhora do Mundo, do que a um pobre Rei Português ainda

não bem firme sobre o trono que lhe doara uma revolução. Mas, nem o interesse privado, nem o cargo ilustre, nem as ligações de parentesco sobrepujaram os sentimentos de sua alma de "verdadeiro, leal e fidelíssimo português".

Mal leu as letras que lhe entregou o Reverendíssimo Padre, ordenou ao seu Sargento-Mor de Batalha e Governador da Gente de Guerra, D. António Ortiz de Mendonça, convocasse oficiais, clero, cabos das fortalezas e ordenanças, nobres e prudentes da cidade para uma reunião imediata na Livraria do Colégio dos Jesuitas. A nova mais ou menos se divulgara e todos sabiam do que se ia tratar.

Salvador Corrêa de Sá e Benevides leu-lhes as cartas e, depois de pedir com empenho o parecer dos Oficiais da Câmara, "cabeças da República", aclamou D. João IV e jurou reconhecê-lo como seu legitimo soberano. Todos o aplaudiram, mostrando-se contentes em se verem resgatados do "pesado jugo e tirana sujeição" ao castelhano.

Unanimidade de vistas. Lavrou-se um auto em boa letra rasgada registando não ter havido na aclamação "nenhuma neutralidade". Bradaram unísonos, acompanhando o primeiro viva do Governador: — "Viva El-Rei D. João IV!" Com o Pendão Real da Câmara desfraldado à frente, símbolo da Vida Municipal, tão forte na Península e no Brasil antigo, tão esquecida e amesquinhada hoje, sairam em procissão até à Sé-Matriz, pelo meio da arraia-miuda embasbacada a descobrir-se e a engrossar o séquito.

Sob o cruzeiro do adro, ao sol ardente de março, levantara-se um altar. Em cima da toalha de rendas, um grande missal aberto, sangrando em capitulares de mínio aureoladas de filetes de ouro. Todos juraram sobre ele, joelho em terra, "preito de homenagem" ao fundador da dinastia bragantina.

De novo, estrugiram vivas, que o povo "pluralizava". Arvorou-se o Pendão Real da Câmara. "O tumulto aumentou". E, logo, todos os atambores e caixas do Presídio rufaram pelas ruas e praças da acanhada cidade colonial, em cujas esquinas se lançavam os bandos, ordenando aos moradores iluminarem suas casas. Ao mesmo tempo, troavam bastardas, colubrinas e falconetes nos fortes, desde o alto do Castelo às ilhas da baía.

O sol se pôs ao estrondo das salvas. Na noite escura, as ladeiras esconsas do Castelo, o casario do alto e as torcicolosas vielas da baixa se estrelejaram de luminárias, ficando "tão lustrosa a cidade de fogos, tão inquieta de vivas e artilharia", que era coisa bem digna de se ver. Uniam-se na mesma alegria, "portugueses e brasilienses".

Ao romper do dia 11 de março, já o Governador despachava barra fora, numa "canoa esquipada", Artur de Sá, Capitão da Fortaleza de Santa Margarida, com os traslados das cartas recebidas, a avisar São Vicente e São Paulo, antes que lá chegassem por qualquer via ordens de Castela. Em seguimento à canoa de Artur de Sá, velejavam um patacho rumo à Baía, a dar conta do assentimento do Rio de Janeiro ao Viso Rei, e uma caravela na

derrota de Lisboa, com notícias e felicitações para El-Rei.

Decretou-se festa nos quartéis por oito dias seguidos, com a recomendação de que delas não fossem privados nem os corpos de guarda. Todos deviam participar do júbilo da Restauração. Mal findavam os festejos da soldadesca com vinhaça e bródio, no dia 19, véspera de São Bento, achando-se o Governador a ouvir na igreja do mosteiro a pregação de Frei Manuel, houve grande alvoroço na assistência. Entrava portas adentro o seu Ajudante, conduzindo o Mestre duma caravela recem-chegada, cujas velas húmidas de salsugem ainda secavam ao sol, antes de ferradas, ao longo dos mastros.

Curvando-se reverentemente, o velho marujo entregou a Salvador Corrêa de Sá e Benevides duas cartas com bulas pendentes de cera vermelha. O Governador reconheceu à primeira vista que eram de Sua Majestade El-Rei D. João IV. Levantou-se de sua alta sédia, beijou-as com unção, pôs os selos rubros sobre a cabeça em sinal de obediência e leu-as ao povo em voz alta. Relatavam o Grande Acontecimento e determinavam providências. Estrugiram, finda a leitura, vivas trepidantes.

Voltando-se para o feliz mensageiro, Salvador Corrêa de Sá e Benevides declarou-lhe que, como alvíssaras, seu navio ficava isento da imposição dos vinhos, que ele indenizaria ao erário real, bem carecido de forças no momento, de sua própria fazenda.

No dia seguinte, o Governador fez aparelhar uma nau, meteu-lhe dentro um troço de vinte sol-

dados sob o comando do Capitão Antônio Lopes Mialha e despachou-a a 21 de março para Buenos Aires, com "aviso reservado". Não se sabe qual foi, mas seu leal proceder autoriza a supor fosse uma comunicação às autoridades espanholas do ocorrido e de não continuar como Almirante das Costas do Mar do Sul, afim de evitar possiveis equívocos.

Os verdadeiros festejos comemorativos da feliz aclamação de D. João IV no Rio de Janeiro somente se realizaram depois de recebidas as duas epístolas reais. Começaram no domingo 31 de março com tantas luminárias que pareciam estar — diz um documento coevo — "substituindo as estrelas", sumidas então no engaste negro dum céu ameaçador.

Percorriam as estreitas ruas, orladas de casebres e de toscos casarões crivados de mudejares, por traz de cujas reixas as mulheres espiavam curiosamente, cento e dezesseis cavaleiros armados de ponto em branco, acaudilhados pelo Capitão Duarte Corrêa Vasqueanes e pelo próprio Governador, este coberto de alvo setim, seguidos pela mirífica "invenção" do Licenciado Jorge Fernandes da Fonseca e seus filhos: dois grandes carros, em que tocavam músicos ocultos sob tapizes de seda e moitas de flores. O poviléu vivava com estrondo o Senhor D. João IV, fazendo coro às aclamações dos gentís cavaleiros.

Na segunda-feira, 1.º de abril, a multidão encheu o Campo da Ajuda, capinado e alindado, onde se travaram lutas fingidas entre frecheiros e soldados, rememorando as emboscadas, os ardís e

os assaltos das guerras contra hereges, estrangeiras nações e bárbaros índios, em que se cobrira de glória o nome dos Sá.

Na terça, alí se correram touros com mil sortes e prêmios. Nunca a gentalha se divertiu tanto! Na quarta, se jogaram canas, levando a todos a palma, o Governador e Duarte Corrêa, perfeitos cavaleiros. Na quinta, o céu turvo desmanchou-se em água, frustrando ao povo a representação dum auto, que teve de ser feita na Sala do Paço. Na sexta, a chuva foi tanta que as ruas se esvaziaram e a cidadezinha erma e silenciosa se envolveu em líquidas toalhas.

No sábado, sol maravilhoso, dourando a tremulina das águas e o verdor refrescado dos morros, dominados pelo cocuruto do Corcovado, hirto no céu de anil. Vinte cavaleiros escolhidos, tendo sempre à frente o Governador e Duarte Corrêa, correram manilhas ou argolinhas, aplaudidos delirantemente pela multidão. No domingo, continuou o bom tempo e os mascarados se espalharam por toda a parte, em diabruras. Foi o primeiro carnaval carioca. À noite, muito fogo de pólvora" e "alardo" dos estudantes.

"Desta maneira — diz uma Relação da época — aclamou o Rio de Janeiro ao Senhor D. João IV, por Verdadeiro Rei e Senhor do Reino de Portugal; desta maneira aplaudiu tão feliz efeito como sua restituição a ele; e desta maneira manifestou os ânimos dispostos a seu Real Serviço".

CRISTOVAM COLOMBO, INFANTE DE PORTUGAL?

Profundo mistério envolve as origens de Cristovam Colombo. Quem era? Onde nasceu? De onde vinha? Dizem-no uns genovês; alguns, catalão; outros, espanhol; ainda outros, português. Há mesmo quem o considere judeu. Rios de tinta se teem derramado e, apesar da opinião geralmente admitida de que era italiano, em veradde o mistério continua.

Artur Lobo d'Avila e Saul Santos Ferreira publicaram em Lisboa, em fins de 1940, um livro por muitos titulos notavel, no qual trazem ao problema colombino uma solução nova e sobremaneira interessante, que não poderá ser despresada pelos estudiosos da questão, tal a natureza dos documentos apresentados e tal a clareza de suas deduções. O volume intitula-se "Cristóbal Colon e Salvador Gonsalves Zarco, Infante de Portugal".

Lendo-se as páginas desse trabalho por muitas razões dignas de atenção, vê-se nova luz iluminar a figura clássica do descobridor da América e o nosso espírito é levado a crer que ele foi mesmo o

misterioso infante bastardo da ínclita Geração, destinado ao papel de desviar para o Ocidente a atenção de Castela, enquanto Portugal se lançava aos caminhos da índia para suplantar a emporocracia veneziana. Esta, a curiosa tese da obra.

Entre 1475 e 1481, um navegador português, de nome João Coelho, descobrira as Antilhas: Cuba e São Domingos, notadamente. Em 1492, o português Salvador Gonsalves Zarco, sob o nome de Cristóbal Colón, primo e cunhado de D. João II de Portugal, foi, de acordo com este, mas por conta dos Reis Católicos, em busca das Índias do Ocidente. "Porque o fito do Príncipe Perfeito, e a sua maior ambição, era a Índia do Oriente, o sonhado reino do Preste João. Porisso desviou para o Ocidente a ambição dos Reis Católicos".

Como se vê, a proposição reçuma o maior interesse, tanto para os peninsulares, quanto para os americanos. A grande questão é prová-la. A isso os autores se abalançam com grande cópia de documentos curiosos e de circunstâncias altamente apreciaveis. Forma a base da obra uma outra publicada anteriormente e que lamentamos não conhecer, de autoria do grande hebraista e poliglota major Santos Ferreira e do genealogista e crítico Antônio Ferreira de Serpa.

Teófilo Braga considerava o descobrimento da América "a coroação de todos os esforços acumulados para a deslocação da Civilização ocidental das orlas do Mediterrâneo para a vastidão do Atlântico. Coube a Cristóbal Colombo, pela sua perseverança através de todos os preconceitos religiosos e científicos, e de todo o empirismo bo-

çal (sic!) dos governos, o rematar esta epopéia de esforços, em que o gênio italiano, fecundado pelas descobertas marítimas dos portugueses, e coadjuvado pelo espírito de aventura e audácia espanhola, se tornou, perante a história, uma das mais belas manifestações da nossa *ocidentalidade*".

Distingo! — declara o livro de que tratamos. A coroação desses esforços é ainda tão somente obra de Portugal, porquanto D. João II e Cristóbal Colón eram parentes e se achavam "entendidos no mesmo plano político, para futura glória e interesses da Pátria".

Salvador Gonsalves Zarco começou a navegar com os mestres da ilha da Madeira e só substituiu seu verdadeiro nome pelos de Cristovam e Colombo posteriormente, para "esconder faltas cometidas". De fato, nasceu em Gênova, "mas de pai e mãe portugueses". Estudando na última década do século passado as assinaturas autógrafas de duas cartas autênticas e muito conhecidas do Descobridor, o major Santos Ferreira atentou no *ponto* e no *traço oblíquo* que se seguem a XPOI EBENS, isto é *Cristoferens*. Em todas as siglas conhecidas de Colombo repetem-se os mesmos sinais. Sabe-se que os antigos gramáticos denominavam o sinal *ponto-e-vírgula* COLÓN. A leitura, portanto, da firma é exatamente *Cristoferens Colón*. Sobre a palavra Cristoferens veem-se sete letras capitais, que se devem ler na ordem indicada no testamento do próprio Colombo: *por colunas e de baixo para cima*. Da leitura indicada resulta: *Criste Salvé, Maria Salvé e Joseph Salvé*. Nesta invocação dos santos patronos de *Colón* acha-se cifrado, acha-se em ver-

dadeiro enigma anagramático o verdadeiro nome do descobridor.

Acompanhemos *pari-passu* a palpitante descoberta do major Santos Ferreira, diante do desenho da sigla colombina:

.S.
.S.A.S.
X M Y
XPOFERENS.,

O *ponto e vírgula* finais, sinal denominado pelos gramáticos grecos-latinos *colón*, tem na escrita hebraico o nome de *zarco*. O criptograma escondia, assim, o verdadeiro apelido do autor da assinatura. *Cristoferens* é aquele que *leva ao Cristo*, não aquele que *leva o Cristo*, neste caso *Cristoforus*. "Como se o navegador dissesse mentalmente: *Este nome leva ou transporta o pensamento para Cristo.* Só um nome cristão realiza esta condição: *Salvador* — Ele leva para Cristo o pensamento dos cristãos por terem em Cristo o Salvador, por excelência, de suas almas; leva para Cristo o pensamento dos judeus por ser a palavra *Jesus*, na língua hebraica, um nome verbal que significa salvador... A forma *Cristoferens*, embora estranha e sem precedente, como representando o castelhano *Cristóbal*, nada tem de comum com *Cristoforus* ou *Cristofer;* isto é, nada tem de alusivo ao gigante, que a lenda afirma ter transportado Jesús, de uma para outra margem do rio. *Cristobal* representa tão somente a *própria pessoa do Salvador*, na linguagem da primitiva igreja judéo-cristã das Espanhas: *Cristo-Senhor*. E facil me foi con-

cluir — declara o major Santos Ferreira — ser *Salvador* o nome de batismo do descobridor do Novo-Mundo".

O autor citado sabia que, nos anais da ilha da Madeira, o apelido *Zarco* sempre andou ligado ao patronímico *Gonsalves*, constituindo um só nome de família desde o famoso João Gonsalves Zarco. O nome *Gonsalves* está nos *salves* que acompanham a sigla colombina. Os S S aparecem sempre entre pontos, dissimulando a idéia de plural. Enquanto as simples iniciais X e Y ndicam Cristo e Joseph, Maria está indicada por duas letras M e A, ao invés de M unicamente, afim de fazer sobressair ao alto um dos S. *Cristo Salvo, Maria Salva, Josefo Salvo* equivalem a *Cristo, Maria et Josepho consalvis*, simplesmente *consalvis*, abstraindo-se os três nomes próprios que a expressão em si parece querer se *salvem*, se *saltem por cima*, se *não toquem*, conforme melhor se queira interpretar. E a transliteração dessas sete letras para o hebraico, realizada pelo major Santos Ferreira, revela todo o mistério da personalidade de Colombo.

Assim: "A assinatura se presta a duas leituras distintas: a do nome suposto que o navegador assumiu, e a de uma sentença que foi a regra ou o programa de sua nova vida. A primeira poderia ser declarada, em caso de necessidade. A segunda, subentendida por uma forma misteriosa, reservava-a Colón só para si, e a ninguem terá revelado, exceto aos seus confessores... Se algum dia fosse obrigado a explicar a sua firma (e a Inquisição teve, por vezes, curiosidades semelhantes e bons argumentos para as apoiar), Colón poderia re-

ponder: — Cristo, Maria e José são os meus patronos espirituais: saudo-os sempre, antes de escrever o meu nome: Criste, salvé; Maria, salvé; Josephe, salvé; *Xpoferens* é o santo do meu nome; o ponto e a vírgula que são o *colón* gramatical, representam o meu apelido Colón". Mas, já no íntimo de sua alma a interpretação era outra. Ele via alí a sentença que o condenara à *morte civil*, que voluntariamente se impusera: XPOFERENS, criptograma de Salvador; os S S S passando em claro os nomes dos três patronos — Cristo *Salvo*, Maria *Salvo*, Josefo *Salvo*, criptograma de *consalvis;* e o S, que fica isolado superiormente, criptograma de Zarco, por ter o acento *zarco* da escrita hebraica exatamente a forma do nosso S."

As palavra hebraicas da transliteração completavam o texto: *"Salvador Gonsalves Zarco, aquele que roubou desapareça"*.

Em apoio dessas assombrosas deduções, vem o "Teatro Genealógico", com as árvores de costado da nobreza de Portugal, editado em Nápoles, de autoria do prior D. Tivisco de Nasao Zarco y Colona. Preste-se bem atenção à ligação dos dois apelidos, — *Zarco e Colona*. Todas as indicações do frontespício da obra são supostas. A data indicada, M.CX.II esconde um enigma. O livro, impresso em Lisboa e não em Nápoles, deve ter saido à luz, aí por 1692, isto é, MDCXCII. O D e o segundo C estão substituidos no aludido frontespício por pontos de dimensões menores que o ponto final (?). Estudando minuciosamente as palavras desse frontespício, o major Santos Ferreira viu-se diante de um anagrama, cujo texto original em caracte-

res hebraicos foi depois transliterado para o alfabeto latino. "As duas letras suprimidas no numeral representativo do ano em que o livro foi impresso foram substituidas, no texto primitivo, por outras de valor equivalente, necessárias para a compreensão do mesmo texto".

Não é possivel acompanhar o autor da revelação através de todas as suas pesquisas e conclusões. Mas o fato é que a leitura do frontespício, *anagrama perfeito do texto hebraico primitivo*, dá isto:

Salvador Gonsalves Zarco pelo Prior D. Tivisco de Nasao Zarco y Colona — Em Nápoles — por Novelo de Bonis — Ano MDCXCII. Este impio, tendo sido colocado em Governador na ilha de Chios, maltratou e defraudou o seu Príncipe; e fugiu vestido como jornaleiro do arrabalde e fingindo-se mudo; e correu mundo; mas, envergonhado e arrependido, emendou-se e voltou para o seu país natal, e tomou o nome de Cristóbal Colón.

Todas as declarações e citações do curioso volume que é o "Teatro Genealógico" são criptogramas de textos originais hebraicos que revelam segredos referentes ao Descobridor da América. Por exemplo: "Fr. David da Costa encontrou dentro da orla de uma tapeçaria seis pergaminhos que declaram a ascendência e as culpas do insigne explorador conhecido até agora como Cristóbal Colón, o qual os escreveu na lingua hebraica, junto do Padre Joam Eanes de Sáa". E: "O intendente Clemente Inocencio Vieira determinou que os pergaminhos que tinham estado na orla da tapeçaria fossem escondidos imediatamente dentro de uma

boceta, num vão da parede, ao canto do claustro da cisterna do Convento de Nossa Senhora dos Remédios dos nossos padres marianos de Lisboa, à mão direita de quem está voltado para a entrada do refeitório".

D. Pedro II, Rei de Portugal, mandou confiscar e queimar o "Teatro Genealógico", livro *sem fé nem crédito,* como declara o alvará. As buscas realizadas no antigo convento dos Remédios em 1927 revelaram o esconderijo a que se refere o anagrama. Os pergaminhos porem, já não estavam lá.

Outros anagramas e criptogramas reveladores que seria maçante enumerar foram descobetos noutro livro do mesmo prior D. Tivisco de Nasao Zarco y Colona — "Principio Genealogico y Linea Real". Eles dão conta da luta pela rehabitação de Salvador Gonsalves Zarco dirigida pelo conde da Feira no começo do século XVIII e dos empecilhos que lhe foram impostos. Porque, textualmente: "O maior dos navegadores portugueses de todos os tempos é o último rebento de Henrique".

Salvador Gonsalves Zarco ou Cristóbal Colón participou da tradução em português do *Livro de Marco Polo* e colaborou no *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira. O manuscrito de Marco Polo foi trazido para Lisboa pelo infante D. Pedro, o que correu *as sete partidas do mundo.* O livro de Marco Polo foi impresso por Valentim Fernandes e, na sua última página, há símbolos que o major Santos Ferreira decifrou. Num escudo sustido por um leão coroado, o monograma gótico I Z, iniciais de Jesuah Zarco, entre dois espinhos

que descem para a ponta do escudo. A forma do monograma indica a idéia de descer. Num listel, em baixo, as letras I S V W e uma outra, híbrida, lembrando um arco. As correspondentes hebraicas dessas letras unidas ao monograma descendente dão a tradução: *Salvador Zarco vai descendo para a sepultura entre espinhos e lágrimas.*

O criptograma revelador do *Esmeraldo* mostra que Duarte Pacheco Pereira escreveu em hebraico palavras que significam *em companhia de Salvador da Madeira.* Da direita para a esquerda, tais letras dão no nosso alfabeto *Emslodrae.* Com isso se formou em anagrama *Esmeraldo.*

Quem era esse misterioso Colombo ou Zarco, "o maior dos navegadores portugueses de todos os tempos, último rebento de Henrique?" Era nada mais, nada menos do que um infante bastardo de Portugal, da ínclita geração de Aviz. Esta é que é a pasmosa revelação do major Santos Ferreira e de seus colaboradores e continuadores, revelação apoiada em provas circunstanciais e documentais que merecem estudo, exame e meditação.

Cristóbal Colón — Salvador Gonsalves Zarco era fruto dos amores clandestinos, ardentes e sinceros do infante D. Fernando, filho de D. João I, com uma das netas de João Gonsalves Zarco — "ou de seu irmão, fidalgo cavaleiro da casa do infante D. Henrique, o qual desde muito novo seguia a carreira marítima, exercendo o comando das caravelas que guardavam a costa do Algarve". Colón — Salvador nasceu em Gênova, para onde fora mandada sua mãe, em 1456. D. Fernando pretendeu ir ali em visita à exilada por causa dos pre-

conceitos e convenções sociais; mas o rei Afonso V, seu irmão, o impediu, mandando vigiar a boca do estreito, para que por alí não passasse. Só muito mais tarde conseguiu esquecer seu primeiro amor e, então, casou com sua prima, a infanta D. Beatriz, filha do infante D. João. Largamente proveu sempre à criação e educação de seu filho natural Salvador Gonsalves Zarco "a quem foi ministrada uma instrução verdadeiramente principesca". Aprendeu latim, grego, hebraico e as ciências do tempo. Falava o espanhol com sotaque português. Nunca escreveu em italiano. Sempre escolheu nomes portugueses para batizar seus descobrimentos. A mãe teve-o em casa de um tecelão genovês chamado Colombo.

D. Fernando faleceu em 1470. Cessou a remessa de fundos para o filho distante. O tecelão de Gênova recambiou o rapaz para a ilha da Madeira. Os Zarcos, mantendo as aparências e convenções, não o hospedam; mas o aposentam como mancebo de alta gerarquia nos paços do nobre e riquíssimo flamengo João Esmeraldo. Tanto era considerado de sangue nobre que casou, mais tarde, com uma filha do famoso Bartolomeu Perestrelo. Na Madeira, passa a mocidade e nela se familiariza com a vida náutica dos portugueses.

Por encargo de D. João II sabe-se que o célebre matemático Abraão Zacuto organizou para Colombo um roteiro-calendário astronômico, todo ele em hebraico. Assim, D. João II estava "entendido com o navegador, seu primo e cunhado — combinados para que este navegasse por conta dos reis católicos, na busca das ÍNDIAS DO OCIDENTE, enquan-

to o PRÍNCIPE PERFEITO *buscaria* a Índia do Preste João, no Oriente. E, porisso, Colón-Salvador Gonsalves Zarco parte de Palos para a viagem em busca do Novo-Mundo, mas depois de o ter achado, e, antes de ir dar a grande nova aos reis Fernando e Izabel vem a Lisboa contar ao rei de Portugal o que fez".

O próprio Colombo narra o fato no seu Diário. Ancorou no Restelo, hoje Belem. Escreveu ao soberano que se achava no Val do Paraiso, perto de Azambuja. Recebeu cumprimentos dos principais da Côrte. Foi até aonde estava o rei que o recebeu, com muita honra e conversou largamente com ele, *mandando-o sentar*. Iguais honras lhe prestou a rainha D. Leonor. Em 1488, D. João II escreveu ao Almirante esta curiosíssima carta: "A Cristovam Colón, nosso especial amigo em Sevilha, Cristóbal Colón. Nos Dom Joham por grasa de Deos Rey de Portugall e dos Algarbes daquem e dallem mar en Africa, Senhor da Guinee vos enviamos muito saudar. Vimos a carta que nos escrebestes e a boa vontade e afeizaon que por ella mostraaes teerdes a nosso serviso: Vos agradesemos muito. E quanto a vossa vinda cá, certa, assy pello que apontaes como por outros respeitos para que a vossa indústria e bõo engenho nos será necessario, nós a desejamos e prazer dar-nos-ha muyto de virdes, porque em o que vos toca se dará tal forma de que vós devais ser contente. E porque por ventura teerees algum reçeo das nossas justiças por razon dalgumas cousas a que sejais obrigado. Nós por esta nossa carta vos seguramos pella vinda, estada e tornada que não sejaes preso, retcudo, acusado, citado nem de-

mandado por nenhuma cousa ora seja civil ora criminal de cualquer cualidade. E por ella mesma mandamos a todas as nossas justiças que o cummpram assy. E portanto vos rogamos e encommendamos que vossa vinda seja loguo e para isso non tenhais pejo algum e agradecer-vo-lo-hemos e teremos muito en serviso. Scripta em Avis a vinte de Março de 1488. EL REY".

Não há a menor dúvida quanto a intimidade entre D. João II e Cristovão Colombo. Os dois entendiam-se. Colombo procurava sempre servir a Portugal. Na segunda viagem à América, em 1502, mudou por sua conta o rumo da armada espanhola, afim de socorrer os lusos cercados em Arzila. Quando jurava — depõe o filho, Fernando Colón, jurava por S. Francisco, padroeiro de D. Fernando que era o infante seu pai.

Abreviemos o assunto. O trabalho do major Santos Ferreira e Ferreira de Serpa, bem como o de seus continuadores Artur Lobo d'Avila e Saul Santos Ferreira merecem divulgados e estudados. Versam tese curiosíssima e apresentam em sua defesa documentos interessantes. Entendem de prover que o célebre navegador, cuja origem e cuja mocidade se envolvem no mistério, era de sangue português: o bastardo de descendência real Salvador Gonsalves Zarco. Os documentos que os últimos daqueles quatro autores consideram decisivos são o Roteiro Astronômico ou Tábuas de Navegação, organizado pelo astrônomo Zacuto para a viagem de Cristovão Colombo, e o seu Brasão de Armas, engrandecido por Isabel, a Católica.

O Roteiro encontra-se no Museu do Seminário

Hebraico Teológico de Nova York. O Brazão está descrito na Provisão Real que o engrandece. Escudo esquartelado. No 1.º e 2.º quartéis, o castelo e o leão de Leão e Castela em esmaltes diversos dos das armas reais, de acordo com as regras da heráldica espanhola. No 3.º, oito ilhas de ouro sobre ondas do mar. Todos esses quartéis são acrescentamentos às armas do homenageado com eles: simbolos reais da Espanha e dos seus descobrimentos. Quais as armas a que tudo isso foi acrescentado? As do 4.º quartel. A Provisão declara: *las armas vuestras que sabiades tener.*

Ora, em muitos brasões de armas de Colombo se veem nesse 4.º quartel, em campo *azul,* cinco *besantes* ou *bizâncios* de *ouro,* que são, *por diferença,* sabem os heraldistas, *os cinco besantes de prata* do escudo dos reis de Portugal. Noutros, em lugar de cinco besantes figuram cinco ancorotes. Lembra, porem, o major Santos Ferreira que *ancorote* é corrupção do hebraico *angoroth,* que significa dinheiro, o mesmo significado de besante, isto é, moeda de Bizâncio.

Que os entendidos examinem esses trabalhos e pronunciem a sentença definitiva: Cristóbal Colón é ou não Salvador Gonsalves Zarco, Infante Bastardo de Portugal?

PORTUGAL E A LITERATURA BRASILEIRA

A carta de Pero Vaz de Caminha é a grande página literária que revela ao mundo a terra descoberta por Pedro Álvares Cabral, como o livro de Waldseemuller, baseado nas informações de Americo Vespucio, foi quem batizou com o nome de América o continente achado por Cristovão Colom.o Há um verdadeiro deslumbramento pela terra virgem e dadivosa nessas linhas escritas a bordo duma nau lusitana, deslumbramento que se prolonga no tempo e no espaço, inspirando os cronistas do período colonial, missionários ou leigos. Porisso, até o século XVIII o Brasil é um assunto literário para todos os homens cultos que vão de Portugal e ficam enamorados da pujança da natureza selvagem e bela.

Na segunda metade do século XVIII, começa a aparecer nos centros mais populosos das regiões açucareiras e auríferas da então colônia uma literatura incipiente, de fundo e forma absolutamente européias, fonte de Arcadias, Cenáculos e Academias que escondem quase sempre organizações de caráter politico e revolucionário. Ornam-se de hu-

manidades e latinidades bebidas no ensinamento fecundo dos jesuitas. Acadêmicos e Arcades fantasiam-se de pastores e escrevem éclogas vergilianas. Nenhum deles se reveste dum cunho verdadeiramente brasileiro, porque em seu espírito se refletem, como num espelho, as idéias gerais, os sentimentos universais da época. Uns são portugueses, outros brasileiros natos; mas nada os diversifica e nada os separa. Pensam e escrevem da mesma maneira. Une-os pelos mesmos laços a própria política enciclopedista e liberal. E' o caso da Inconfidência Mineira com seus poetas, pensadores e escritores, filhos dos dogmas de 1789.

No alvorecer do século XIX, o Brasil inicia sua marcha em um grande sentido imperial. Na sua arrancada gloriosa e infeliz à África, D. Sebastião talvez servisse ao pensamento dum Império Atlântico, herdado — quem sabe? — dos planos íntimos do Infante de Sagres. Certo é que D. João V pensou nesse Império. D. João VI realizou-o e foi o seu primeiro Imperador. O Conde da Barca revelou esse pensamento a Maria Graham. O próprio soberano proclamou-o no seu Manifesto de Guerra à França, publicado no Rio de Janeiro: "A Côrte levantará a sua voz no *seio do Novo Império que veio criar*". Estendeu-o pelas armas até o mar das Antilhas e até o Prata, dando-lhe duas novas províncias: Caiena e a Cisplatina. O maior Brasil de todos os tempos. Entregou-o preparado para ser livre a Dom Pedro I, que consumou a separação.

Dêsde muito antes, o Brasil inspirara os escritores e poetas brasileiros. Voltam-se todos para o gigante que se estende na América Meridional. Can-

tam-lhe uns guerras vitoriosas como José Basilio da Gama no poema "O Uraguai". Cantam-lhe outros a grandeza ciclópica como Santa Rita Durão no poema "O Caramurú".

O Segundo Reinado, restabelecendo a ordem interna destruida pela Abdicação e pela Regência, leva o Império ao apogeu. O gênio de D. Pedro II plasma definitivamente a nação no seu indestrutível molde imperial. Nesse tempo, o Romantismo espalha-se pelo mundo e atrai os espiritos brasileiros. Lança os mais eminentes na senda do indianismo romântico gerado em Montaigne, apregoado por Jean Jacques Rousseau, e propagado por Chateaubriand. Ficam na penumbra, para serem descobertos mais tarde como perfumadas flores esquecidas, os escritores que se inspiram na realidade. O exemplo mais flagrante é o de Manuel Antonio de Almeida com seu romance de observação e costumes "Memórias dum Sargento de Milicias". Só lhe fizeram justiça no século XX.

Dois grandes vultos encarnam esse período literário: Gonçalves Dias, na poesia, José de Alencar, na prosa. O primeiro, embora suas provas de classicismo erudito nas famosos "Sextilhas de Frei Antão", embute nos seus versos indianistas a tecnologia deturpada do aborígene. O segundo usa do mesmo efeito; mas maneja o idioma com tal senso político e tal leveza que, como Eça de Queiroz fez com o português de Portugal, dá ao português do Brasil uma plasticidade nova e um novo encanto. Na "Iracema", no "Guaraní", no "Ubirajara", sua prosa torna-se poesia.

Na época de D. Pedro II atinge o Brasil a cul-

minância de seu sentido imperial: na guerra com Caxias, Porto Alegre e Osorio; na Marinha, com Tamandaré, Barroso e Inhauma; na governação com Paraná, Zacarias e Cotegipe; na diplomacia com Rio Branco, Otaviano e Penedo; nas artes com Pedro Americo, Vitor Meireles e Chaves Pinheiro; na literatura com Alencar, Macedo e Bernardo Guimarães; no teatro com Martins Pena e João Caetano; na música com José Mauricio e Carlos Gomes; na poesia com Gonçalves Dias, Castro Alves e Fagundes Varela.

Veio a República e cada vez mais a literatura brasileira se foi voltando para sua pátria, na ânsia de estudá-la, de compreendê-la e de glorificá-la. O "Por que me ufano do meu país" de Afonso Celso marcou uma época. Houve reações contra esse narcisismo, porem sem continuidade, e os detratores da tradição, somente tiveram êxitos momentâneos.

Aos românticos, aos indianistas-românticos, aos condoreiros, sucederam filósofos como Silvio Romero e Farias Brito, críticos como Araripe Junior e José Veríssimo, historiadores como Capistrano de Abreu e João Ribeiro, romancistas realistas como Julio Ribeiro e Aluisio de Azevedo, poetas simbolistas como Cruz e Sousa, poetas parnasianos como os da trilogia sagrada: Raimundo Correia, Olavo Bilac e Alberto de Oliveira. Nas letras jurídicas e políticas um vulto exponencial Rui Barbosa. Na prosa, duas figuras máximas iluminando o cenário intelectual: Machado de Assis e Euclides da Cunha. Figuras singulares e isoladas. O primeiro, vindo do fim do Império, foi o paisa-

gsta das almas urbanas sem preocupação do meio em que se movem. Estilo claro e conciso. Rápido oirar no ambiente. Análise percuciente e irônica dos refolhos da alma. O segundo, brotado da própria República, foi o paisagista das almas sertanejas em função do vasto sertão ignorado pela civilização litorânea. Pinta o meio com a grandeza dum afresco de Tiepolo e com o colorido dum Paulo Veroneso para, depois, traçar o homem com um pincel de Ribera e Goya. A obra de Machado de Assis é somente dele e nele se limita. Não tem escola. Não deixa sucessores. A obra de Euclides da Cunha influe poderosamente no pensamento nacional, lançando os fundamentos de vasto movimento literário que se vai abeberar nas fontes regionais, vivas, da nação. O regionalismo *brasileirista* e criador nasce dele.

Com o tempo sucedem-se, na prosa e no verso, líricos, impressionistas, penumbristas, futuristas. A língua tonifica-se ao calor tropical, enriquece-se com brasileirismos, localismos, modismos, tecnologias gauchas, praieiras, caipiras, sertanejas, formas indígenas, elementos africanos, termos cosmopolitas, sem deixar de ser portuguesa na essência, na substância.

Às dezenas e dezenas, escritores e poetas vão surgindo no imenso território pátrio, contribuindo todos com seu quinhão para a glória do Idioma e da Raça, para o engrandecimento do Brasil — filho de Portugal. Brasil que Olegario Mariano cantou com suas lendas e cuja história Paulo Setubal vulgarizou.

No próprio período de revolução literária da

segunda década do século XX que tudo procurou subverter, revolução que a si própria se denominava *antropofagia*, os grupelhos de jovens demolidores continuavam a sentir a atração poderosa e misteriosa da terra brasileira, como o provam seus apelidos: *Pau-Brasil, Verde* e *Amarelo.*

A reação veio dos homens de letras que, nutridos da seiva vital das tradições nacionais, fizeram consciente revisão dos quadros e valores do passado, lançaram as sementes fecundas dum nacionalismo sadio e prepararam na escola do Sacrifício, do Desinteresse e da Fé a Grande República Imperial do Futuro.

O Brasil não vive isolado no seio da América. Se o tumulto e confusão de idéias do século XIX o afastou um tanto do estudo de suas realidades, alertou-o o vibrante toque de clarim de Euclides da Cunha e através das primeiras décadas do século XX, ele debruçou-se sobre sua própria realidade, sobre sua civilização tradicional — latina e cristã. Ao cientificismo racionalista sucedeu a compreensão de que os povos somente vivem duma Fé e para uma Fé. Varreram-se derrotismos e descréditos. Criou-se uma mística nova. Reconheceu-se que um patrimônio espiritual comum une a cristandade ocidental e, muito especialmente, une o Brasil a Portugal — esplêndida catedral de oito séculos de altura, em cujas edículas se perfilam patinadas pelo tempo imagens de Santos e de Mártires, de Sábios e Navegadores, de Reis e de Heróis. Todos honraram a Terra e a Língua, terra a mais ocidental da Latinidade, língua que Bilac chamou "última flor do Lácio".

Embora ainda alguns escritores brasileiros contemporâneos, obedecendo a idéias já sem curso, se encarreirem pelos tristes caminhos das manifestações primárias e inferiores, na verdade não são no Brasil os mais lidos e queridos. Engana-se quem assim pensar levado pela atoarda de certas propagandas. Os que pensam sadiamente e os que escrevem sadiamente são os que de fato exprimem a Alma Brasileira ansiosa para se afirmar no grande corpo do território que Portugal criou e defendeu. De Portugal herdou o Brasil a força intrínseca de união nacional, de coesão da língua, dos sentimentos e das crenças, força que lhe dá forças para manter a sua originalidade sem deixar de ser americano, para traduzir em expressões próprias a pujança da natureza selvagem e a glorificação do homem que a tem sabido domar, sujeitando a Matéria às ordens eternas do Espírito.

A AVENTURA MARÍTIMA DE PORTUGAL NO FOLCLORE DO BRASIL

A grande e heróica aventura marítima dos portugueses, levando sua língua e sua civilização aos povos desconhecidos e os mais remotos, espalhou pelo mundo a alma de Portugal. Vamos encontrando nas tradições e nos idiomas, nos costumes e nas instituições, aqui e ali, na China e na Índia, no Japão e na Oceania, no Brasil e na África, os ossos dispersos do Briareu lusitano. E, quando se ama Portugal como o solar de seus antepassados, o brasão de sua raça e a raiz de sua força, esses achados nos falam ao coração e nos enchem de uma alegria de bandeirante descobrindo no cascalho da bateia o tênue lampejar das pepitas de ouro.

Do mesmo modo que as velhas fortalezas plantadas nas estuários dos rios, na boca dos estreitos, na entrada das barras e nos recôncavos das abras por todos os antigos caminhos das conquistas, das navegações e dos comércios, ou as palavras lusas semeadas na geografia do mundo, do Lavrador ao Camarão, e nas línguas do Oriente, atestam a Grande Aventura Marítima, o folclore brasileiro, sobretudo no Nordeste, testemunha a existência ainda

da longínqua remembrança dos altos feitos de nossos maiores. A tradição do povo brasileiro, a legítima, a dos seus relatos e contos, que sobe do fundo de sua alma, ainda não esqueceu o velho e glorioso Portugal.

Lendas oriundas dos colonizadores, verdadeiras lendas de penetração, falam da terra que se oferecia bela, mas hostil, ao passo dos conquistadores portugueses; dos perigos das florestas virgens com seu aranhol de enrediças, da agrura das imensas serranias balisando os horizontes azues, do deserto dos araxás, tão grande, tão grande, que foi o Grande Deserto, o Desertão, o Sertão. Os portugueses venceram a floresta, o deserto, o clima, as feras, os aborigenes, criando as lendas e canções consubstanciadoras dos perigos atravessados e propagaram as que, da parte do indigena, vieram ao seu encontro. Casaram-nas às vezes e educaram à portuguesa os filhos dessa mestiçagem. Povoaram as matas de Polifemos-Gorjalas, avatares de Mapinguaris e Zariguês dos índios, e as beiradas dos rios de Batatões, nascidos dos Mboitatás, cobras de fogo. Cantaram as lutas contra os selvagens e as onças. Cantaram o amor que mestiçou vencidos e vencedores: Paraguassús e Diogos Alvares, Iracemas e Martins. Cantaram as desgraças a que escaparam e os triunfos que obtiveram.

Desde que nuclearam as primeiras gentes em derredor dos primeiros pelourinhos municipais, deram-lhes a beber o leite das mais antigas tradições peninsulares. Porisso, chegou quase até nossos dias o auto popular do Rei dos Mouros, com algo gilvicentino, recordando a luta secular entre cris-

tãos e infiéis através dos Algarves, aquem e alem mar em África.

Fazia-se até certo tempo essa representação nas vilas do litoral. Os mouros, encerrados num castelo de madeira; os cristãos desembarcando numa praia. Em dois tronos afastados, asisstindo de longe ao combate, o Rei dos Mouros e o dos Cristãos. Depois que este convidava o primeiro a batizar-se e ele recusava, os arautos trombeteavam a declaração de guerra. Travava-se a batalha, os mouros eram vencidos, hasteava-se o pendão da Ordem de Cristo nas ameias inimigas e aprisionava-se o Rei Mouro, que era batizado com água do mar.

Que rememorava isso, no Brasil, senão a tomada de Arzila, de Tetuão, de Mazagão, de Tanger ou de Ceuta, o secular duelo pelo Alem Mar em África, o meter a lança em África, que terminou na catástrofe de Alcacer-Quebir?

Até o presente vem testemunha mais resistente desse duelo: o Auto dos Fandangos, representado no Natal. A cena passa-se a bordo dum navio. Os personagens são de novo mouros e cristãos. Embarcam o Tenente General, o Capitão da Nau, o Imediato, o Piloto, o Capitão da Artelharia ou Condestavel, o Cirurgião, o Capelão, o Contra-mestre, o Sargento de Mar e Guerra, o Cabo, o Calafate, o Gageiro e a maruja. Cantam:

Despeçam-se, ó marujos,
Que nós vamos embarcar,
Vamos todos p'ra Mourama,
Bem alegres pelejar!

O Tenente General apresenta-se, recordando os velhos fidalgos mandados por El-Rei mares afora, a navegar e a combater:

Dentro desta nau eu sou
Um Tenente General!
E tambem sou um fidalgo
Da nobre Casa Real!

Surge a bordo o Embaixador dos Mouros. Chama-se Ferrabraz da Mauritânia e representa o Sultão, "Rei-Senhor de meio-mundo, de meio-sol e de meia-lua". Quando dá a embaixada, distraindo os cristãos, de surpresa a mourisma invade o barco. Trava-se violento corpo-a-corpo. E os mouros cantam:

Fogo e mais fogo!
Fogo de arrazar!
Morram os saloios
Que nos querem afundar!

Os *saloios*, veja-se bem!

Os inimigos são, afinal, vencidos. O embaixador rende-se. Intimado a batizar-se ou morrer, resiste bastante, mas acaba cedendo e recebe o nome cristão de Dom Malaca dos Santos. O prenome lembra toda a glória da grande façanha de Afonso de Albuquerque, tomando a cidade-chave dos caminhos do Extremo Oriente, cadeado do antigo Chersoneso Áureo de Ptolomeu, glória cantada por Sá de Miranda e corrente no seio dos povos de Portugal e Ultramar. O apelido é invocação a toda

a Côrte Celeste para proteger o neófito e conseguir que sobre ele desça a Graça de Deus.

Quando o Sultão ou Rei da Mauritânia, pai do Embaixador Ferrabraz, chega tambem a bordo, trazendo quinhentos marcos de ouro para resgate do filho e o encontra batizado, vitupera-o, e, no auge da indignação e do desespero, apunhala-se. O Tenente General ordena:

Lançai ao mar, meus marujos,
Este infiel sem ventura.
A quem morre por seu gosto
Não se deve sepultura.

O coro responde:

O mouro morreu,
Botemos no mar!
O dinheiro dele
E' para se gastar!

O navio, livre de inimigos, prossegue sua derrota. Espalhada pelo convés, fingindo ocupar-se na variada faina de bordo, a maruja canta de fio a pavio, com pequenas deturpações, a velha xácara portuguesa da *Nau Catarineta*:

Assobe, arriba, gageiro.
Nesse teu tope real,
Vê se avistas terras de Espanha,
Areias de Portugal!

Cai a tempestade. Ao amainar, o Capitão da Nau manobra e o coro exulta:

Corre, corre embarcação,
Por essas ondas sem mal,
Velejando a barlavento,
Até chegar a Portugal!

E todos, desde o Tenente General ao último dos marinheiros, derramam nas suas vozes as saudades de Lisboa:

O' Lisboa! O' Lisboa!
Lisboa do Pecado,
Se eu não fosse a Lisboa,
Nunca seria soldado!

Quando meu mestre me manda
Correr a nau pela proa,
Veem-me sempre à lembrança
As meninas de Lisboa.

Fragatinha holandesa,
Que andas no mar de Lisboa,
Com vento su-sudoeste,
Já te passei pela proa.

O' Lisboa! O' Lisboa!
As costas p'ra ti vou dando.
Não sei o que fica atrás,
Os meus olhos devorando...

O' Lisboa! O' Lisboa!
As costas p'ra ti vou dando,
Que o traquete está na amura
E a amura se amurando.

Adeus, Terreiro do Paço!
Adeus, Memória Real!
Não volto a esse lugar!
Viva o nosso General!

Esta última quadra mostra que os versos, compostos por portugueses, o foram após a Restauração de 1640, em qualquer época do século XVIII ou no início do XIX. Aí estão o Terreiro do Paço, posterior ao terremoto, e a Memória Real, isto é, a estátua equestre de D. José I, fundida dum jacto por Bartolomeu da Costa.

Sempre que tenho pessoalmente assistido no Ceará a representação desse velho auto popular dos Fandangos, guardado oralmente pela gente miuda, representação efetuada entre o Natal e Reis, meu coração se enternece diante da persistência dessa Saudade Portuguesa, dessa velha tradição de Portugal, dentro da alma do Brasil, no subconsciente de seu povo, atualmente tão afastado no tempo e no espaço da Gloriosa Aventura Marítima e da heróica luta contra os infiéis. A memória dos povos, em verdade, é, às vezes, monumento mais duradouro que os de bronze e de granito.

Logo que, sãos e salvos, os tripulantes desembarcam daquela nau experimentada pela guerra e pela tormenta, o nome do Brasil une-se pela primeira e única vez ao de Portugal, que dominou o auto de princípio ao fim; une-se na cantiga dos guardas-marinhas:

Trago fazendas bem finas
Para as moças do Brasil,
Tambem trago ramalhetes
De flores da cor do anil.

Dou-te vinte mil cruzados
Pela fazenda real.
Trago fazendas bem finas
P'ras moças de Portugal.

Muito profundas essas tradições de lutadores e navegadores, que, transplantadas a outro meio, sob o influxo de mestiçagens as mais variadas nas almas e nos corpos, não morreram e, pelo contrário, absorveram muitas vezes as naturais do país e sempre as trazidas de outras paragens.

Em outro auto popular de Natal, as Pastorinhas, o mais gilvicentino de todos, diante de lapinhas idênticas àquela que Júlio Diniz descreve em Portugal, muitos são os costumes das aldeias portuguesas que se rememoram até que aparecem, cantando e dansando, as personagens denominadas *as duas galegas de Oraré*:

Vejam as duas galegas de Oraré,
De longe vieram a pé, assim é,
Fazendo sua jornada sem ter nada.
Quem se mata é porque quer!

Vejam nosso cordeirinho, bonitinho.
Tão mansinho que ele é, assim é.
De longe me acompanha, não tem manha,
De mimoso que ele é.

Vamos dansar um bocado de trocado,
Como se dansa na aldeia e sapateia,
Tem no corpinho elegância com pujância,
Forma-se linda cadeia!

E' a voz da aldeia lusitana que ficou perdida, sozinha, aquem Atlântico, pelos rudes homens do campo açorianos, beirões e minhotos, que vieram fundar engenhos, fazendas e vilas no Brasil. Filtrada através dos séculos, sapateia ainda e ainda canta entre gente que não a entende mais e a repete de oitiva como uma emissão de rádio esquecida nas ondas do espaço e, de repente, captada e retransmitida por um aparelho capaz de recorrer o tempo...

Em outro auto, o dos Congos, ressurgem a Conquista e Restauração da África Equatorial Portuguesa com seus sobas e suas guerras intestinas, entre as rivalidades das Gingas e dos Cariongos, com as reminiscências dos totemismos e do trabalho servil, com versos em que os dialetos africanos se mesclam à língua portuguesa, com a recordação, enfim, das alianças de negros e holandeses vencidos por Salvador Corrêa de Sá e Benevides.

Para terminar, o Auto do Boi Surubi ou do Bumba-meu-Boi, que rememora a vida dos antigos fazendeiros, criadores de gado, penetradores dos sertões bravios, no meio das dansas de emas e de indios emplumados, de vaqueiros e de bois amestrados, mostra a viva lembrança de Portugal nos seus capitães-mores, juizes de fora e ouvidores. De

quando em quando, numa quadra sentida, abrolha a velha saudade de Portugal:

Atirei um limão-verde
Lá na torre de Belem,
Deu no ouro e deu na prata,
Deu no peito de meu bem!

No fundo dos longinquos sertões nordestinos, no fim das novenas marianas e joaninas, as velhas que rezam as ladainhas pedem sempre um padre-nosso e uma ave-maria para aqueles que andam, dizem assim mesmo — *sob-las ondas do mar.* O brasileiro não é um povo propriamente navegador. O português não é mais o grande navegador que foi. Estamos diante dum costume secular transmitido através das gerações. E é lindo isso: o sertanejo do Brasil rezar ainda pelos que antanho estavam navegando pelos mares nunca dantes e nunca doutrem navegados, dilatando a Fé e o Império!

Nenhuma lembrança, porem, mais duradoura e maior na memória das gentes do Nordeste Brasileiro da Grande e Heróica Aventura Marítima de Portugal do que o nome dado alí ao português, substituindo definitivamente o seu gentílico. No Nordeste, ninguem diz — o português Fulano ou — ele é português; mas — o marinheiro Fulano ou — ele é marinheiro. Marinheiro! Titulo de glória! Como se hó houvesse no mundo um marinheiro — o português. Marinheiro sinônimo de português, que homenagem! A maior de todas.

O BRASIL EM FACE DO PRATA

Conferência realisada a convite da Sociedade de Geografia de Lisboa na sala "Portugal", no dia 7 de dezembro de 1940. Feita de improviso e reconstituida graças às notas pessoais, da imprensa lisboeta e taquigráficas. A conferência foi presidida pelo ilustre senhor Sub-Secretário de Estado da Educação Nacional, Professor Lopes de Almeida, que pronunciou as seguintes palavras:

"Não quero cometer a imprudência de apresentar aqui o Sr. Gustavo Barroso, porque seu nome e sua obra são sobejamente conhecidos em Portugal. Aceitando a presidência desta magnífica sessão na benemérita Sociedade de Geografia de Lisboa, da qual o conferencista é membro há cerca de vinte anos, presto minhas homenagens ao ilustre historiador e escritor.

O Sr. Dr. Gustavo Barroso, da Academia Brasileira de Letras, é proeminente figura da brasilidade contemporânea. Poucos possuirão, como ele, o dom magnífico de intelectualizar os assuntos e de aliar a uma

vasta e sã cultura histórica a arte característica dum verdadeiro literato. No seu espírito, não há idéia que não seja clara, informação que não seja esclarecida e, com os dotes superiores de sua inteligência, Gustavo Barroso é o mais insinuante dos homens de letras e um autêntico embaixador da intelectualidade dessa terra sagrada para o sosso amor português, — o Brasil.

Quero crer que o nome de Gustavo Barroso já dificilmente se separará da nossa convivência espiritual, porque sua presença e sua atuação no nosso país durante as comemorações do "ano áureo" mais vincada e profundamente tornaram sua pessoa como alguem de nossa família que muito estimamos e mais ainda admiramos".

O rio da Prata é o limite, não ouso dizer *natural*, mas me atrevo a afirmar *tentador*, do sul do Brasil. Com aquela acuidade de navegadores, com aquele faro extraordinário de achadores de terras, com aquele verdadeiro senso divinatório que os levou por mares e sertões afora, os lusitanos compreenderam isso logo no início da exploração e colonização da América Portuguesa.

Estou certo e na boa companhia de D. Carolina Michaelis de que no Brasil, em 1500, quando alí chegou a frota cabralina, não houve *descobrimento e sim achamento*, isto é, o resultado satisfatório duma busca anterior. E é já nesse prefácio do descobrimento ou achamento oficial que vamos encontrar aquele *senso divinatório* a que aludí,

procurando marcar no Prata a fronteira meridional das terras americanas pertencentes à Corôa de Portugal. Deus me livre de entregar ao acaso fatos tão admiraveis como a chegada de Cabral a Porto Seguro e a colonização continuada e sistematizada do país, sempre sob os largos braços da Cruz.

Atentai no que escrevia Pero Vaz de Caminha, na certidão de batismo do Brasil, depois de enumerar as graças e os frutos da nova terra: "Contudo, o melhor fruto, que dela se pode tirar, parece-me que será salvar esta gente". E' um profundo sentimento cristão predominando sobre qualquer espírito de avidez comercial ou de engrandecimento imperial. A cruz abria os braços sobre o Brasil no seu amanhecer, não só chantada na praia clara para a Primeira Missa, mas nas letras do primeiro documento histórico e literário que dela dava notícia.

Seria dar muito ao acaso e negar muito aos homens. Estou com a intencionalidade que nos demonstram extraordinárias e múltiplas provas circunstanciais: a Convenção de Tordesilhas, de que participara Duarte Pacheco Pereira, autor do *Esmeraldo,* talvez predecessor de Cabral na secreta procura das terras austrais do continente americano; a viagem de João da Nova; o testamunho de Colombo de que D. João II já sabia da existência de terras firmes para o sudoeste; a recomendação dos Reis Católicos ao mesmo Colombo para que saisse quanto antes de Cadix, na sua segunda expedição, porque, conforme se sabia pelos portugueses, havia terras a sudoeste; enfim, a missiva do bacharel Mestre João a El Rei D. Manuel, tra-

çada à vista da terra brasileira, a 1 de maio de 1500, declarando que o Brasil já existia na cartografia de que dispunham os portugueses: "Quanto, Senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa-mundi que tem Pero Vaz o Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra..."

O gênio navegador dos portugueses conhecia assim a terra. Seu gênio colonizador queria mantê-la una, dentro de fronteiras seguras, numa admiravel previsão do futuro. Carlos Malheiros Dias traça rapidamente e genialmente o panorama dessa colonização em energia de potencial: "opulento império comercial no Oriente e uma desconforme colônia agricola no Ocidente. Naquele momento, o pequeno Portugal concentrava as robustas energias na tentativa de executar o duplo prodígio de submeter à sua soberania o asiático e o americano, os velhos e os recem-nascidos da civilização..."

O território achado e destinado a essa *desconforme colônia agricola* desde o seu amanhecer, conforme os planisférios e mapas da época, vai do Amazonas às regiões do Sul. E já em 1530, a propósito da viagem de Martim Afonso de Souza, explodem divergências entre as cortes de Madrid e Lisboa. E' a primeira disputa histórica documentada sobre o rio da Prata. O Embaixador espanhol em Portugal, Lope Hurtado de Mendoza, declara ao Rei que o Prata fora descoberto em 1516, por João Dias de Solis, português homisiado em Castela, e estava dentro dos limites das terras espanholas. O Embaixador português na Espanha, Al-

varo Mendes de Vasconcelos, contesta, afirmando que a primeira armada a sulcar aquele estuário fora a lusa de D. Nuno Manuel, em 1514.

Martim Afonso de Souza, que pode ser considerado o primeiro colonizador oficial do Brasil, pensou em fundar um estabelecimento no rio da Prata; mas os temporais e outras dificuldades foram mais fortes do que a sua vontade. No entanto, mandou seu irmão Pero Lopes fincar os necessários padrões de posse nas terras platinas. Isso em 1532, dois anos antes de Pedro de Mendoza lançar os fundamentos da primeira vila de Buenos Aires. Pero Lopes entrou pelo Paraná e pelo Uruguai. E é no Anexo ao "Tratado da Esfera" de Pedro Nunes que vamos encontrar as observações astronômicas determinantes, segundo a lição de Varnhagen, do não prosseguimento da tentativa inicial de colonização para o sul, detida em S. Vicente e limitada pela Laguna, onde tocava o meridiano de Tordesilhas, divisor das novas terras de Castela e Portugal.

Mas, com o tempo, isso não deteria a expansão lusa em busca do limite meridional natural e seguro que era o rio da Prata, tanto por via marítima, ultrapassando Santa Catarina, quanto por via terrestre, em demanda do Guaira e das zonas missioneiras, com penetração violenta até mesmo no interior do Paraguai.

Eis o ponto mais profundo, onde tocam ar raizes duma luta secular que de pais e filhos transmite na América Meridional um sentimento inapagavel de desconfiança, duas tendências contrárias, antinomia irredutivel, uma série alternada de

investidas e recuos, a flutuação demorada de fronteiras discutidas, as guerras seguidas e fatais, através do período colonial e do período do Brasil Independente: Reino e Império com seus dois reinados, tendo como última etapa a guerra do Paraguai.

Tudo nasce nessa controvérsia entre os dois governos, através de seus representantes diplomáticos, sobre os direitos à posse do esturrio de vasta bacia fluvial que se apresenta com o aspecto de limite natural do Brasil ao sul. Porisso, houve um historiador que ao rio da Prata deu com alguma propriedade a alcunha histórica e curiosa de *Reno do Continente Americano.*

No século que medeia entre a tentativa de Martim Afonso de Souza, e as primeiras Bandeiras, os espanhóis fundam Buenos Aires e Assunção. O gado vacum e cavalar que trazem para seus estabelecimentos multiplica-se nos pampas verdejantes, que se enchem de rezes alçadas, retornadas a um estado quase bravio, e de cavalos que os índios guaicurús, charruas e minuanos aprendem a utilizar. Os jesuitas aldeiam os guaranís em missões às margens do Paraguai, do Paraná e do Uruguai.

Enquanto estes tentam aos poucos subir para o Norte, os bandeirantes paulistas procuram descer para o Sul. No começo do século XVII, a penetração paulista pelos sertões no rumo do meio-dia é tão forte que todo o território comprenedido entre o atual rio Grande e o Paraguai toma o nome de *país dos Paulistas*. De Sorocaba, grande feira de gado do sul de S. Paulo, através dos campos gerais de Curitiba, os bandeirantes descem pela zona do litoral e a família dos Brito Peixoto funda

Laguna, no extremo meridional da Provincia de Santa Catarina, destinada a ser um foco de irradiação em busca do Prata. Daí para baixo, os campos denominam-se geralmente a Vacaria, a Vacaria do Mar, e o caminho trilhado por peruleiros e preadores de gado que o corta é chamado Caminho dos Conventos, porque leva às reduções jesuiticas.

De 1620 a 1640, as bandeiras penetram pelo Guaira e arruinam dezenas de missões guaranis. Esses movimentos de expansão tendem a conseguir uma delimitação certa entre as possessões castelhanas e as possessões lusas: o Prata, o Apa, a cordilheira de Maracajú. Os bandeirantes olham para as regiões platinas com os mesmos olhos com que os espanhóis contemplam a base magnifica de Santa Catarina, onde Alvaro Nuñez Cabeza de Vaca desembarcara, seguindo por terra para Assunção, com o mesmo pensamento.

Mas não basta penetrar. E' necessário povoar para ter a posse verdadeira. Portugal já se esgotara povoando o mundo que descobrira. A Câmara da Laguna insiste na urgência do povoamento da futura capitania de São Pedro. Vêm 160 casais de agricultores açorianos, raizes prolíficas de conservação em nosso poder de parte da antiga Vacaria, onde os paulistas já tinham semeado as primeiras estâncias de criação.

Garay fundara na foz do Prata a segunda Buenos Aires. Portugal funda à margem esquerda a Colônia do Sacramento, base de futuro empório comercial, alicerçado no contrabando, para as regiões do interior até o Perú. Em 1676, o Papado, cedendo aos reclamos da Côrte de Lisboa, criou o

bispado do Rio de Janeiro com jurisdição até o Prata. Em 1678, El Rei mandava dom Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, lançar os alicerces dos baluartes da Colônia, marco de pedra eriçado de artilharia, cujas ruinas ainda hoje comovem os corações verdadeiramente brasileiros. Em 1680, eles se miravam nas águas do estuário disputado, prontos para a *palestra das armas*, no dizer do cronista Simão Pereira de Sá. E, assim, começa uma luta secular e sem tréguas.

Os espanhóis compreendem o perigo, sitiam-na e tomam-na; mas a restituem em 1683. E' um ponto de discórdia que vai gerar uma tragédia política e militar até o segundo quartel do século XIX, com ulteriores desdobramentos e consequências. Filipe V cede todos os direitos à praça e território da Colônia em 1701. Entretanto, Valdez Inclan a ataca dois anos mais tarde e seu heróico governador Sebastião da Veiga Cabral, depois de bater-se como um leão, a incendeia e abandona.

E' de novo portuguesa pelo tratado de Utrecht, em 1715, e, para atender melhor à sua defesa, bem como das outras terras meridionais, mudar-se-ia a capital do Brasil da Baía para o Rio de Janeiro. Todavia sua posição era sempre periclitante. O castelhano povoara de 1724 a 1725 o território entre ela e o Rio Grande, fundando Maldonado e Montevidéu. O português já não tinha mais gente para contrapor-lhe. E o baluarte ousado ficara solitário como uma nau de pedra encalhada no vasto estuário.

Em 1735, D. Alvaro de Salcedo, Vice Rei de Buenos Aires, tenta tomá-la, cercando-a durante

dois anos, até que o armistício de París dá por findas as hostilidades entre a Espanha e Portugal. Em 1750, Fernando V cede a Colônia em troca das Missões do Uruguai. Fechou-se, desta sorte, a rota terrestre da expansão, ficando somente a rota marítima, interrompida na costa pelos estabelecimentos de Maldonado e Montevidéu.

O tratado do Pardo, em 1761, anula a cessão de 1750 e, dentro dum ano, D. Pedro Ceballos, governador de Buenos Aires, apodera-se da Colônia e invade o Rio Grande, saqueando e depredando. Outra vez a praça é restituida aos lusos pelo tratado de París de 1763. Ganha a diplomacia o que se perdera na guerra. Pombal muda a capital do Brasil da Baía para o Rio de Janeiro, afim de atender melhor às fronteiras disputadas ao Sul.

No fim de quatro anos de paz, o mesmo Ceballos retoma a Colônia, apodera-se do Rio Grande e traz a fronteira do domínio espanhol à cubiçada ilha básica de Santa Catarina. Levam os luso-brasileiros, comandados pelo grande general João Henrique Bohm, quase dez anos para expulsá-los. Cobre-se de glória nessas lutas encarniçadas um descendente dos bandeirantes, fundadores do núcleo irradiante da Laguna, o brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, cujas cavalarias ligeiras não dão descanso ao espanhol e irrompem furiosamente pelas missões fronteiriças, pagando o saque com o saque e a depredação com a depredação. A gente gaucha cria-se nesse ambiente guerreiro e se enrijece na pugna constante contra o castelhano, considerado na América, como o fora na Europa, o inimigo hereditário.

Pelo tratado de Santo Ildefonso começa a delinear-se um espírito de meio termo na fixação dos lindes sulinos. Nem o português até o Prata. Nem o espanhol até Santa Catarina. A fronteira do Rio Grande será a linha do arroio Chuí.

Os anos decorrem, até a vinda de D. João para o Brasil. Mais do que um Reino, um verdadeiro Império, consoante o dizer do Príncipe em seu manifesto de guerra à França e as palavras do Conde da Barca, se alteia na América Portuguesa. Caiena é nossa pela força das armas e o Brasil vai até o mar das Antilhas. O Prata agita-se nas revoluções legitimistas que negam a realeza de José Bonaparte instalado em Madrid, afirmando a lealdade dos cabildos a Fernando VII deposto. As lojas maçônicas encarregam-se de manobrar as revoluções íbero-americanas no sentido da independência. As intrigas fervem e a Rainha Carlota Joaquina toma parte nelas.

Em 1911, a anarquia caudilhesca desenrola-se nos pampas platinos e a figura de D. José Gervasio Artigas se altana nas planuras da Banda Oriental, que procura separar do Vice Reinado de Buenos Aires, enquanto no fundo das selvas úmidas do Paraguai o vulto silencioso e misterioso do Dr. Francia prepara outro desmembramento. Um exército luso-brasileiro sob o comando do conde do Rio Pardo transpõe a fronteiro fixada no Chuí e dá volta a toda a Banda Oriental, quase sem encontrar resistência. Intitula-se Pacificador, porque se destina a impor a ordem; mas executa uma vasta ação de reconhecimento, da qual será corolário a invasão do país em 1816.

Então, convidado pelo governo de Buenos Aires a intervir contra Artigas, o Brasil entra em guerra. Uma divisão de tropas peninsulares, veteranos do Bussaco e de Torres Vedras, segue sob o comando do magnífico Carlos Frederico Lecor, futuro Visconde da Laguna, de Santa Catarina pela costa, enquanto as milícias paulistas e gauchas de Joaquim Xavier Curado, futuro Conde de São João das Duas Barras, marcham pelo interior. As duas pontas da tenaz derrotam o caudilho uruguaio em India Muerta, em Catalan e em Tacuarembó. Unem-as pelo sul, subindo o rio da Prata, a esquadrilha de Jacinto Roque de Sena Pereira. Destroçado e cercado, Artigas consegue fugir e alcança refúgio no Paraguai.

A Colônia do Sacramento e tá de novo na posse do Brasil. E não só a Colônia, mas toda a Banda Oriental sob o nome de Província Cisplatina. A conquista se ultima com generosa anistia aos vencidos e durante oito anos a administração luso-brasileira dá ordem, paz e progresso ao país, como o reconhece o exaltador do próprio Artigas, o autor de sua "Epopéia", Zorrilla de San Martin.

Confesso que olho nas perspectivas da história essa figura de Artigas com emocionada simpatia pela sua bravura cavalheiresca contra exércitos regulares e tecnicamente bem conduzidos, e sobretudo pelo seu fim. Francia recebeu-o com desconfiança e nunca falou com ele, isolando-o em Curuguatí, com uma onça de ouro por dia para seu sustento. Viveu segregado do mundo durante longos anos e morreu nonagenário. Um dia, em 1831, deram-lhe uma constituição do Uruguai indepen-

dente e ele, que ignorava todos os fatos históricos que haviam permitido isso, se pôs a chorar com as lágrimas gotejando pelas longas barbas de neve...

Com os pés no estuário platino e a cabeça no mar das Antilhas, o Brasil de D. Joã oVI foi o maior Brasil Territorial de todos os tempos. Não o legou tão grande a D. Pedro I, porque o tratado de París, em 1815, o obrigara a restituir Caiena à França, o que ele fez contrariado, adiando a entrega até 1817. O Império perderia a fronteira natural do Prata, em consequência da campanha de 1925 a 1828.

O caudilho Lavalleja, de mãos dadas com o governo de Buenos Aires, desembarcou na praia da Agraciada, à frente dum pugilo de homens, os famosos 33, que depois se averiguou serem 34, e levantou as populações pampeanas. O Visconde da Laguna imobilizou-se em Montevidéu e o movimento alastrou graças à traição do oriental a serviço do Brasil, Julian Laguna, em S. José, à emboscada mortífera do Rincón de las Gallinas e à imprudência de Bento Manuel Ribeiro no infeliz combate de Sarandí. Bloqueamos o Prata e aceitamos a guerra contra a Argentina, que veio em socorro dos rebeldes para reconquistar a Banda Oriental Mais do que a batalha indecisa de Ituzaingó ou do Passo do Rosário, em que denodadamente nos batemos contra argentinos e orientais, contribuiu para o resultado funesto da guerra a oposição política a D. Pedro I que tornou a luta impopular e negou-lhe os recursos militares de que precisávamos. Escrevemos páginas heróicas e na batalha do

Monte Santiago a nossa esquadra conquistou com a vitória a hegemonia naval na América do Sul por quase um século. Fez-se a paz em 1828. O Brasil perdeu de vez a Colônia do Sacramento, perdeu a margem esquerda do Prata, porem a Argentina não a ganhou. Erigiu-se o Uruguai como República, com independência *outorgada* pelo Imperador. Criou-se, assim, um estado tampão entre as rivalidades que se debatiam desde as controvérsias do tempo de Martim Afonso de Souza.

Restava ao Império, na sua obra maravilhosa de conservar e firmar a unidade do Brasil, o dever de zelar para que jamais se reconstituisse o Vice-Reinado platino sob esta ou aquela forma, como ameaça perene ao meio dia brasileiro. O Uruguai desprendera-se dele para viver livre sob garantias dos dois lados rivais. A ação diplomática de Pimenta Bueno, Marquês de Santo Amaro, preparou e realizou o reconhecimento da independência do Paraguai. E Cansansão de Sinimbú sonhou o desmembramento de Corrientes e Entre-Rios das Províncias Unidas, de maneira a interpor na Mesopotâmia platina, entre o Brasil e a Argentina, outros estados-tampões.

Essas as velhas e profundas razões históricas que impuseram ao Império a grande tarefa, às vezes bem penosa, de impedir o desagregamento da nossa parte meridional, como no caso da Revolução Farroupilha de 1835 a 1845, bem como da unificação sob um mesmo comando dos territórios separados do antigo Vice-Reinado espanhol. Nem de outra maneira seríamos dignos da herança que nos legaram os nossos avós portugueses.

Quando D. João Manuel de Rosas, o tirano sangrento de Buenos Aires, lançou contra Montevidéu as hostes de seu asseela, D. Manuel Oribe, o Corta-Cabeças, tendo já procurado dominar o Paraguai, o Brasil aliado a este, aos uruguaios livres e aos governadores rebelados de Entre-Rios e Corrientes, Virasoro e Urquiza, interveio no Prata. Ao grande soldado unificador e pacificador interno do país, cujas revoluções dominara militar e politicamente, o então Conde de Caxias, coube a chefia de vinte mil homens aguerridos que guardaram as fronteiras, expulsaram Oribe e, sob o comando de Manuel Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre, derrotaram as tropas rubras de Rosas na batalha dos Santos Lugares, de Morón ou de Monte-Caseros.

D. João Manuel de Rosas fugiu para a Inglaterra, onde morreu nonagenário, como Artigas, e, como esse, segregado do mundo. O Império, fez a polícia dos ditadores sul-americanos cuja vida longa permitiu a Rosas ver o fim de Solano Lopez, seu colega do Paraguai.

Não findara aí a obra da caudilhagem platina. O Uruguai independente estiola-se e ensanguenta-se nas lutas partidárias que culminam na horrível matança de Quinteros, no meado do século. O governo de Montevidéu, impotente para dominar a anarquia, recorre ao Império pacífico e civilizador. Uma divisão imperial ocupa o país e o restitue à ordem. Mas não se passam dez anos e novamente os partidos rivais convulsionam a nação. Os desmandos dos *blancos* contra os *colorados* extravasam em reides ou *californias* que violam o ter-

ritório brasileiro. Despresam-se as reclamações e intimações do Brasil. De longe, armado até os dentes, o Paraguai de Solano Lopes incita os uruguaios e os apoia ocultamenet. Em 1864, outra vez se processa a intervenção imperial no Prata. A esquadra de Tamandaré bloqueia os portos e bombardeia Paisandú. O exército, rapidamente organizado pelo Marechal João Proplcio Mena Barreto, Visconde de S. Gabriel, une-se aos rebeldes *colorados* de Venancio Flores, alem da fronteira meridional, toma Paisandú e ocupa Montevidéu, ao raiar o ano de 1865.

Então o Paraguai, cuja intervenção favoravel aos nossos adversários fora despresada atira-se contra o Brasil, aprisiona o vapor "Marquês de Olinda", invade o sul de Mato Grosso e viola o território argentino para que suas colunas alcancem o Rio Grande do Sul. E' o prelúdio da maior guerra sul-americana. Unido à Argentina e ao próprio Uruguai que Venancio Flores governa, o Brasil repele os invasores e penetra na selva guaraní, onde tropas aguerridas e fanatizadas se alapardam em linhas fortificadas. Barroso vence no Riachuelo. Osório, no Estero Bellaco e em Tuiuti. Caxias, condestavel invencivel, o maior estrategista da América, com duas memoraveis marchas de flanco, auxiliado pela esquadra que transpõe a formidavel barreira de Humaitá, contorna as posições do inimigo e o desbarata numa série assombrosa de vitórias: Itororó, Avaí, Lomas Valentinas, Ita-Ivaté. O ditador foge para as montanhas e o vencedor entra triunfalmente em Assunção. Ao Conde d'Eu cabe a tarefa de ultimar a resistência paraguaia

até Lopes ser morto, à margem do Aquidabã pelos soldados do Visconde de Pelotas.

O Exército Imperial vitorioso não se apodera, quer no Uruguai, quer no Paraguai, de um metro do território dos vencidos, que reorganizam sua vida independente. Varrido o derradeiro caudilho que infelicitava aqueles povos e asseguradas as nossas fronteiras, a paz impera na América e os povos platinos se entregam aos labores tranquilos. O Império foi o fundador da paz definitiva no Prata.

Os últimos litígios fronteiriços são resolvidos já na República por arbitragem e por acordos, defendendo sempre o Brasil aquela teoria que Alexandre de Gusmão invocara no período colonial: o *uti possidetis*. Sua obra de defesa da unidade territorial do Brasil foi completada pelo Barão do Rio Branco.

Herdamos de Portugal essa unidade territorial, obra dos descobridores, dos bandeirantes e dos colonizadores, defendida pela unidade espiritual, obra sobretudo do catequista, do educador, do jesuita. Com essas duas bases formidaveis, podemos assegurar a unidade política realizada pelo gênio de Pedro II ao lampejar da espada invencivel de Caxias.

Terminando esta recapitulação histórica dos fatos determinados por uma atitude constante do Brasil em face do Prata, atitude de defesa da sua fronteira meridional que sofreu do tempo e das circunstâncias modificações necessárias, mas não fundamentais, como brasileiro estou certo de estar encerrado o pleito secular. Por que ao Brasil não anima outro espirito senão o de conservar o legado

dos antepassados. O legado territorial é o que possuimos e não desejamos mais. O legado moral é imenso: a glória de sermos os depositários na América, sem deixar de ser americanos, daquela glória que dilatou a Fé e o Império.

Não queremos reviver um passado de lutas épicas; mas não o devemos esquecer e muito menos negá-lo. Negar o passado é negar a vida. A verdadeira vida. Tudo se poderá destruir menos o passado. Nele viveram e atuaram os nossos maiores. E' dele que recebemos a magnífica herança que desfrutamos. E é indigno de existir o povo que não honra os seus antepassados.

A ESPINHA DORSAL DA HISTÓRIA DO BRASIL

Conferência realizada de improviso no Salão Nobre do Instituto de Coimbra, na tarde de 21 de dezembro de 1940. Presidiu a sessão o eminente cientista e historiador Dr. Francisco da Costa Lobo, que pronunciou estas palavras:

— "A conferência que vai realizar hoje nesta sala o Sr. Gustavo Barroso é a chave de ouro com que se vão abrir os trabalhos do Instituto de Coimbra em mais um ano de fecundo labor. O Sr. Gustavo Barroso, escritor e historiador brasileiro, é largamente conhecido em Portugal, onde neste ano de comemorações centenárias sua palavra eloquente e erudita impressiou quantos tiveram a felicidade de ouvi-la. Ocupar-se-á dum assunto por demais interessante para os cultores da história comum de Portugal e do Brasil, qual foi o chamado Meridiano de Tordesilhas, com suas origens e consequências. A palavra eloquente do Sr. Gustavo Barroso impressiona quantos a teem ouvido. Sua cultura vasta e forte não impressiona menos quantos o teem frequentado. Estão todos os presentes cheios da impaciência de ouvi-lo. Ele falará com a mestria de que é capaz o seu alto saber. Será uma lição magistral".

Numas das mais belas conferências histórico-literárias que tenho ouvido na Academia Brasileira de Letras, meu querido e eminente amigo Afonso Reyes, então Embaixador do México no Rio de Janeiro, alto espírito iluminado por uma vasta cultura, referindo-se à conquista de seu país pelos espanhóis, começou assim:

— "No princípio, houve um cavalo e uma mulher..."

Toda a história mexicana decorrera disso. De fato, o cavalo, desconhecido dos aztecas, dera aos conquistadores a superioridade militar e a vitória; o amor de uma mulher, a célebre Marina, ensinara a Cortez os segredos da terra, a língua da gente, os meios mais hábeis para realizar sua empresa.

Seguindo o exemplo de Afonso Reyes, eu bem poderia começar esta conferência sobre o amanhecer da história brasileira com uma frase semelhante e tão verdadeira:

— "No princípio, foi uma linha..."

Sim, em verdade, no princípio havia somente uma linha ideal, determinada na abstração cosmográfica, que se convencionou chamar o *Meridiano de Tordesilhas.* Traçado antes do *achamento* do Brasil, para dividir entre Castela e Portugal as novas terras do mundo, devia passar cem léguas a oeste de Cabo Verde. Mas logo sofre o primeiro recuo. Portugal consegue-o a trezentos e setenta léguas, isto é, apanhando grande parte da América Meridional, justamente aquela onde aportaria Cabral e El-Rei riscaria as divisões paralelas das

Donatárias, cujas marcas ainda mais ou menos permanecem nos Estados brasileiros de hoje.

No princípio, portanto, foi uma linha. Nas suas duas posições iniciais, cem léguas a oeste de Cabo Verde caindo no mar, trezentas e setenta apontando o triângulo oriental da terra brasileira, essa linha existiu antes de ter sido achada oficialmente a terra; testemunha pelo empenho luso em recuá-la que se suspeitava ou se sabia da existência de terras naquela latitude para o poente, que a intencionalidade transforma o *descobrimento do Brasil* em simples *achamento;* limita em profundidade a divisão das capitanias hereditárias feita sobre o avançado contorno litorâneo; detem durante muito tempo a marcha para o oeste da expansão bandeirante; determina, de acordo com a maior ou menor resistência encontrada, a configuração geográfica do Brasil; indica o esforço feito para atingir o Prata e todas as consequências e reprecussões que isso determinou na história até nossos dias.

A Linha de Tordesilhas é um fator constante, imediato ou mediato, na história do Brasil. Surgida antes de sua existência oficial, risca-a para sempre como uma referência a que tudo vai ter. Todos os acontecimentos históricos através dos séculos se desenvolvem em função dessa linha ou em torno dessa linha. Não é possivel sem ela compreender a formação do Brasil dos primeiros corsos dos preadores de escravos à guerra contra o Paraguai, das primeiras buscas e descobertas do ouro até o litígio do território das Missões, resolvido definitivamente pelo Barão do Rio Branco.

No fundo de tudo isso, lá está a linha, ora mais

viva, ora mais apagada, porem sempre presente. Podemos, pois, repetir em sã consciência que, no princípio, foi uma linha. Podemos ainda mais. afirmar que essa linha é a Espinha Dorsal de nossa história.

Antes de todos os outros povos e mais do que todos eles, os lusos tiveram no século XV a felicidade de compreender que o Atlântico, o Mar Tenebroso, cheio de mistérios e perigos para uns, povoado de ilhas felizes e terras paradisíacas para outros, seria o caminho futuro da civilização. Todo o ocidentalismo luso, que Camões assinala no seu verso — *da ocidental praia lusitana,* liga-se ao sentido atlântico e é desse casamento místico que nasce a obra imperecivel de Portugal na América. Obra que nos assombra mais pela sua profundidade espiritual do que pelas suas manifestações de progresso, quer mental, quer material.

Do mesmo modo que nem a ocidentalidade nem a atlanticidade, digamos assim por falta de outro termo, obumbraram em Portugal sua própria alma, no Brasil o americanismo brasileiro não consegue apagar nem o conseguirá nunca o lusitanismo básico. Essa portugalidade na essência foi a força intrínseca poderosíssima que manteve em Portugal a semente, nos Impérios do Oriente, da Africa e do Brasil, os rebentos, as mesmas caracteristicas de resistência e de durabilidade, de permanência fundamental nas diferenciações que, observadas em tão vastas áreas geográficas, em tão dilatadas infiltrações etnográficas, espantam como um milagre.

O Brasil, em verdade, é o grande milagre dessa

unidade espiritual atlântica e não o compreenderemos sem nos determos na história daquela linha idealmente traçada antes de seu achado, recuada para abarcá-lo, que lhe serviu de esteio no primeiro crescimento, que ele abandonou quando quis caminhar sozinho, que evocou sempre e sempre afastou, e que o olhar atento advinha continuamente como se vislumbra uma linha de água na folha escrita e rabiscada de um documento diplomático.

Recordando essa linha fundamental que a bota bandeirante e as armas dos soldados apagaram no mapa da América Meridional, mas que continua viva como uma recordação histórica, embora pareça paradoxo, a verdade é que, contrária à obra expansionista que foi realizada, sem ela esta não se realizaria. E' um simples padrão histórico que se evoca, justamente para mostrar que o retiramos do lugar e com essa retirada criamos novos direitos.

Recolhido a um museu, o marco antigo que indicava posse ou itinerários deixou de exprimir esse direito a qualquer distância. Mas nada impede que compreendamos sua signigicação, quando se erguia de pé nas fronteiras das províncias ou na margem das estradas. Tambem nada impede que estudemos sua heráldica ou sua epigrafia. Muito menos os acontecimentos históricos que tenha testemunhado e tudo aquilo que ocorreu por sua causa, quando o erigiram ou quando o arrancaram.

Na verdade, rememorar isso não implica o desejo de reiniciar disputas, nem vontade de revi-

gorar divergências quase esquecidas, sim unicamente reler a história sem ira e com espírito imparcial. A história é a memória dos povos. Um povo sem memória fica isolado no tempo e até no espaço, sem raizes no passado e sem experiência que lhe norteie o futuro. Considero culto da tradição o respeito pelos que oturora guiaram a grei, fundaram a nação, traçaram os lineamentos políticos, sociais e espirituais da raça, deram-lhe afinal formas de perpetuidade.

A mentalidade de um povo se afere sempre por um índice inconfundivel: o culto da tradição. Quanto mais um povo se sente identificado com essa história, solidário com os seus antepassados mas apto está para defender seu patrimônio espiritual. No tradicionalismo lusitano reside, sem dúvida, a razão básica da vitalidade de Portugal como nação independente e, sobretudo, original. No decurso dos séculos, quando por essa Ecropa afora, ao sabor das batalhas e dos trabalhos, se fizeram e desfizeram nações, e mesmo se inventaram nações com finalidades políticas ou estratégicas. Portugal conservou o seu eu, absolutamente caracterizado em seus valores étnicos e éticos. Nem a monarquia dual com Castela, nem a bota dos granadeiros napoleônicos, nem os desvairamentos democrático, nem a negação de si próprio pelo intelectualismo dissolvente do século XIX, que o invetivava por se não vestir na alfaiataria cosmopolita, conseguiram abafar a voz dos mortos que construiram a nação e o lampejo sanguíneo da Cruz de Cristo com que se condecoravam as velas das naus descobridoras de mares e de mundos.

Eis porque, nas comemorações dos Centenários, o velho Reino Lusitano pode reviver, debruçado sobre seu glorioso passado, voltado para si mesmo, enamorado novamente de suas antigas legendas e bandeiras, sem narcisismo saudosista e sem sebastianismo fatalista, porem haurindo forças na sua gleba histórica, como uma árvore se alimenta da terra onde crava as raizes; pode recordar a sempre viva lição de seus maiores — Reis, Santos, Sábios, Mártires e Heróis — para transmití-la à posteridade e sentir frutificar os seus exemplos.

Esse sentimento profundo, que entendo de chamar lusitanismo, de tal modo influiu na formação da alma brasileira que constituiu sempre o fundamento inamovivel duma coesão que resistiu a invasões estrangeiras, a dissídios ideológicos, e convulsões internas, a anarquias assopradas das trevas, dos antros misteriosos onde se ocultam as forças do mal e de onde saem para perturbar o destino dos povos, cujo supremo regente é Deus.

Aquilo que denomino o Milagre do Brasil — coesão de almas, perpetuidade da língua, dos costumes e dos sentimentos — é, indubitavelmente, resultado do Milagre Português, herança acumulada pelos séculos, estratificada nas gerações, transmitida pelo sangue. A Brasilidade é filha da Lusitanidade. Ambas se completam no tempo e no espaço, na obra comum da civilização cristã. E completar-se estou certo, é mais, muito mais do que compreender-se.

Separou-se o Brasil de Portugal. O Reino Ame-

ricano unido ao Reino Europeu pela clara visão política de D. João VI tornou-se Império. Mas nem a vastidão do oceano dominada por outras talassocracias herejes e nórdicas, nem o anti-jesuitismo pombalino prolongado no tempo com suas consequências fatais e lógicas, nem os surtos de xenofobia ou jacobinismo, fogachos assoprados da sombra pelos interesses que vivem das desuniões e contendas, nada conseguiu destruir de todo o sentido cristão das duas pátrias, o alicerce da sua unidade espiritual que reflorirá em cintilantes realidades, congregando interesses morais e temporais, filhos duma origem comum.

O Brasil, sem deixar de ser americano, é na América um prolongamento do ocidentalismo lusitano. Há uma América Inglesa. Há uma América Espanhola. Há uma América Portuguesa, que é o Brasil. Não compreenderemos a sua formação sem a espinha dorsal que foi o Meridiano de Tordesilhas.

Tocando a embocadura do Amazonas na ilha de Marajó e a enscada da Laguna, em Santa Catarina, formou inicialmente a América Portuguesa como um triângulo de vértice apontado para o Atlântico, o cabo de S. Roque. E' nele que D. João III, aconselhado por Diogo de Gouvêa, risca as divisões das Capitanias. Duas ocupam os pontos extremos mais importantes: a de Martim Afonso de Souza, ao Sul, em S. Vicente; a outra na parte mais avançada para o oceano, que Duarte Coelho Pereira povoaria com o melhor sangue do Reino, lançando as raizes daquela brava gente que Elisio de Carvalho exaltaria.

Os núcleos de povoamento se desdobram pelo imenso litoral de Olinda a Natal, de Olinda a Baía, da Baía a S. Vicente e Paranaguá. Bate-se a costa no século XVI até o Prata. Do fim desse século ao XVII, vencida a muralha da Serra do Mar, começa a penetração do que Gabriel Soares denominava "a largura do sertão", pelos rios que correm para o interior, como o Tieté, pelos que desaguam no oceano, o Doce, o São Francisco, pelos caminhos dos índios que levam à Mantiqueira, aos Cataguazes, aos araxás, às catingas nordestinas. Caçando escravos ou procurando ouro, as bandeiras percorrem, rumo do Oeste, do Nordeste, do Noroeste e do Sudoeste, o território sem fim, ao princípio receando transpor a linha da demarcação régia e papalina, depois despresando-a. E, quando chega o domínio espanhol, o *mesmo Rei* é o grande pretexto para se desrespeitar a raia e ir semeando com sementes portuguesas todos os sertões.

Enquanto os paulistas se internam nas brenhas sertanejas, rumo do Oeste, as Gerais, Goiaz, Mato Grosso; rumo do Sudoeste, Catanduvas, o Guaira; rumo do Sul, Sorocaba, Curitiba, Laguna; rumo do Noroeste, artérias fluviais da bacia amazônica; os baianos da Casa da Torre de Garcia d'Avila e os pernambucanos do Sobrado, isto é, das terras que sobravam sertão adentro das sesmarias já concedidas, alcançavam a Borborema e os Cariris, o Jaguaribe e o Parnaiba. Em 1603, a aventura trágica de Pero Coelho ligara o Rio Grande do Norte ao Maranhão pelas praias arenosas do Ceará; uns trinta anos mais tarde, o extraordinário Pdero Teixeira subia o Amazonas até Quito. Nas pegadas

dos desbravadores, os missionários. Atrás dos missionários, os administradores. E, com eles, os artífices. Iam surgindo os pelourinhos e os templos, as paredes dos paços concelhios e das fortalezas. Ocupação admiravel que permitiu a obra de afirmação de fronteiras feita no século XVIII por Alexandre de Gusmão com base na teoria do *uti possidetis* e a invocação do mesmo argumento pelo Barão do Rio Branco no século XX.

A vasta bacia amazônica não se deixara penetrar pelo espanhol emoldurado nos planaltos dos vice-reinados andinos. Pedro Teixeira pode, assim, remontar a caudal do Solimões. Mas, no Sul, a fundação de Buenos Aires e Assunção, as reduções guaranís des jesuitas no rio Uruguai, a disputa da base da ilha de Santa Catarina e a falta de colonos de que já se ressentia a metrópole exhaurida no povoamento de tão vastas terras, pearam a marcha para o Prata, onde a Colônia do Sacramento ficou isolada e em situação precária depois da instalação dos castelhanos em Montevidéu. Territorialmente, pois, ao crescimento desmesurado do Brasil para o Oeste, sobretudo na parte septentrional, não correspondeu outro igual na parte sulina. Quanto mais para o meio-dia menos largo foi ficando o Brasil e com a cunha missioneira cravada no flanco, apertando-o para o mar na altura justamente de Santa Catarina, ponto extremo do meridiano demarcador.

Um olhar ao mapa e se verá claramente, no contorno brasileiro, a história palpitante da penetração. Mais ainda se nele riscarmos a linha inicial

em torno da qual gira a sua história. Ficou-nos a planície amazônica, ficou-nos o miolo central; mingou-nos o avanço para o Sul. Todavia, se não atingimos o Prata, atingimos em parte o Uruguai e o castelhano não logrou ficar de posse de Santa Catarina. Ponto nevrálgico esse da luta colonial que se propaga na história brasileira nas campanhas platinas do Brasil Reino e do Brasil Império: 1811, 1816 a 1820, 1825 a 1828, 1851 a 1852, 1864 a 1870.

Feita a paz com o Paraguai, vencido depois de cinco anos de guerra, as derradeiras contendas de limites se resolveram por meios diplomáticos e pacíficos, graças aos documentos incontestaveis que nos legara o passado português. Mantivemos intacto o patrimônio que recebemos de nossos avós, incansaveis na defensão do Brasil Português. A mesma língua, a mesma crença, os mesmos sentimentos, predominando sobre regionalismos e separatismos canhestros, enquadram na forte moldura moral construida pela alma heróica da Raça mais de oito milhões de quilômetros quadrados.

Adivinhou-os alem do Oceano Tenebroso o gênio português amadurecido na imortal Escola de Sagres, no bafejo do Infante Maravilhoso. Adivinhou-os recuando a linha imaginária para trezentas e setenta léguas a oeste de Cabo Verde. Começou a ocupá-los servindo-se da linha básica para a divisão genial das donatárias. Apagou-a quando se fez mister, desbordou-a pelo Norte e pelo Sul, ultrapassou-a para o Ocidente. Mas não é possivel compreender sem ela essa obra ingente de descobridores, evangelizadores, colonizadores, adminis-

tradores e guerreiros, o Brasil. Em, verdade, no princípio foi uma linha...

Essa linha foi a pauta imensa em que Portugal escreveu na América um poema de amor sem igual, num gesto heróico incomparavel, um hino de triunfo perene, a legenda de sua imortalidade alem Atlântico, o Grande Império filho do Glorioso e Pequenino Reino!

IV

AS PALAVRAS DITAS PELO CORAÇÃO

"Ai do encanto das formas, que são como urnas vazias, se o Espírito não assiste com elas!"

ANTÔNIO SARDINHA

A PRESENÇA DO BRASIL

Saudação oficial pronunciada como Delegado do Brasil na magna Sessão Solene de Inauguração dos Congressos do Mundo Portoguês, no Palácio da Assembléia Nacional, em Lisboa, a 1.º de julho de 1940.

Herdeiro da Língua — pátria espiritual que se estende das duas margens do Atlântico ao Índico e ao Pacífico; herdeiro da civilização — atitude cristã que tem oito séculos de história; herdeiro da cultura — forma de pensamento e de expressão enraizada na latinidade; herdeiro sobretudo da unidade nacional portuguesa — mãe do milagre histórico de nossa coesão nacional, o Espírito do Brasil está presente a esta solene reunião do Mundo Português, ao qual pertence de fato e de direito, pelo sangue, pela palavra e pela alma que lhe foram transmitidos no passado, e pelo amor desse passado que cultua no presente e prolongará no futuro. Aqui está presente e comovido, na comunhão do mesmo pensamento ecuménico que dilatou a Fé e o Império, que plantou a Cruz de Cristo

nas terras desconhecidas, depois de a ter passeado nas velas das naus aventureiras sobre a face dos mares ignotos. Aqui está presente e comovido — e ainda mais, orgulhoso, na sua representação oficial: soldados, marinheiros, poetas, escritores, em volta da figura invulgar do seu Embaixador, o General Francisco José Pinto. São os descendentes dos aventureiros do mar, dos bandeirantes, dos povoadores dos sertões que visitam a velha casa solarenga de seus avós e se defrontam, na mesma sala, com os parentes ignorados da África, da Ásia e da Oceania.

A presença do Brasil nesta magna assembléia do Mundo Português demonstra e completa o seu alto sentido histórico e espiritual. Não é este um Conclave de Colônias ligadas à Metrópole por laços unicamente políticos e econômicos; mas um congresso de filhos de uma mesma civilização, de uma mesma cultura, unidos na afirmação cristã do mesmo sentido de vida, unidos no mesmo sentimento fraternal.

Depois que a audaciosa bota bandeirante traçou na América o imenso perímetro do Brasil, na expulsão dos invasores estrangeiros, sobretudo holandeses, afirmamos, a nossa vontade de conservar a alma portuguesa, que presidiu à nossa formação. E, no decurso dos séculos, através das mutações dos cenários políticos, do Vice-Reinado à Monarquia e da República ao Estado Novo, sem deixarmos de ser americanos, de participar da vida do Novo Continente e de senti-la em todas as suas novas fórmulas e afirmações, jamais esquecemos um só momento que representamos no Mundo,

varrido agora de tempestades que anunciam outros tempos, a América Portuguesa.

Na aurora que prefaciava a nossa Independência, sob a bandeira do Reino Unido, ombro a ombro marcharam para as guerras do Sul os veteranos do Bussaco e Torres Vedras e os milicianos brasileiros do Conde de São José das Duas Barras. Terminada a campanha, dissolveram-se vários corpos e, entre eles, o bravo regimento da Ilha de Santa Catarina, que se cobrira de glória em Índia Muerta. Na sua ordem do dia, o comandante Lobo d'Eça despediu-se de seus soldados com estas sentidas palavras:

— Nunca vos esqueçais que, separados por efeito dos corpos, continuaremos sempre unidos por efeito dos espíritos.

A presença oficial do Brasil nesta noite e nesta casa vem mostrar que, separado de Portugal por efeito dos corpos, o Brasil continua unido a Portugal por efeito do Espírito Imortal da Civilização e da Cultura que lhes deu vida e que, como o facho das Olimpíadas, as gerações transmitirão umas às outras.

O AMOR ENTRE O BRASIL E PORTUGAL

Eleito membro efetivo da Academia Portuguesa da História em 1939, Gustavo Barroso foi recebido por aquela eminente agremiação, onde o saudaram o presidente Dr. Caieiro da Mata, o Dr. Queiroz Veloso e o reverendo Padre Serafim Leite. Em resposta, o acadêmico brasileiro disse de improviso estas palavras:

A história do Brasil começa por uma grande página literária: a carta de Pero Vaz de Caminha contando a El-Rei D. Manuel do achado da nova terra, amanhecendo para a civilização cristã, no deslumbramento de sua beleza selvagem: "A terra em tal maneira é graciosa que, querendo aproveitar, dar-se-á nela tudo". Esse deslumbramento continuou a inspirar os portugueses que nos primeiros tempos escreveram sobre a Terra de Santa Cruz, nas crônicas dos missionários, nas cartas dos jesuitas, na "Prosopopéa" e nos "Diálogos das Grandezas do Brasil". Depois, na própria obra de Antonil — "Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas".

O eminente e ilustre Sr. Augusto de Castro, em

um dos seus magníficos discursos, que são o roteiro espiritual da Exposição dos Centenários, evocou admiravelmente o deslumbramento luso diante da luxuriante natureza brasileira como um *ato de amor*. Disse de maneira lapidar e cheia de vida, dirigindo-se aos brasileiros: "Basta reler essa admirável "carta de Caminha" que é a vossa certidão de batismo — e o primeiro documento da vossa poesia lírica. Há qualquer coisa de nupcial nesse primeiro contacto de Portugal com o solo que viria a ser a terra brasileira — com a nubil, frondosa, misteriosa originalidade da vossa Natureza e da vossa Alma, gigantescas flores do Oceano. Caminha descreve-o. E' quase um idílio... Dir-se-ia que um encanto novo, inexperimentado e instintivo, prende e ofusca, como um sacrilégio os recem chegados... Seduzidos pelos olhos verdes, pelos grandes olhos inquietos da vossa selva, os marinheiros de Cabral desertaram, internando-se no mato. Ficaram lá, namorados dos vossos segredos, do vosso sol, da vossa paisagem, da luxuriante tentação dos vossos braços tropicais. Foram esses, na verdade, os primeiros voluntários do amor de Portugal pelo Brasil".

Lindas palavras que traduzem esta linda verdade: o Amor de Portugal pelo Brasil. Portugal enamorou-se da Terra Brasileira, cantando-lhe sempre a formosura, a grandeza e a opulência. E' o que sentimos nas páginas de todos os narradores coloniais: jesuitas que catequizaram o gentio ou aventureiros que se perdiam no seio das tabas, navegadores que batiam a costa, ou bandeirantes que entravam pelo sertão, soldados ou administrado-

res, visitadores ou magistrados, nas suas crônicas, relatos, roteiros e descrições. Esse amor literário prolonga-se até o século XVIII. Para todas as penas, aquem e alem Atlântico, o Brasil é o principal motivo de inspiração. E vai mais alem; palpita nos versos dos poetas e nos periodos dos prosadores em todo o século XIX; no século XX, apesar de não parecer, influencia, ainda os próprios rebelados futuristas que se afirmam *Pau Brasil e Verde e Amarelo.*

O amor de Portugal pelo Brasil não é somente um amor poético e literário. A história no-lo aponta em todo o período colonial, desde as capitanias hereditárias entregues a homens de prol, através da atuação de individualidades como Duarte Coelho, Tomé de Souza, Mem de Sá ou Salvador Corrêa, até os dias de glória da guerra holandesa e ao carinho de D. João VI pelo seu querido Brasil, de onde sai forçado e derramando lágrimas depois de lhe haver dado tudo. Os próprios degredados mandados para povoamento da terra brasileira na sua maioria, — provou-o uma vez em brilhante exposição na Academia Brasileira meu amigo Afrânio Peixoto, foram na maioria condenados ao exílio por penas de amor.

A história colonial do Brasil apresenta um contraste flagrante com as de outras regiões. Alí se não veem, com raríssimas exceções, os tipos a quem um cronista inglês do século XVIII chamou *vampiros dos povos*, que sugaram sangue e ouro da Índia. Sem falar nos catequistas que deram a vida pelo amor da terra e da gente, nascido na sublime fonte do Amor Divino, a quase totalidade

dos capitães e governadores sacrificou a existência e a fazenda na defensão e manutenção das posses da Real Corôa. Mem de Sá, por exemplo, é um martir do dever cívico pelo amor de Portugal e por amor ao Brasil.

Mas a figura que afinal encarna esse amor como seu expoente é a de D. João VI. Torna o Brasil o maior Brasil de todos os tempos, transformando o Uruguai em Provincia Cisplatina e conquistando a Guiana Francesa. Dá ao Brasil tudo: da fábrica à biblioteca, da alfândega âs escolas superiores, da tropa organizada à missão de belas-artes. Cria na América um reino igual ao da Europa. A independência do Brasil é o fruto dessa monarquia dualista. Proclama-a um Príncipe Português — *por amor ao Brasil.*

Amor com amor se paga. Por isso, os brasileiros verdadeiramente brasileiros amam Portugal. Amam-no sobretudo nos seus oito séculos de história. Sentem — e sentir é mais do que compreender — que essa história é mãe da sua história. Guimarães foi o berço de pedra dum Brasil em energia de potencial.

O mais que posso representar aqui neste cenáculo dos mais eminente e prestigiosos historiadores de Portugal é um pouco desse amor com que os brasileiros verdadeiramente brasileiros procuram pagar o amor secular de Portugal. Em nome dele agradeço vivamente comovido as generosas palavras que me foram dirigidas e reafirmo o meu culto pela história dos dois paises mais do que irmãos, a minha religião de sua unidade espiritual, filha do Amor.

A GRANDEZA DO PEQUENINO PORTUGAL

Discurso de improviso no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Alenquer a 7 de julho de 1940. Depois de brilhante conferência do ilustre escritor Francisco de Oliveira Martins, sobre "Alenquer na História de Portugal", o Presidente da Câmara Municipal, Sr. Jaime Augusto Ferreira levantou-se e disse:

— "Achando-se presente nesta sala o Sr. Dr. Gustavo Barroso, que dá a honra de sua visita a este histórico torrão português, tomo a liberdade de conceder-lhe a palavra para que aqui se ouça uma voz amiga, uma voz do Brasil. Estou certo que interpreto os desejos que todos os que se acham neste recinto teem de ouvir o grande escritor, orador e acadêmico brasileiro".

O discurso foi reproduzido com as notas apanhadas durante a sessão e o que dele ficou na memória.

Há cerca de um mês avistei com encanto pela primeira vez esta pinturesca vila, tão antiga quanto a história de Portugal. Fora ao Porto de comboio, na comitiva do Exmo. Sr. Presidente da Re-

pública, e daí a Guimarães, afim de assistir às festas comemorativas do Centenário da Fundação, espetáculo inesquecivel pela sua beleza e pela sua alta significação. Voltei de automovel e, à noite, depois de quase um dia de viagem do Douro ao Mondego e do Mondego às proximidades do Tejo, numa curva brusca da estrada, deparou-se-me um presépio. Um presépio igual aos que me acostumára a ver na meninice, na terra nordestina e brasileira onde nascí e me criei no amor das tradições luso-brasileiras. A encosta do monte parecia pelas luzes de cada habitação um céu estrelado, em que havia manchas brancas, os oitões e as torres das igrejas. E aquilo tudo se despejava no claro espelho das águas do rio correndo lá em baixo. Era Alenquer, a Vila das Rainhas, onde se diz que nasceu Camões.

Quão longe estava eu naquele momento de pensar que em tão curto espaço de tempo aquí estivesse, trazido pela mão dum amigo dileto, Luciano Ribeiro, para a convivência de outros amigos como os Srs. Jaime Augusto Ferreira, Garcez Palha e Hipólito da Costa Cabaço; que aquí estivesse e me fizessem a surpresa de querer ouvir na minha voz um éco, embora longínquo e pálido, da voz do Brasil. Surpresa agradavel, confesso, porquanto é para mim sempre um prazer atender aos desejos de amigos e afirmar a minha admiração e o meu aféto pela terra dos meus antepassados. Mas que poderei dizer de novo e interessante depois da primorosa e erudita conferência que acabo de ouvir?

O grande escritor paulista e meu grande ami-

go Alcantara Machado, ao ser recebido na Academia Brasileira, querendo dar arras de sua tradicionalidade paulistana, afirmou que era paulista havia quatrocentos anos através de pais, avós, bisavós e trisavós paulistas. Tanto quanto tenho podido averiguar na linha da minha ascendência, toda ela já de brasileiros natos, creio não mentir dizendo ser brasileiro há três séculos no mínimo. Mas, como sei que, remontando mais longe, irei ter aos Cunha da ilha da Madeira, citados por Frei Jaboatão, e aos Barroso da terra transmontana de Barroso, posso assegurar que tambem sou português e há mais tempo, oitocentos anos, contando bem.

Digo isso com orgulho. Orgulho de sentir correr nas minhas veias, a par do sangue germânico da linhagem de minha mãe, o glorioso sangue português. Orgulho justo, porque é esse um dos mais nobres sangues do mundo, sangue com que se escreveu uma história que nos deslumbra por ser mais do que uma sucessão de martírios e de heroismos, uma sucessão cintilante de milagres, à sombra augusta e civilizadora da Cruz. O pau que deu tinta para tingir todos os sacramentos por que somos espiritualmente salvos, no expressivo dizer do cronista João de Barros, ao referir-se à mudança do nome de Santa Cruz para o nome do Brasil, tingiu de cinábrio os panos das bandeiras e o velame das caravelas descobridoras.

Milagre de Ourique na arremetida contra os muçulmanos para constituir o território da nação: — "Aos Infiéis, Senhor, aos Infiéis e não a mim que creio o que podeis!" Milagre das enamoradas

lanças de Aljubarrota guiadas por um Santo Condestavel. Milagre duma Epopéia Maritima em que um pequenino povo colocado na praia mais ocidental da Europa leva a alma da Europa pelos mares misteriosos, a todas as paragens ignotas. Milagre camoniano dos Lusiadas. Milagre duma Restauração Nacional depois de mais de meio século de união absorvente com um Império, em cujas possessões não se deitava nunca o sol. Milagre da sobrevivência na mística do Sebastianismo, tão incompreendido e desacreditado, sonho acordado do Milagre, esperança do Milagre. Milagre da perpetuidade através de um século de negativismo individualista e liberal. Milagre da Reconstrução de todos os seus valores na moldura cristã e tradicional do Estado Novo. Milagre de Compreensão dos grandes homens que se completam e se integram no ascetismo do serviço da Pátria, Carmona e Salazar. E Milagre do Amor, da Unidade Espiritual, da carinhosa criação dum filho que o honra no Futuro, o Milagre sem par do Brasil Unido e fundamentalmente Português.

Em geral ,os homens vêem na história duas dimensões: o Espaço e o Tempo. Alguns vislumbram uma terceira a seu modo: a Raça, a Política ou a Economia. Raros os que enxergam a quarta, em cuja insondavel profundidade jaz o segredo dos acontecimentos: o Espírito, que se manifesta na crença em Deus, no sentimento de grandeza moral da Pátria e na liberdade divina da Família. Para compreender essa quarta dimensão, é necessário que se seja, alem de historiador, filósofo, com elevada concepção escatológica do homem: origem

em Deus, finalidade em Deus. Assim sabe que a Ordem Social, a Civilização repousa sobre um alicerce sobrenatural. E sabe, sobretudo, porque é contra esse alicerce que se movem as incontaveis vagas de assalto das forças destruidoras, negando os dogmas religiosos e morais, dividindo os crentes, lançando a confusão nos espiritos, ridicularizando o sacerdócio, rebaixando a autoridade, desorientando as artes, pervertendo os escritos e manchando torpemente toda a Beleza da vida.

O amor da tradição, a lição do passado, o culto da terra — eis os antidotos para essas peçonhas. Nacionalismo. Patriotismo. Religião. Com essas couraças se desafia o mal. Sempre que se cobriu com essa armadura, Portugal viu os Milagres, participou dos Milagres, fez Milagres. Confesso, portanto, de peito erguido que tenho orgulho do sangue português que corre nas minhas veias.

Asssim, testemunha semi-apagada das comemorações centenárias em que as vibrações da alma lusitana encheram de alvoroço o País e o Império, a minha alma comunga com as almas iguais à minha, irmãs da minha, que Portugal espalhou prodigamente na África, na Ásia, na Oceania e na América. Essa festa é um conclave de almas lusas; é pois, a maior festa espiritual que jamais houve no mundo. Exposições, congressos, conferências, ceremônias nitidamente espirituais. Feiras de cultura. Certames de sabedoria. Ressurreições do Passado. Lições. Exemplos. Almas portuguesas espalhadas há séculos pelas mais remotas paragens que se agrupam ao chamamento do foco espiritual de onde irradiaram e que se surpreendem por se acha-

tão parecidas, que quase não mudaram desde que foram separadas, que se mantiveram quase imutaveis e quase puras na sua crença, na sua língua, nos seus sentimentos e hábitos. Todas cheias de unção, de respeito e de orgulho em volta do seio maternal que lhes deu o ser, como os descendentes de imensa família a rodearem o Antepassado, o Grande Antepassado carregado de séculos e de glória.

Olhemos para esse panorama espiritual com os olhos bem abertos para que a alma veja mais do que o corpo e além dos corpos. Então, compreenderemos o Milagre Português, a Grandeza deste Pequenino Portugal. Porque assim o vejo e assim o sinto é que — repito — tenho orgulho do sangue português que corre nas minhas veias.

O CORAÇÃO DO BRASIL

Discurso oficial como Delegado do Brasil às Comemorações Centenárias, pronunciado de improviso na inauguração da Exposição Histórica do Brasil no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, em Belem, a 27 de julho de 1940. Reconstituido pelos resumos publicados nos jornais de Lisboa e por notas tomadas por um amigo.

No admiravel discurso pronunciado na inauguração do Pavilhão dos Portugueses no Mundo, o eminente sr. Augusto de Castro, afirmou que o que alí se encontrava era um verdadeiro *exame de consciência* da nação. Ao recordar essa frase feliz, direi que esta *Árvore Simbólica* diante da qual nos achamos é um exame de consciência do Brasil em relação às suas ligações sentimentais e históricas com Portugal. Vede as raizes do Brasil mergulhadas em Portugal, nos seus oito séculos de glórias e trabalhos fecundos; em Portugal de cuja Grei sairam a Lei, isto é, a Ordem Social, e os Reis Batalhadores, Povoadores, Santos e Sábios, que sonharam o grande Sonho do Mar e, pelos cami-

nhos marítimos, devassados por naus e caravelas aventureiras, levaram a Cruz às terras ignotas e entre gentes remotas edificaram novos Reinos e novos Impérios. Deles, na América Portuguesa, os Donatários receberam aquelas capitanias hereditárias limitadas pelo meridiano de Tordesilhas, cuja conformação inicial ainda mais ou menos se conserva nas divisões territoriais do Brasil. O crucifixo dos Missionários e a espada dos Bandeirantes aprofundaram-nas na vastidão dos sertões, semeando aldeias e vilas, em cujos Senados das Câmaras pouco a pouco se foi estruturando a vida social e a vida política. A força do sangue, a força dos sentimentos e a força das instituições mantiveram a unidade fundamental do Império Brasileiro em vasta superfície territorial, com a mesma língua, a mesma religião, os mesmos costumes e o mesmo gênio. Dessas Capitanias sairam as Provincias, tão naturalmente como das Provincias sairam os Estados. Em lógicos desdobramentos, corolários um dos outros, se sucederam o Brasil-Colônia, o Brasil-Reino, o Brasil-Império e o Brasil-República.

Foi com o pensamento de mostrar quanto o Brasil está ligado a Portugal que idealizei esta *Arvore Simbólica*, executada artisticamente por Antonio Cristino nesta ampla rotunda, dominando toda a Exposição Brasileira, em que vereis as pegadas de Portugal nos quatro séculos da história do Brasil. Vê-las-eis nos nomes dos Governadores Gerais, na heráldica faulhante dos Vice-Reis, no bronze dos canhões, nas plantas das antigas fortalezas, nas armas com que foi defendido o territó-

rio cubiçado pelos herejes, nos moveis estilizados com os nomes de vossos soberanos, nos painéis dos episódios militares, nas aquarelas dos uniformes das antigas milícias e ordenanças, no documentário das arquiteturas, nos mostruários numismáticos e ainda nas tradições que conservamos através de mais de um centenário de vida independente. E tudo isso com um sabor americano que mais graça dá ao que de vós herdamos sem alterar a substância, do mesmo modo que os exotismos orientais brotando alí perto, no meio da floração de pedra dos Jerónimos, lhe aumentam a originalidade e o encanto, sem que deixe de ser português.

Esta Arvore, resumo espiritual desta Exposição, é o cartão de visita do Brasil, filho de Portugal, filho que se orgulha de seu pai.

Conta-se que um famoso bandeirante, depois de haver palmilhado os sertões brasileiros e descoberto riquíssimos veios de ouro, se apresentara à Corte, em Lisboa, anunciando que trazia uma oferta de frutos do seu longínquo país. Os cortezãos acolheram-no com ceticismo e mofa. Mas, quando o bandeirante exibiu seus frutos, verificaram com espanto que eram fundidos com o ouro do Brasil. Maravilhado como os seus fidalgos, o Rei perguntou-lhe:

— Que desejas? Que me vens pedir?

O bandeirante retrucou:

— Nada desejo e nada preciso. Nada venho pedir. Venho dar.

Nós, brasileiros, descendentes dos audazes bandeirantes de antanho, aquí viemos tambem dar a Portugal os frutos de ouro da nossa gratidão pela

civilização cristã que nos legou, pela unidade indestrutivel que dele herdamos: os frutos de ouro do nosso testemunho de sua grandeza histórica e de sua missão Imperial; os frutos de ouro de nossa afeição filial e de nossa solidariedade nesta comunhão ecuménica da Raça.

Nada viemos pedir. Viemos dar a Portugal o nosso coração!

OS CRIADORES DO BRASIL

Discurso oficial pronunciado como Delegado do Brasil na Sessão Solene de Abertura do Congresso de Ciências da População, no Salão Nobre da Universidade do Porto a 12 de setembro de 1940.

Começarei, atenienses, — dizia Demóstenes na célebre Oração da Coroa que Latino Coelho admiravelmente verteu para a nossa língua — por felicitar-vos, para depois felicitar-me a mim mesmo. Felicito-vos — continuava — porque pertenceis a essa cidade talassocrática, filha de Minerva, terra da sabedoria e das artes, cabeça do helenismo. Felicito-me pela honra de falar-vos na vossa ágora, onde tantas vozes preciosas se teem feito ouvir.

Começarei, portuenses, evocando nestas palavras a sombra protetora do grande orador grego, por felicitar-vos, para depois felicitar-me a mim mesmo. Felicito-vos por serdes filhos desta invicta cidade, ciosa de suas tradições, cujo nome deu ori

gem ao nome da nacionalidade e que conserva nos seus monumentos os rastos de mil anos de história. A ela acha-se ligado o Brasil pelos laços do presente e do passado. São os filhos do Norte de Portugal que continuam a manter a corrente de sangue necessária a contrabalançar as de outros povos que para lá afluem, diluindo-se no cadinho da coesão nacional, filha da milagrosa coesão portuguesa. Aqui veio ter, de espada desembainhada, nas lutas liberais do século passado, aquele Rei cavaleiro D. Pedro I e D. Pedro IV, Imperador sem Império, Rei sem trono, paladino da realeza da filha, fundador do Brasil independente. À invicta cidade legou seu coração, que pulsara pelo Brasil e por Portugal. Por estas ruas em ladeira que descem à praça magnífica onde se ergue sua estátua equestre, desceram os soldados de Peso da Régua, repelidos à baioneta pelos Patacos e pelos Voluntários da Rainha, do conde das Antas e do conde de Vila Flor, duque da Terceira. Num quarto dum desses hotéis, faleceu no exílio D. Teresa Cristina, imperatriz destronada, mãe dos brasileiros. Assim, no seio da vossa urbe leal e nunca vencida, encontraram amparo os soberanos apeados pelos terremotos políticos, como esse guerreiro sem mácula que foi Carlos Alberto, Rei do Piemonte.

Como brasileiro e como velho amigo de Portugal, tenho como vedes, razões para felicitar-me pela honra que me foi concedida de falar entre vós nesta ágora universitária, onde hoje se reunem as mais representativas figuras da vossa cultura nos seus múltiplos aspectos. Minha presença aqui não tem outra significação a não ser a de uma humilde

voz brasileira unida fraternalmente às vozes de Portugal na comemoração solene dos seus Centenários. Em todas elas, acreditai, o Brasil está sempre presente, senão em corpo, pelo menos em espírito. O Brasil não pode esquecer Portugal. Só os filhos desnaturados esquecem seus pais. Nossa história começa em 1500; mas suas raizes se enterram no castelo de Guimarães, berço de Portugal. Pero Vaz de Caminha cantou a terra brasileira laboriosa e virgem na sua carta a El-Rei D. Manuel. Navegadores e colonizadores fecundaram-na, violando os sertões ignotos e unindo-se em amor às tribus aborígenes. Cabral planta a cruz nas areias de Porto Seguro. Os missionários reunem os indígenas à sua sombra. Mas são João Ramalho, o bacharel de Cananéia e Diogo Álvares, o "Caramurú", quem recebe no leito nupcial as raparigas cor de bronze e procria os primeiros brasileiros. Mais tarde, o amor da terra e o amor da lusa tradição fundiram nos campos de batalha dos Guararapes os índios, os negros e os brancos que expulsaram o invasor hereje e holandês. E' o amor do vencedor e dos vencidos que José de Alencar canta no poema em prosa de Iracema.

As obras do amor são eternas. Por esse amor fundamental da terra e da gente, o Brasil conserva-se e conservar-se-á português na sua essência, português pela raça, português pela língua, português pela religião, português pela civilização, de tal modo português que um dia — tenhamos esperança — realizará, na união espiritual do Idioma e da Fé, o Império do Atlântico, sonho que sonhou, debruçado sobre o Mar Tenebroso da janela de

Sagres, o Infante D. Henrique. Fomos aquem e alem-mar, em África; somos e seremos aquem e alem-mar no Atlântico. Forças para isso nos darão a terra e a grei. Nos quatro cantos de Portugal, reviveis hoje as tradições gloriosas cobertas pela poeira dos centenários. Agora aquí, neste Congresso das Ciências da População, estudais a gente que produziu tantos sábios, tantos letrados. heróis, mártires e santos. Os olhos do povo brasileiro, filho do vosso Povo, acompanham de longe, enternecidos, todas as vossas comemorações e, de um modo especial, esta. As vossas tradições populares são as mesmas. Ainda cantamos as vossas cantigas, e ainda narramos as vossas lendas. As influências indígenas, africanas e exóticas até hoje não conseguiram empalidecer o que de vós herdamos. Cultor do folclore brasileiro, tenho estudado suas raizes lusitanas, e é numa das vossas lendas que irei buscar as palavras com que terminarei o meu discurso desta noite. Visitando os vossos castelos seculares, subí um dia as atalaias do Almourol, e, lá em cima, mergulhei o olhar nas águas que o Tejo leva para o Oceano. Veio-me então à lembrança o que se conta do castelão e da sua companheira. Vencidos pelos contrários, o Almourol e a castelã lançaram-se à torrente, preferindo a morte a serem cativos dos inimigos. Seus corpos, arrastados para o mar, foram boiando à flor das águas até se perderem no horizonte. Longe, bem longe, para os lados do poente, pararam sob o sol radioso dos trópicos e transformaram-se em duas ilhas risonhas, cobertas de flores. A lenda é um símbolo de Portugal e do Brasil. Angustiado no cativeiro da es-

treita faixa peninsular que a natureza vos deu, lançaste-vos às águas marinhas, cujos deuses evocavam já a inscrição de um cipo romano desta antiquíssima cidade. E lá no fundo dos horizontes, sob a luz dos trópicos, com os vossos corpos e as vossas almas, criastes o Império do Brasil.

FLORES DE PEDRA

Discurso pronunciado de improviso na Câmara Municipal da Povoa do Varzim, quando da recepção aos membros do Congresso de Ciência da População reunido no Porto, a 13 de setembro de 1940. Reconstituido pelas notícias dos jornais e pelas notas tomadas por um amigo.

E' sob uma grande emoção que vos dirijo a palavra. A chuva de flores atiradas de todas as janelas não só me cobriu o corpo: cobriu-me tambem a alma. E como outras tantas flores, rodearam-me as coloridas camisas dos poveiros heróicos, de mim tão conhecidas, porque os pescadores de Portugal são pescadores no Brasil.

Depois desta recepção afetuosa e cheia de vibração, não queria falar-vos somente com palavras mais ou menos sonoras, como outros costumam fazer, *faute de mieux,* com expressões meramente literárias, sem um profundo significado sentimental. Desejava fazê-lo, se possivel, com idéias

que se transmitissem em silêncio, numa compreensão de almas, com emoções que subissem do fundo do coração e se derramassem em todos os corações.

Porque amo enternecidamente Portugal como amo enternecidamente o meu Brasil, amando um por muito amar o outro, confundindo-os no mesmo amor. Não esqueço um só instante o esforço português na construção da minha pátria. Foi dentro de uma formidavel moldura de pedras portuguesas, erguidas em fortalezas e templos, que nasceu e se criou o meu grande Brasil. Como ele, tambem nascí e me criei à sombra das pedras da Fortaleza que deu o nome à minha cidade natal. Cresci, brincando ao pé de velhos muros sobre os quais alongavam os pescoços esverdinhados os canhões de bronze marcados com o brazão dos castelos e das quinas. E, quando me fiz homem e percorri o meu país, do Amazonas às fronteiras meridionais, outras pedras e outros canhões antigos em toda parte mé mostravam os vestígios das epopéias com que criástes o Brasil.

Em Tabatinga, nos limites com o Perú, lá se erguia outra velha fortaleza. Em Óbidos, onde o Rio-Mar se estreita, outra. Outra em Macapá. Em Belem, os restos do Castelo e um irmão do Bugio mergulhado nas águas mansas da baía de Guajará. O forte de S. Marcos guardando a entrada do porto do Maranhão. A fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, os restos da do Mucuripe e o nome do Fortim, no meu pátrio Ceará. A dos Reis Magos, beijada pelas ondas, no Rio Grande do Norte. A de Santa Catarina, na Paraiba. A do Picão, e do

Buraco, a do Brum, a das Cinco Pontas, em Pernambuco. A de Nossa Senhora do O', custodiando em Penedo o rio de S. Francisco. A Baía, velha capital da Colônia, emoldurada de fortes; S. Marcelo, a Barra, o Baluarte, o Monteserrate e outras. Itaparica fortificada. Quatorze fortificações na ilha de Fernando de Noronha! Os canhões de S. João defendendo o Espírito Santo em Vitória. Santa Cruz, a Laje, Villegaignon, S. João, Gragoatá, a ilha das Cobras no Rio de Janeiro. A Bertioga em Santos. A fortaleza de Paranaguá. A fortaleza do Desterro em Santa Catarina. As fortalezas do Rio Grande do Sul. O forte de Santa Tecla, sentinela da fronteira uruguaia. A Colônia do Sacramento como uma nau de pedra ancorada no rio da Prata. O forte de Coimbra no sul de Mato Grosso. E, no meio da floresta amazônica, olhando para a Bolívia, arruinados e misteriosos como o templo de Angkor mergulhado na jângala, os bastiões do forte do Príncipe da Beira. Dentro dessa moldura de pedra, com seus frontões do Renascimento, com seus pesados silhares do século XVII ou com as graças femininas do estilo barroco, os mosteiros e as igrejas, os paços concelhios e os solares de beirais arrepiados, todas as jóias arquiteturais do nosso passado: S. Luiz, Olinda, Itacurussá, Salvador, Ouro Preto, Mariana, Santa Luzia, Caeté, S. João do Morro Grande, Sabará, S. João d'El Rei...

Depois das flores que generosas mãos femininas nos atiraram dos balcões cobertos de colchas desta vila tradicional e hospitaleira, faço um esforço para arrancar de dentro de mim alguma coisa, e colho essa floração de pedras seculares

para vos mostrar o que plantastes do outro lado do oceano, na terra virgem e dadivosa que as vossas naus encontraram, e povoastes, e defendestes, e civilizastes. O que plantastes de imperecivel, de eterno...

Amo o Brasil, porque o conheço e estudo. Amo Portugal, porque o estudo e conheço. Para amar é preciso conhecer. Para conhecer é preciso estudar. Amar a Portugal é conhecê-lo na sua assombrosa e milagrosa história, soletrando-a nos seus monumentos, nas sagradas legendas gravadas nas lajes, na heráldica das suas pedras, na fisionomia das suas arquitecturas, que são os pergaminhos de sua nobreza. E, quando se comparam esses documentos eternos com aqueles que escrevestes alem-Atlântico, vê-se que o mesmo espírito anima as duas pátrias irmãs, filhas da mesma Alma.

Dentro de Portugal do passado, é necessário não esquecer este Portugal do presente, formidavel obra de restauração e renovação, de construção e de ordem realizada pelo gênio de Salazar, criador duma nova nação, construtor de nova estrutura política e social, garantia dum futuro grandioso e feliz.

Velho e sincero amigo de Portugal, asseguro-vos que daqui levarei uma imagem preciosa, guardada bem dentro do coração. Lá longe, do outro lado do Atlântico, que não nos separa, mas nos une, porque nos oscula com as mesmas vagas, fechando os olhos, continuarei a ver Portugal nos reflexos de minha alma. Portugal com seus castelos e fortes, com suas sepulturas e cruzes, com seus palácios e muralhas, com seus oitões brancos à

sombra dos olmeiros e dos eucaliptos. Portugal com todas as suas pedras históricas, mães das pedras históricas do Brasil. E cada pétala das flores que sobre mim lançastes ficará perpetuada como uma saudade no meu coração.

A PEGADA DO JESUITA

A 13 de novembro de 1940, a Academia Portuguesa de História realizou, sob a presidência do eminente Dr. Caeiro de Mata, em Lisboa, uma sessão comemorativa da atuação dos Jesuitas na colonização e evangelização do Brasil. Como membro brasileiro daquela Academia, Gustavo Barroso pronunciou, de improviso, o seguinte discurso:

Sempre que no meu país visito as ruinas dos tempos coloniais, enche-me o espírito o ideal de grandeza que elevou aquelas grandezas. Sobretudo quando as elevou para Deus. Nas paisagens verdes e majestosas, igrejas e conventos erguem-se no cocuruto dos morros e dos montes, dominando os vales, as cidades ou o mar. Assim no interior de Minas, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, na Bahia, em Olinda, em S. Luiz, em Belem. Pontilhando os ásperos sertões, os gerais mal desbravados, os campos paludosos, as catingas ressequidas, os pampas ensolados, por toda a parte a igreja pe-

quena ou grande, de pedra, de tijolo, de taipa. E, ao lado da igreja, muitas e muitas vezes, um casarão arruinado ou os restos de suas paredes. A voz do povo responde singelamente aos que indagam que grande mansão fora aquela:

— A Casa dos Padres.

São as antigas residências e colégios dos Jesuitas. Afrontando todos os perigos no Brasil que amanhecia, por toda a parte eles deixaram os vestígios de sua passagem. Quando ninguem se atrevia a varejar aquela "largura do sertão" a que alude Gabriel Soares, quando raras Entradas e Bandeiras ousavam talear a sua imensidade, os padres negros, os *abaunas*, cuja maior figura fora Nóbrega, o *paiéguassú*, o Grande-Mago, aventuravam-se pelas montanhas e selvas de cruz em punho, destemerosos, sóbrios, inamolgaveis para a Maior Glória de Deus! Mais tarde, quando o templo, o convento, o colégio erguiam seus fortes muros no cabeço dos montes ou na praça retangular das *reduções*, a eles se recolhiam os sertanistas fatigados, os povos perseguidos e os mamalucos carecidos de proteção.

Daqueles edifícios singelos e pesados, silenciosos e brancos, derramava-se sobre toda a terra achanada em volta e cornucópia dos benefícios: amparos e ensino, regras de lavoura e pecuária, de educação e de moral, de gramática e de retórica, a luz dos livros e das artes. A Cruz fazia germinar à sua sombra as sementes da civilização.

Não há como negar estes fatos a cada passo evidenciados nos documentos da história. Imensos

os bens que derramaram sobre o Brasil. E, em verdade, depois deles nunca mais outros vararam com tanto ânimo planícies e cordilheiras do sertão adusto; nunca mais outros ensinaram aos povos com tanta paciência nas claras e amplas salas conventuais as noções das artes e ciências, as preliminares práticas de todas as indústrias, os altos princípios da moral cristã.

O certo é que, depois deles até o raiar do século XX, nunca mais o Sertão deu um passo. Ao penetrar nele, no tempo do Rei, no período imperial ou nas primeiras décadas da República, sentia-se o bafo do século XVIII em tudo, desde o verso improvisado do troveiro ao amanho da terra, desde a linguagem diária dos habitantes ao trato dos rebanhos, desde os termos tecnológicos locais ao modo de construir a moradia, desde as crendices e remédios aos sentimentos e emoções, e ao modo de exprimí-los. Reflexo crepuscular da evangelização jesuítica que o brilho da lâmpada elétrica e o barulho das telefonias fizeram desaparecer.

Mas essa influência durou longamente. Vinda dos albores do século XVI, atravessou o XVII, atingiu o apogeu antes do meado do XVIII e propagou-se até morrer o XIX. E' que as suas escolas e seminários espalhados pelos sertões eram instituições sérias, de onde saíam os homens que iam praticar as letras, as artes, as ciências e ensinar outros homens. Um dia, os jesuitas foram expulsos e suas casas fechadas se arruinaram. Mortos na sociedade pela mão violenta do Marquês de Pombal, continuaram a viver nas almas. Continuaram a

viver no pensar e no sentir dos povos, mais outro século depois de perdida na memória deste a lembrança do Marquês.

Nesta comemoração da ação jesuítica, que espiritualmente modelou o Brasil, na Academia Portuguesa da História, está presente o jesuíta Padre Serafim Leite. Peço-lhe que me permita, ao terminar esta pequena e desautorizada oração, o uso duma imagem que empreguei na Academia Brasileira de Letras, quando ali o saudei no ano passado.

O Padre Serafim Leite é o historiador conciencioso do Padre Pinto, o heróico jesuíta que primeiro levou a palavra do Cristo às ínvias regiões de minha terra natal, o Ceará, na aurora do século XVII. Martir do seu zelo apostólico, deixou entre os selvagens que convertera lenda de santidade. No alto da serra da Ibiapaba onde se tocam os atuais Estados do Ceará e do Piauí, a cada passo se encontram petroglifos, inscrições rupestres, como em muitas partes da Europa, da Ásia, da África e da América. Um dos sinais mais comuns nesses misteriosos documentos pré-históricos, sabem os arqueólogos, é o pé humano, que as crendices atribuem a Adão, a Buda, a Maomé e a outras figuras agiográficas, lendárias ou históricas, conforme o tempo e os lugares. Essa planta humana gravada no rochedo, daquela serra é tida e havida pela população local, desde os tempos dos indígenas, como o *Pé do Padre Pinto.* Assim, marcou ele fundamente sua passagem pela cordilheira do sertão nordestino. Assim, indelevelmente, a pegada do

jesuita ficou impressa na história brasileira. Tivéssemos o poder de ver o coração do Brasil e nele encontrariamos, tão fundo e tão eterno quanto aquele rasto afundado no granito, o sinal do ensinamento e do amor dos Jesuitas.

O IMPÉRIO ATLANTICO

Conferência inaugural da série de conferências promovida pelo Congresso Luso-Brasileiro de História. Feita a convite da Comissão Organisadora dos Congressos do Mundo Português no Salão da Academia de Ciências de Lisboa, sob a presidência do douto historiador Dr. Queiroz Veloso, na noite de 21 de novembro de 1940. Pronunciada de improviso com o auxilio de pequenas notas documentais. Taquigrafada e assim reconstituida.

A Talassocracia ou império do mar nasceu à margem das águas azues do Mediterrâneo. Primeiro, os púnicos, estabelecendo colônias e feitorias pelas ilhas e litorais da Europa e da Africa, e desembocando no Oceano pelas Colunas de Hércules, em busca do estanho e do ambar em arquipélagos e costas mais longínquas. Depois, os gregos, extravasando dos recortes acaios e calcídicos para a Jônia Marítima, a Grande Grécia, as colônias focenses. Mais tarde, os romanos, substituindo os helenos e destruindo os cartagineses, herdeiros dos

fenicios, dominando os egipcios e aniquilando os piratas até a criação do Mare Nostrum no seio da Paz de Augusto.

Todos esses povos somente se atiraram à aventura marítima após seu fortalecimento no domínio territorial que lhes cabia. Constituiram-se dentro de muralhas de pedra. Irradiaram-se dentro de muralhas de madeira. Quero lembrar aqui o conselho sibilino do oráculo aos gregos angustiados pela ameaça da invasão persa: — "Refugiai vos nas *muralhas de madeira!*" Interpretando as palavras oraculares, Temístocles abandonou a Acrópole e embarcou seus hoplitas nos navios. As trirremas rostradas venceram o inimigo nas águas de Salamina e desse dia em diante o destino da Grécia se decidiu no mar.

Observamos na história de Portugal dois períodos semelhantes: o das muralhas de pedra e o das muralhas de madeira. Numa visão geral e sintética, podemos aplicar à história portuguesa esta divisão: Primeiro período — os Castelos; segundo período — as Naus.

Estrabo denominou a Península Ibérica com grande propriedade e mesmo até com certo senso divinatório: "Península espectadora dos oceanos". De fato, ela olha para os dois mares: o interior e o exterior, o Mediterrâneo e o Atlântico. Sofre o influxo de ambos e sobre ambos atua. A parte oriental, maior, a Espanha, recebeu todos os aportes da civilização mediterrânea, transmitindo-os ao todo peninsular: arte, ciência e filosofia da Grécia, jurisprudência e administração de Roma, cris-

tianismo do Oriente. E mais a influência da civilização árabe, durante oitocentos anos de dominação. Tudo isso se plasmou num gênio próprio que a parte menor, Portugal, se encarregou de espalhar pelo mundo, numa imortal mensagem civilizadora, trazendo de torna-viagem novos elementos para o esplendor das coisas, o progresso da humanidade e a beleza da vida. Do Mediterrâneo, através do Atlântico, pode-se dizer que a Península modelou este mundo que nós conhecemos. Este mundo não existiria tal qual é, se não existissem a Espanha e Portugal. Sobretudo se não existisse Portugal.

Separando-se politicamente do Reino de Leão, do qual já se tinha afastado no falar, no sentir e no querer, cortando com a espada de Afonso Henriques o cordão umbelical que o prendia à Espanha, Portugal-Nação caminhou do Norte para o Tejo e do Tejo para o Algarve, impelindo o muçulmano a ponta de lança. E, para sua defensão, constituiu-se dentro das muralhas de pedra dos seus castelos, ele que nascera no castelo de Guimarães e hasteara o pendão da revolta no castelo da Feira. Depois das Quinas, em que, pelo milagre de Ourique, se transformou a cruz azul da Fundação, os castelos se multiplicaram heraldicamente nas suas bandeiras.

Por onde quer que andemos entre o mar e os montes Hermínios, entre o Minho e a foz do Guadiana, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, as solitárias sentinelas de granito escuro, trepadas na coroa dos montes, dominam póvoas e cidades, portos e abras, estuários e rios, estradas e cursos de

água, divisas e fronteiras, olhando o mar ou atalaiando os campos, delimitando o perímetro da pátria ou marcando as fases da conquista aos infiéis. Honras familiares, feudos reais, fortificações concelhias, alcáçovas das Ordens Militares, ameias afonsinas e fernandinas, préstamos, torres, barbacãs — muralhas de pedra, dentro das quais, depois de livre, a nação defendeu a liberdade, se povoou, lavrou a terra, estudou os livros, rezou e se fortaleceu para as grandes empresas que Deus lhe cometera.

Repelida embora do Ocidente, varrida para a África, onde os portugueses meteram suas lanças e levantaram novos muros em Ceuta, em Arzila, em Mazagão e em Çafim, a cortina de alfanges do Islão, brandidos por árabes, turcos e mongóis, continuava fechando à Europa as rotas orientais. Bizantinos e venezianos nunca passaram de intermediários comerciais entre a procura européia e a oferta oriental. Impossivel tinha sido até então romper esse obstáculo que as tentativas de Rubruquis, de Plano Carpino e de Marco Polo reconheceram e mal conseguiram furar isoladamente no tempo e no espaço. Saindo das muralhas de pedra dos castelos como os gregos das da Acrópole, Portugal embarca nas muralhas de madeira e escreve sua imortal Epopéia do Mar.

Lançando-se, ao alvorecer do Renascimento, na Grande Aventura Marítima que o cobria de glória, Portugal mudou não somente os rumos do próprio destino, porem os rumos da civilização. Basta um rápido olhar sobre uma carta antiga pa-

ra se compreender e sentir o que foi a ação de Portugal, na constituição do mundo moderno.

Quando aquela cortina de aço das armas muçulmanas a que aludi fechava à Europa o caminho do Oriente, foram as marchas de flanco, os desbordamentos, como se diz em linguagem militar, da heróica maruja portuguesa que zombaram das duas frentes que dividiam os povos — o Islão e o Continente Americano, e, achando terras novas, trouxeram ao Ocidente as riquezas orientais. Vasco da Gama, em 1498, contorna o Cabo da Boa Esperança e chega à Indias, encontrando a Passagem de Sudeste. Pedro Alvares Cabral, em 1500, inflete para Sudoeste e realiza o *achamento* do Brasil, cujo nome já vivia nas remotas lendas celtas de S. Brandão, e andava vago e incerto nos portulanos e mapas desde o século XIV, a um dos quais se referia em carta a D. Manuel, datada da Vera Cruz, o físico da Armada cabralina como pertencente ao piloto João Vaz, o Bisagudo.

Gaspar Corte Real tenta a Passagem do Noroeste em 1501. Fernão de Magalhães, com navios espanhóis, realiza a Passagem do Sudoeste, em 1520. João Martins, a do Noroeste, em 1588. David Melgueiro, a do Nordeste, em 1601. E outros continuam essas marchas iniciais: no século XVI, Afonso de Albuquerque, refazendo em sentido contrário a navegação de Nearco, almirante de Alexandre, Antônio de Abreu e Francisco Serrão, passando o estreito de Malaca, Jorge Álvares, chegando à China, Antônio da Mota, alcançando o Japão; no século XVII, Godinho de Erédia, explorando a Insulíndia atrás do Chersoneso Áureo de Ptolomeu;

João Vaz de Torres, passando entre a Austrália e a Nova Guiné, Pedro Fernandes de Queiroz cruzando a imensidão do Pacífico.

As grandes forças anti-cristãs que se instalaram primeiro na Holanda e depois na Inglaterra, usando o protestantismo como poderosa arma contra os grandes impérios marítimos católicos, dilatados pelo Poder da Fé, afim de apoderarem do ouro e governarem o mundo, teem procurado apagar na história tão altos feitos. Aos nomes dos heróis portugueses que afrontaram os gelos do Septentrião para o Noroeste e para o Nordeste substituiram os de anglos, batavos, escandinavos, que a toponímia perpétua: Ross, Franklin, Baffin, Barentz, Willoughby. Mas quem de fato conhece a história sabe ler nesse palimpsesto geográfico os velhos apelidos dos grandes marinheiros de Portugal.

Essa glória extraordinária não é hoje apanágio somente da Ocidental Praia Lusitana; é o apanágio da Raça que dali se espalhou pelo mundo nas altas caravelas crucigiadas de cinábrio. Onde quer que palpite uma gota de sangue português, nessa faceta rubra refulgirá o brilho da Glória sem par de seus maiores. No Brasil, nem se fale! O Brasil é o Morgado de Portugal, a sua esplêndida continuação no Espaço e no Tempo.

Em 1940 essa Glória, nascida ao fulgor dos brunidos capelos dos Afonsos e dos Sanchos, no ano da Graça de 1140, afirmada ao lampejar das espadas dos Namorados e dos Conquistadores, coberta mais de meio século pelo sudário das areias

marroquinas e rediviva em 1640 com o Duque de Bragança, e rejuvenescida em nossos dias pelo gênio de Salazar, essa Glória completa oito centenários de Grandeza e três séculos de Ressurreição.

Dela, e somente dela, recebemos as profundas forças morais com que construímos uma Grande Pátria. Glorifiquemo-la!

Portugal realizara todos os anseios do Velho Mundo, desvendando os mistérios oceânicos. Podemos acreditar, sem grande esforço, que suspeitava, se é que não conhecia, a extensão do continente americano, barrando no ocidente, como muralha somente transponível pelo extremo norte e pelo extremo sul, o cobiçado caminho do Cataio e do Cipango. E' nele que se vão refletir os castelos da Fundação, da Conquista e da Independência de Portugal na cintura de fortes portugueses, dentro do qual se consumou o milagre sem par da manutenção da unidade geográfica, sentimental e política da grande Pátria Brasileira. Milagre histórico que completa a série de milagres da história portuguesa: Ourique, Aljubarrota, a Restauração de 1640 e a Ressurreição realizada pela obra de Carmona e Salazar.

Essa unidade brasileira resistiu intacta às piratarias estrangeiras, à separação da Metrópole, à anarquia da Regência, a cinquenta anos de federalismo positivista, dissolvente e importado. Continua a resistir às propagandas sinuosas e pérfidas rotuladas disto ou daquilo. O Brasil permaneceu uno e indivisível através de todos os episódios da formação política do continente americano. Enquanto os Vice-Reinados da América Espanhola

em torno, se secessionavam e fragmentavam como *filhos das Espanhas,* o Brasil se conservava íntegro *como filho de Portugal.* Obra sobretudo do sentido espiritual impresso nas conquistas e colonizações dos portugueses. A grande obra de Portugal, alem mares, foi sempre a conquista das almas. A cruz de Cristo que sangrava nos panos das caravelas repetia-se em pedra, nos padrões de posse e em madeira nas primeiras missas. Ao navegador que descobria e ao soldado que cravava as palissadas do primeiro fortim no litoral seguia-se logo o jesuita com sua roupeta singela e negra a pescar almas para a maior glória de Deus.

O primeiro pai da unidade espiritual do Brasil, sem a qual não se fundiria a unidade territorial, foi o catequista. Nos fundamentos do seu espírito, o Brasil é uma criação da Companhia de Jesús. O primeiro Brasil, o Brasil de Nóbrega e de Anchieta, é o molde imperecivel de todos os outros Brasís que se foram seguindo no decurso do tempo, nos desenvolvimentos da História e na realização do seu destino próprio.

Lede comigo os documentos da colonização. Neles o serviço de Deus sobrepuja todos os serviços, antecipa-se a todos. Aquí temos uns trechos do Regimento da nau "Bretoa" que foi ao Brasil em 1511:

"... defendereis ao mestre e a toda a companhia da dita nau que não façam nenhum mal nem dano à gente da terra... nem troquem com a gente da dita terra nenhumas armas de nenhuma sorte que seja punhais nem outras nenhumas coisas que são defesas pelo Santo Padre e por el rei Nosso

Senhor e poderão levar facas e tesouras como sempre levaram. . ."

E' um documento profundamente cristão.

Eis como, no seu *Diário*, Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso de Souza, descreve a instalação das colônias de São Vicente e Piratininga:

"... e repartiu a gente nestas duas vilas e fez nelas oficiais e pôs tudo em boa obra de Justiça de que a gente tomou muita consolação com verem povoar vilas e ter leis e sacrifícios e celebrar matrimônios e viverem em comunicação de artes e ser cada um senhor do seu e investir as injúrias particulares e ter todos os outros bens da vida segura e conversavel".

E' o que se pode denominar verdadeira colonização cristã.

Quando as capitanias decaem, em meados do século XV, Pero de Góis declara contristado ao Rei: "Tudo nasce da pouca justiça e pouco temor de Deus e de Vossa Alteza..." Deus é a razão de tudo, tudo para ele se volta, para ele tudo se dirige. O Rei nomeia Tomé de Souza para serví-lo: "... vendo em quanto cumpre a serviço de Deus e meu conservar e enobrecer as capitanias e povoações que tenho nas minhas terras do Brasil..." O Governador Geral, chegando à terra brasileira, dá os primeiros passos à sombra da Cruz, conforme nos conta admiravelmente Jaboatão:

"Ao terceiro dia, depois de ancorados no seu porto, fez o Governador a entrada em Vila Velha, com toda a gente, bem armados os de guerra, com uma bem ordenada marcha, e os mais em composta, e devota procissão, diante da qual iam os

Padres Jesuitas, levando arvorada uma grande e formosa Cruz, acompanhada de muitas lágrimas, causadas nos Católicos da gostosa alegria de verem o que desejavam, e nos gentios, pondo-os em confusa admiração do que viam, e muito temor do que parece lhes prognosticavam aqueles levantados Estandartes, de paz e vida no da Sagrada Cruz para os que se quisessem abraçar com ela; de morte e guerra nas suas bandeiras para os bárbaros, e rebeldes ao Rei e à Igreja..."

O tão malsinado D. João III, grande homem e grande soberano, declarava no regimento passado a Tomé de Souza, primeira autoridade centralizadora do Brasil, pai do Brasil unificado: "...a principal cousa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa fé católica..." E recomendava ao seu lugar-tenente que lembrasse aos capitães e outros oficiais que, quanto aos indígenas: "... lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem cristãos e para eles mais folgarem de o ser tratem bem todos os que forem de paz..."

Chegando ao Brasil nas muralhas de madeira das naus, os portugueses à proporção que o foram povoando e ocupando, o semearam de muralhas de pedra, dentro das quais ele se constituiu. Do mesmo modo na África. Do mesmo modo no Oriente. Todas as possessões, todos os caminhos marcados pelas fortalezas de Portugal: em Goudar, na Abissínia; em Socotora, no Bab-el-Mandeb; em Ormuz; no golfo Pérsico; no Chaul; em Goa; em Diu; em Damão; em Malaca, dominando o estrei-

to; em Ternate; em Timor; em Macau. O periplo africano semeado de muros e baluartes, de Marrocos a Sofala, passando por Angola e Loanda, Mossamedes e Moçambique. Onde quer que as muralhas de madeira chegassem se levantavam as muralhas de pedra. Não há no Brasil uma fronteira, uma passagem de rio, uma angra, uma ilha, uma cidade marítima onde se não erga, silenciosa e arruinada, uma fortaleza lusitana, marco da ocupação civilizadora, sinal da colonização, testemunha da posse, padrão de glória, afirmação dum destino histórico. E, assim, podemos acrescentar um terceiro período à História de Portugal: o das muralhas de madeira transportando ou criando por toda parte novas muralhas de pedra.

Erguidas dum e outro lado do Atlântico, nas costas do Brasil e de Angola, elas demonstram a quem sabe medir as dimensões da história, que Portugal criou mais do que Roma. Roma fez o Mediterrâneo o *Mare Nostrum* da latinidade. Portugal tornou o Atlântico Meridional o *Mare Nostrum* da Lusitanidade. Lançou na vastidão outrora apavorante do Mar Tenebroso o pensamento natural dum Império Atlântico, cuja realização definitiva, mais cedo ou mais tarde, nada mais será do que a concretização do Grande Pensamento da Raça: pensamento econômico, pensamento político e pensamento civilizador.

Obra ingente e gloriosa será esta, se a fecundar um pensamento de amor. Amor paternal de Portugal pelo Brasil, glorificando-se na glória do Filho. Amor filial do Brasil por Portugal, glorificando-se na glória do Pai. Amor que desdenha as

seduções de outros amores fingidos e interesseiros. Amor que não permite a negação da nossa origem, a negação de nós mesmos em proveito de adventícios sem a menor ligação com o nosso sangue e com o nosso gênio. Amor que não consinta que esqueçamos o passado de nossa família e queiramos imitar os que não nos estimam de verdade, como aqueles bizantinos decadentes que cortavam os cabelos à moda dos hunos e vestiam túnicas à maneira de Átila, enquanto as hordas asiáticas devastavam o seu Império.

Que poderemos entender como o Império Atlântico? Um Império sem imperialismo. Um Império acima das preocupações e interesses meramente temporais. Um Império — continuidade assegurada da Raça, da Língua, da Tradição e do Sentido da Civilização Cristã e Universalista. Um Império Espiritual e Transcendente. Obra do Amor que torna eternas as suas obras. No princípio ou *em princípio*, foi o Verbo, isto é, foi o Amor, porque o Verbo é a palavra criadora do Amor Divino.

Essa larga visão dum panorama histórico que abrange o passado e se alarga pelo futuro exige um profundo pensamento filosófico. E' preciso ser filósofo para contemplar serenamente e superiormente os cenários da história. E' preciso tambem ser artista para interpretar as suas sublimes belezas. A história exorna-se de filosofia e é uma grande arte baseada em ciências, como todas as artes. Porque a arquitetura obriga a cálculos matemáticos e a pintura exige as leis da perspectiva; não deixam de ser artes. Porque a história implica os conhecimentos da paleografia, da diplomática,

da sociologia, da etnografia, da epigrafia, da cronologia e da geografia, tambem não deixa de ser arte.

Alem de filósofo e cientista, o historiador tem de ser, necessariamente, um estilista e um criador de beleza, e não um simples rato de bibliotecas ou uma mísera traça de arquivos. O verdadeiro historiador é um arquiteto, um escultor, um pintor. O copiador de documentos é o seu servente de pedreiro, o seu carregador de tijolos, o seu fornecedor de materiais, o seu moedor de tintas. E os apostiladores e glosadores das obras alheias não passam dos seus criados de servir.

O Império Atlântico está no fundo da consciência dos povos lusos. E' uma voz que vem do passado e clarinará vitoriosa no futuro. Não é simples expressão verbal; mas sim o reflexo da Civilização Portuguesa no imenso espelho do Mar Tenebroso, cujo mistério suas naves decifraram e cujas trevas seu heroismo dissipou com a intensa, inapagavel luz do Sacrifício e da Glória. Mirando-se na transparência verde das ondas que beijaram outrora as praias possidônias da Atlântida de Platão, Portugal, deslumbrado com sua imagem dilatada, o *Brasil do Porvir*, poderá gritar ao mundo com o mais legítimo dos entusiasmos e o mais nobre dos orgulhos:

— Dizeis que sou pequenino. E' verdade, mas gerei grandes coisas. Semente de Impérios, sou pequenino como todas as sementes. Olhai bem e vereis, no entanto, que sou grande, imensamente grande pelo que fiz. Grande e Eterno como o próprio Mar!

PADRÃO DE AMIZADE

Discurso oferecendo ao Governo Portu-guês em nome do Governo Brasileiro o mo-numento de Pedro Alvares Cabral, erigido em Lisboa, no dia 30 de novembro de 1940.

Este monumento que o Brasil oferece hoje a Portugal com a presença de seu ilustre Embaixador, grande espírito, grande coração, meu eminente amigo Araujo Jorge, é um padrão de bronze destinado a assinalar uma amizade e uma gratidão tão vivas tão profundas e tão grandes como o oceano que une as duas pátrias. Obra de arte concebida e realizada pelo gênio de Rodolfo Bernadelli, um dos maiores escultores brasileiros, encerra, nas suas figuras e no modo por que estão dispostas, os símbolos fundamentais da civilização ocidental e católica de que Portugal e o Brasil são legítimos e gloriosos representantes nas duas margens fronteiras do Atlântico.

Três grandes vultos erguem-se altaneiros sobre a nova terra descoberta e seu gesto grave se

perpetua no bronze eterno e no espaço eterno como sua sombra se projeta na história. Sentimos aquí sua presença invisível. Eles representam os que viveram antes e os que viveram depois, e mais ainda: os que viverão no futuro, longa e maravilhosa procissão de descobridores e capitães de sacerdotes e missionários, de escritores e poetas que se desenrola através dos séculos por toda parte onde borbulha o sangue português sob a luz forte da Glória e do Martírio. O bruto chão em que pisam é como que o prolongamento do rochedo de Sagres, de onde se alongava o olhar de D. Henrique, o Navegador, criando pela imaginação o Império que o gênio da raça realizaria mais tarde.

Reparai bem nas três imagens que coroam o pedestal solene na sua simplicidade, em torno do qual se enrola, como uma legenda sem letras que todos leem, o cabo das náus manuelinas, o mesmo que serpenteia na custódia de pedra dos Jerônimos e une o mundo antigo aos mundos novos no hieroglifo monumental do convento de Tomar. Reparai bem nas três figuras. Há mais de quatro séculos, elas partiram daquí, do Tejo Augusto, cujas águas despejaram através do Mar Tenebroso nas plagas as mais longínquas sementes de impérios regadas com o vosso suor e com o vosso sangue; partiram vivas, cheias de idealismo e de fé, a serviço do seu Rei, de sua Religião e de sua Pátria. Voltam agora, mais vivas do que então, imortalizadas no bronze, pela arte e pela história, réplica de outras iguais que do outro lado do mar se elevam, duplicadas no tempo e no espaço pela obra imperial realizada.

Reparai bem nos três vultos. Ao centro, o ca-

pitão-mor da Armada, Pedro Álvares Cabral, depois Senhor de Belmonte. Pisa a terra que lhe surgiu do mar como uma grande flor tropical nas oitavas da Páscoa, terra que Santa Rita Durão cantou no Caramurú: "Goza de tanto bem, Terra Bendita, e da Cruz do Senhor, teu nome seja!" Da cinta pende-lhe a espada, leva uma das mãos ao coração e com a outra desfralda o pendão das Quinas, bandeira sagrada de Ourique a cuja sombra se fundou a nacionalidade. Nesses dois símbolos se encarnam o Reino e o Império. A bandeira flutuou sobre os capelos brunidos das hostes que expulsaram o agareno e impuseram respeito ao leonês e ao castelhano; tremulou nas antenas das caravelas que devassaram os mares ignotos e foi plantada nas praias aonde chegaram os cruzados do mar na aventura sem par dos Descobrimentos. A espada combateu generosamente pela terra, pela lei e pela grei; abriu caminhos pelas selvas bravias e pelos sertões inhóspitos, alargou os horizontes do mundo e cavou nas "terras viciosas" os sulcos em que germinaram as sementes fecundas da civilização cristã.

Mas que seria da Espada sem a Cruz? Ergue-a bem alto D. Henrique de Coimbra, o capelão da Armada, prometido à diocese de Ceuta. Em nome da Cruz contra os infiéis se formou o Reino. Em nome da Cruz contra os Infiéis se formou o Império. A Cruz foi a alma da Espada e por isso a Espada tem a forma duma cruz. Quando Camões cantou a epopéia lusiada, falou daqueles Reis que foram dilatando a Fé e o Império. A Fé antes do Império. A Fé — inspiração. O Império — reali-

zação da Fé. Olhai comigo um instante o panorama da conquista e colonização ultramarina pelos povos europeus e vereis que somente as nações católicas verdadeiramente colonizam no sentido espiritual. As outras conquistam e predominam. Elas dominam, mas evangelizam. As outras se expandem com soldados e comerciantes. Elas são missionárias. E, entre elas, Portugal sobreleva a todas pela vocação catequizadora. Um pensamento de amor cristão norteia sua atividade no mar e alem do mar. E' o martirológio a irrefutavel testemunha dessa grandeza moral. Contai os mártires das outras e contai os mártires de Portugal. Ficareis assombrados da diferença.

A Fé isspirou. A Espada realizou. A Pena cantou a inspiração e a realização. Olhai ao lado do capitão-mor e do frade o escrivão de Calecut, Pero Vaz de Caminha, desdobrando a carta em que dá conta a El Rei D. Manuel do achado incomparavel: "A terra em tal maneira é graciosa que querendo a aproveitar dar-se-á nela tudo..." E' o primeiro namorado do Brasil que amanhecia. Seu deslumbramento prolonga-se na ode de José Bonifácio:

> "Qual a palmeira que domina ufana
> Os altos topos da floresta espessa,
> Tal bem presto ha de ser no mundo novo
> O Brasil bem fadado!"

Certidão de batismo do Brasil, chamam-lhe os historiadores. Poema em prosa do Descobrimento,

chamemos-lhe. A pena que a traçou tão clara e palpitante e pinturesca molhava-se na tinta dos cronistas e dos poetas da nação, embebia-se numa língua que é a "última flor do Lácio" e que, cheia de poesia do Mediterrâneo nesta praia ocidental da Europa, se enriquecera com o sonho aventureiro e com a voz do mar que os Lusíadas conservariam para os ouvidos da posteridade.

E' um grande símbolo este monumento que o Brasil oferece a Portugal como um preito filial no ano áureo de 1940, símbolo da nossa história comum no Passado, da nossa grata amizade no Presente, da nossa comunhão espiritual no Futuro. E' mais do que isso: a síntese das virtudes fundamentais da Raça: Fé, Esperança e Caridade. A Fé nos nossos destinos palpita na espada dos heróis que constituiram o Reino e criaram o Brasil. A Esperança imortal vive eternamente nas páginas dos nossos escritores e dos nossos poetas que cantaram a terra e a gente. A Caridade cristã enche as almas de portugueses e brasileiros neste cruciante momento por que passa o mundo. Portugal prende os olhos na cruz de Cristo que outrora sangrou no velame das náus aventureiras, — divisa heráldica da nação. O Brasil fita no céu meridional aquela cruz de estrelas que a cruz das caravelas descobriu e que parece seu luminoso reflexo no firmamento. E ambos elevam suas almas a Deus Todo Poderoso.

— Senhor, livrai-nos das tentações da Matéria para que continuemos a ser Invencíveis e Imortais pelo Espírito!

O ADEUS DA EXPOSIÇÃO

Discurso em nome da Delegação do Brasil à Exposição do Mundo Português, pronunciado de improviso no almoço de despedida oferecido pelo Comissário Geral Sr. Augusto de Castro, a bordo da nau "Portugal", em Belem, a 4 de dezembro de 1940. Reconstituido pelo resumo estampado no "Diário de Notícias" e pelas notas apanhadas por um companheiro de delegação.

E' com a maior emoção e com a mais funda saudade que nós, os Delegados brasileiros, nos despedimos desta luminosa festa do Espirito que foi a Exposição do Mundo Português, verdadeira exaltação do prodigio duma projeção criadora como nenhum outro povo teve igual.

No ambiente desta nau antiga, com suas altas gávcas, seus castelos ornamentais, suas talhas douradas, seus bailéus onde joga a brazonada artilharia de bronze, e onde, sem dúvida, nas horas caladas da noite, quando se apagam todas as luzes de Belem, passeiam capitães-mores de antanho, per-

mití que evoque as primeiras páginas daquele afresco literário de Flaubert, a "Salambô": "Era em Megara, arrabalde de Cartago, nos jardins de Hamilcar. Os soldados que ele comandara na Sicília davam uma grande festa em comemoração do aniversário da batalha de Eryx. E, como o amo se achava ausente e eles eram muito numerosos, bebiam e comiam em plena liberdade...".

A descrição minuciosa e perfeita do festim bárbaro baila-me de contínuo na memória desde que cheguei à velha Europa, ouvindo grulhar o temporal da guerra alem dos Pirineus. Eram mercenários de todo o mundo antigo que contornava o mar Mediterrâneo. Havia alí gauleses e germanos louros, helenos e italiotas, asiáticos e númidas, egípcios e negros de Agazimba. Empanturravam-se e se embriagavam. Enovelavam-se em rixas violentas. Saracoteavam em volta das mesas carregadas de viandas, cantavam canções báquicas e soltavam gritos estridentes. Alheios, porem, ao barulho ensurdecedor, à orgia desenfreada, à comezaina e à vinhaça, um grupo de guerreiros gregos, sóbrios, elegantes e serenos, dansava uma dansa litúrgica, a um canto sossegado do parque, em torno da clara estátua duma deusa pagã, enquanto um tocador de flauta marcava o ritmo, assoprando o seu instrumento delicado, e um preto do Haruseh batia com um osso num broquel de bronze.

Vós, portugueses, como esses gregos, num recanto pacífico da Europa convulsionada, esquecidos da desordem bárbara que alastra pelo continente, alheados das paixões desencadeadas pela guerra, voltados para vossos deuses lares, celebras-

tes ritualmente a grandiosa evocação do vosso passado, o culto do vosso nume tutelar — a Civilização Cristã de Portugal.

Celebração grandiosa e simbólica, realizada por estadistas, pensadores, historiadores e artistas. Profícua lição de história. Ensinamento vivo e palpitante de oito séculos de afirmação e de glória. Exemplo incomparavel dum Portugal renovado e cheio de fé em si próprio. A Delegação do Brasil sente-se feliz e orgulhosa por ter podido, não ouso dizer colaborar, mas posso dizer admirar, essa obra de que fostes, Sr. Augusto de Castro, o principal animador.

Podeis ficar certo que a Exposição de Belem não morreu, não se acabou. Ela está dormindo e sonhando o velho sonho imperial da Raça; ela continua a viver na nossa saudade com o seu colorido, as suas luzes, a sua polifonia arquitetural, as sombras da história que derramou entre os Jerônimos e o Tejo, na Praça do Império. Recordaremos seus dias de júbilo e apoteose, em que o espaço se diluia em fogos irisados e as cores duma verdadeira aurora boreal iluminavam o Infante de Sagres no seu monumento e mergulhavam sua figura luminosa nas águas do Tejo.

De mim sei que, quando sentir a agitação crescer em volta de minha pessoa, as blasfêmias e a gritaria dos bárbaros me ofenderem os ouvidos, as paixões desaçaimadas se movimentarem em rebolíço, como aqueles gregos dos jardins de Megara, poderei alhear-me de tudo, fechando os olhos do corpo e abrindo os olhos do espírito para rememorar, numa saudade balsâmica, os aspectos tem-

porais e espirituais da Grande Festa da Inteligência, da História e da Fé que ao mundo conturbado oferecestes em Belem, como uma lição de Dignidade e de Cultura.

Em nome de meus companheiros da Delegação do Brasil, exalto nesta hora de despedida a grande obra magistralmente executada em Belem, os homens que a levaram a cabo, o esclarecido governo que a fez idealizar e realizar. Brindo aos três grandes animadores da Exposição aqui presentes: Antonio Ferro, Sá e Melo, Continelli Telmo. E brindo, finalmente, àquele que, nesta reunião de adeus, de todos se lembrou, esquecendo-se somente de si próprio: o Sr. Augusto de Castro.

O NOME GLORIOSO DE PORTUGAL

Texto do discurso de saudação em nome da Academia Brasileira à Embaixada Especial de Portugal na sessão solene de 9 de agosto de 1941.

Levastes oito séculos preparando aquelas festas do Espírito e da Paz, evocação simbólica e grandiosa da alma de uma raça, "lição cultural e nacionalista", com que, em plena subversão da Europa, demonstrastes a serenidade que dão a força moral, a consciência do dever cumprido e a segurança num destino marcado por Deus. Oito séculos de anseios, de lutas, de lágrimas, de sangue, — moedas com que os povos pagam a sua glória; oito séculos de afirmação e de heroismo ao serviço da Cruz; oito séculos de arrancadas pelos mares ignotos e pelas terras bravias, "oito séculos de história rediviva contada em símbolos de epopéia!"

Recordo-me neste instante de minha última visita a Guimarães, quando já o vento do outono

despia a folhagem dos arvoredos. Na pequenina capela de S. Miguel, arinhada ao pé da bruta fortaleza medieval, contemplei muito tempo em silêncio a escura e tosca pia de granito em que se diz ter sido batisado Afonso Henriques, o Fundador da Monarquia. Que símbolo indestrutivel e formidavel tinha eu alí diante dos olhos já cansados por meio século de peregrinação entre os homens! Como aquela veneravel reliquia de pedra fora o nosso velho Portugal no nascedouro. Pedaço ainda sem forma definida arrancado à pedreira do reino leonês. Era assim rija, pesada e informe a nação que surgia entre o Douro e o Minho. Era assim rija, pesada e informe a língua que falava a sua gente. Era assim rija, pesada e informa a gente que falava aquela língua.

Quando um escultor contempla um bloco de pedra as linhas da escultura nascente vivem somente na sua imaginação. Esta é que o vai lavrar, contornar, dar-lhe relevo e polimento. E da massa bruta, ao sabor do artista, pela tortura do cinzel, poderá sair a figura hedionda dum monstro, a imagem dum demônio, o esplendor das formas femininas, o vulto magnífico dum herói ou o icone sagrado e luminoso de um deus. Assim acontece com os criadores de nações. Os Reis que esculpiram Portugal na bruta pedra de Guimarães eram guiados por um alto pensamento cristão e daquela pia primitiva, como duma cornucópia fantástica, sairam capelas e igrejas, catedrais e mosteiros, castelos e palácios, cruzes e brazões heráldicos que se fincaram em todas as praias do mundo e a sua agua benta cresceu, cresceu alastrou pelos mares,

levando a todos os horizontes aquelas náus de velas condecoradas pela Cruz da Ordem de Cristo, descobridoras de oceanos, de continentes e constelações, que semearam por toda parte outras pedras: marcos do Império, padrões dos achados, sinais das rotas, muralhas de abrigo e de defesa, paredes de hospícios e de escolas, pelourinhos simbólicos das autonomias municipais, silhares de templos, torres sineiras chamando os gentios à oração e com a grimpa luminosa da cruz apontando a amplidão do céu.

Halmalo, o marinheiro bretão, em uma das mais belas páginas do "Noventa e Três" de Vitor Hugo, diz ao Marquês de Lantenac que, na Bretanha, as pedras são enfeitiçadas, andam e cantam nas noites de lua cheia, e até vão beber aos regatos. Para quem sabe ler e para quem pode ouvir as pedras, elas teem vida. Que intensa, maravilhosa, vida dorme nas pedras de Portugal! Que vida elas revelam a quem ama Portugal! Somente quem ama — cantou Bilac — é capaz de ouvir e de entender estrelas. Somente quem ama Portugal é capaz de ouvir e entender a linguagem daquelas pedras, balbuciante nas citanias lusiadas, sussurrante nos ópidos latinos, orante nas arcarias romànicas, cantando cantos gregorianos nas naves góticas, recitando os Lusíadas nos rendilhamentos manuelinos, revivendo os minuetos nas atitudes barôcas.

Obra ingente dos Reis Fundadores, dos Reis Conquistadores, dos Reis Povoadores, dos Reis Lavradores, dos Reis Sábios, dos Reis Santos, dos Reis Navegadores, dos Reis Colonizadores! Obra ingente de gerações e gerações transmitindo umas

às outras, através das idades, o facho da mesma mensagem missionária e imperial, cujo éco ainda nos enternece quando penetramos os profundos sertões do Brasil e sentimos no falar e no pensar, predominando sobre os aportes do meio, das raças que se misturaram, dos hábitos que vieram de outras origens, a força de coesão que é o orgulho do Grande Brasil Unido, herança sem par daquela bruta pedra de Guimarães lavrada pela espada de Afonso Henriques.

Foi por isso que tão fundamente nos impressionaram as festas comemorativas do vosso duplo Centenário. Levastes oito séculos preparando essa eucaristia para a comunhão dos homens da Europa, da América, da Africa, da Ásia e da Oceania, que falam a vossa língua e de vós receberam as fecundas sementes da civilização cristã. Comunhão de entusiasmo no meio das displicências criminosas dos que dansam de olhos vendados sobre os abismos sociais. Comunhão de Fé na presença dos desânimos que assoberbam a humanidade.

Ainda se não apagou de todo no espaço do Império que fundastes pelas *sete partidas do Mundo* o éco das alvoradas de Guimarães assopradas nas longas e refulgentes tubas medievas pelos charameleiros alcandorados entre as ameias quase milenárias do castelo-berço de Portugal. Ainda não esmaeceu de todo na distância do tempo o brilho da conquistadora lâmina afonsina suspensa sobre o campo de Ourique ou alevantada de ponta para o alto na galilé da Sé de Lisboa, nos dias das comemorações votivas. Ainda desabrocham na noite as flores de fogo colorido daquela apoteose sem

igual que foi a partida de nossa Embaixada na praia histórica do Restelo. E já vindes, ó portugueses, avivar na alma daqueles que vos levaram o abraço filial do Brasil as letras de luz da mágica palavra de nossa lingua, palavra única no mundo, palavra cantada pelos prosadores e pelos poetas, palavra que ilumina nesta noite festiva os corações de todos os que aqui se encontram para vos render o preito de suas homenagens, palavra que se acendeu no cais de Belém, se refletiu no Tejo, as águas do rio entregaram às ondas do Mar e este veio trazer convosco no seio acolhedor da Guanabara, — a palavra SAUDADE!

Todos os portugueses, os que conhecem e os que ainda não conhecem o Brasil, teem saudade do Brasil. Todos os brasileiros, os que conhecem e os que não conhecem Portugal, teem saudade de Portugal. Portugal e Brasil são como aqueles parentes ou amigos ausentes ou remotos de quem tão contínua e comovidamente se fala no seio de uma familia que as crianças, nunca os tendo visto, crescem com a sensação de conhecê-los e com uma eterna saudade deles. Somos a Familia do Atlântico e tudo devemos fazer para continuarmos a ser a Familia do Atlântico. Os antigos Reis Colonizadores bem haviam compreendido isso, a significação futura das suas medidas, o valor futuro das duas margens do *Mare Nostrum*, quando faziam do governo de Angola degrau do governo do Brasil e, nas horas de perigo, mandavam para aquela possessão africana, que as armas dos fluminenses sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benevides retomaram aos flamengos, os homens ex-

perimentados na defensão da América Portuguesa. Do alto do promontório de Sagres, o Infante D. Henrique vislumbrou, no fundo do Mar Tenebroso, a miragem do Império Atlântico. O Grande Sonho realizar-se-á um dia, mais cedo ou mais tarde, pelas forças desconhecidas que atuam, a mandado de Deus, no fundo da alma dos povos, cujos destinos ele regula e conduz. Portugueses e brasileiros, somos visceralmente solidários na manutenção do patrimônio sagrado que herdamos daqueles oito séculos de glória.

Há os que enxergam entre os povos laços unicamente de simpatia, aproximações intelectuais de grande superfície e pouca profundidade ou ligações visando unicamente interesses econômicos. Para esses a história tem unicamente duas dimensões e, quando muito, três. Aos que a estudam com maior cuidado e a observam com maior atenção, uma quarta dimensão se esboça nas brumas das causas ignoradas. Uma nação não é só uma geração com estes ou aqueles sentimentos, não é só uma camada de escritores, poetas, artistas e pensadores, reunidos ou não em academias e institutos. Uma nação é muito menos uma casa comercial regulada pela sua escrita em partidas dobradas. Uma nação é uma continuidade formada por um povo ligado a um chão, canteiro ou jardim em que brotam as mais diversas plantas; é um anseio perene para grandes coisas, um destino, uma mensagem trazida ao mundo em nome de Deus; um Espírito Livre, uma Alma Imortal que governa muitas vezes os que pensam governá-la, que dirige quase sempre os que pensam dirigí-la.

Valerio Maximo, Frontino, Horacio e Plutarco aludem a um episódio ocorrido com um dos vultos ligados à história da antiga Lusitânia, o herói Sertorio. Certo dia, ele mandou colocar diante do seu exército dois cavalos, um gordo e de formidável cauda, outro magro e quase sem pelos. Ordenou que um soldado notavelmente forte arrancasse a cauda deste, mas o homem, tomando-a toda nas mãos, depois de exaustivos esforços, nada conseguiu. Ao outro determinou que um soldado fraco arrancasse a cauda e este o fez tirando cabelo a cabelo. Então, o general se levantou e disse:

— "A paciência pode mais do que a força e as coisas que se não conseguem vencer duma vez cedem facilmente atacadas umas depois das outras. A perseverança é invencível. Com ela o tempo assalta as grandes potências, as destrói e derruba. Mas é um aliado seguro para aqueles a quem a razão faz observar e aproveitar a oportunidade, do mesmo modo que se torna perigoso inimigo para os que são precipitados nos seus atos".

Meditemos nessa lição sobre o valor da paciência e da união, formando a força, que vem do remoto fundo da história peninsular.

Através do Atlântico, estreitam-se nesta hora os laços familiares das duas pátrias nascidas há oito séculos. Ouvistes no recinto da Assembléia Nacional a palavra eloquente de Edmundo da Luz Pinto e, no salão da Academia de Ciências, perfumado pelo século XVIII, a voz lírica de Olegário Mariano, que passou por Lisboa num rumor de apoteose. Falaram-vos ainda os diplomatas e os soldados do mar e de terra. Caio de Melo Franco,

os comandantes Frois da Fonseca e Amaral Peixoto, os tenente-coronéis Alencar Araripe e Afonso de Carvalho.

Entrais na casa do filho de Portugal, afim de retribuir essa visita, meu velho, eminente e muito querido mestre e amigo Sr. Júlio Dantas, à frente dum luzido séquito. Resposta às galas do espírito com outras gelas do espírito. Que hei de dizer de vós, que se não tenha dito melhor, nesta casa de Machado de Assis, que é vossa casa e onde já estivestes vai para alguns lustros, quando ainda habitávamos o velho prédio do Silogeu, onde eu, na casa dos trinta anos — ai de mim! — gozava minha lua de mel acadêmica? Que hei de dizer de vós senão que, ao findar o curso de humanidades, já recitava a "Ceia dos Cardiais" e me deliciava com aquela cena da Severa em que o Marialva, enumerando suas proezas de toureiro, de bolieiro e de amor cigano, exclama:

— "Então, Marquesa, isto é descer?"

Mal poderia imaginar por esse tempo que ano a ano me fosse subindo nalma, à maneira dágua que cresce num rio, a admiração pelo estilista e pelo cronista, pelo crítico e pelo teatrólogo, pelo poeta e pelo novelista, pelo historiador e pelo diplomata, que tudo isso sois em grande e belo formato, carregando tanta glória com a simplicidade dos homens superiores. Mal poderia imaginar que ano a ano, através do mar, carta vai, carta vem, livro vem, livro vai, se formasse e se firmasse uma amizade que é o título maior com que me honro nesta noite.

Amizade mais recente, porem não menos viva

e honrosa, a que me prende a Augusto de Castro, jornalista, orador, escritor, diplomata e político, lustre da cultura portuguesa. Quero lembrar aqui as vezes, em que, cheio de prazer e de encanto, o ouví falar nas inaugurações da Exposição dos Centenários, sempre brilhante, variado e profundo nos seus magistrais discursos, quanto nos artigos do "Diário de Notícias", minha leitura infalvel pelas manhãs, em Lisboa, quando o sol atirava frechas de ouro nas vidraças das casas que eu avistava de minhas janelas trepando pelas colinas.

A arte portuguesa, o sabor especial dos primitivos, os quadros de antanho, tão originais e cheios de vida, ensinaram me a admirar e a querer bem a Reinaldo dos Santos, a esquecer nele o grande médico para ver tão sòmente o apaixonado da arte, o escritor primoroso, o orador perfeito com quem me defrontei num dia de sol ao entregar a Portugal em nome do Brasil a cópia do monumento de Pedro Álvares Cabral. A admiração e à amizade preciso acrescentar a gratidão pelo que me ensinou nas suas obras e pelo maior culto à beleza que soube me incutir.

As idéias corporativas ressurgidas do olvido e modernizadas no sentido da reação do coletivo contra o individual nos novos âmbitos do Estado encontraram em vós, sr. professor Marcelo Caetano, um intérprete admiravel e admirado no seio da nação, onde a mocidade pode erguer os braços para o sol no gesto milenar que afirma a civilização mediterrânea. Jurista e jornalista, as várias facetas de vossa ilustre personalidade se multiplicam em brilhos diante de nossos olhos.

Representante da Assembléia Nacional, cúpola da Nação Portuguesa, o sr. João Amaral, mais do que político e sociólogo, é um jornalista integral formado naquela escola doutrinária com que Antônio Sardinha coroou de lumes tão vivos a moderna cultura lusitana.

O sr. Capitão de Fragata Vasco Lopes Alves encarna a gloriosa tradição da Marinha Portuguesa. Astrônomo, dirigiu observatórios, lendo no curso dos astros as indicações dos antigos roteiros. Administrador, governou colônias. Aeronauta, navegou pelo espaço, depois de haver navegado pelos mares.

O sertão africano, entre as espadas que faulharam nas últimas campanhas, viu brilhar o do Major Carlos Afonso dos Santos, obediente à tradição ancestral. Disse o nosso Castro Alves que não cora o livro de ombrear com o sabre, nem cora o sabre de chamá-lo irmão. Romances e peças teatrais, obras didáticas e artigos de jornal subscritos pelo pseudônimo já notavel de Carlos Selvagem não coram de ombrear e de chamar irmão ao sabre que desembainhou na guerra Carlos Afonso dos Santos.

A diplomacia do Portugal moderno tem no senhor Manoel Rocheta um exemplo de eficiência e de cultura, uma esperança que o futuro afirmará.

Visita tão auspiciosa merecia arautos de primeira grandeza. Anunciaram-na as figuras de dois notaveis colaboradores do Governo Português: Antônio Ferro, polarizador de inteligência moças no Secretariado de Propaganda; Julio Cayolla, apai-

xonado criador de edições maravilhosas sobre os roteiros e os livros de marinharia do Império Português.

Benvindos sejais, Representantes de Portugal, dêsse Portugal que hoje se afirma mais uma vez ao mundo em delírio, como uma terra de cultura, de dignidade e de paz. Portugal dos Afonsos, dos Sanchos, dos Joões, d'aquem e dalem mar em África, que fez dos arquipélagos atlânticos as alpondras da travessia do *mare magno*. Portugal restaurado, revivido e renovado milagrosamente com o coração dêsse soldado extraordinário pelo patriotismo e pela bondade que é o General Oscar Fragoso Carmona e com a inteligência dêsse estadista invulgar pelo seu ascetismo do poder, pela serenidade crista das suas atitudes, o dr. Oliveira Salazar. A Academia Brasileira os sauda e os louva pela escolha admiravel, testemunhando-lhes a sua admiração.

A Academia Brasileira honra-se com a vossa presença e eu, que ela houve por bem escolher para vos saudar, não somente me honro com a incumbência como me sinto com ela emocionado. Porque a vossa visita acorda mais forte em mim a saudade dos amigos fiéis e muito queridos que deixei em Portugal, cujo convívio espiritual me enchia de alto prazer, a saudade de muitos meses de vida andeja, de Valença e Monção a Faro e Sagres, das praias torturadas do Atlântico às neves dos montes da fronteira espanhola. Percorri aquelas terras, cortadas de estradas, entre as giestas da primavera, ao calor do estio, no lirismo do outono e com as friagens do inverno, com amigos vivos e

com amigos mortos, desses mortos que não morrem nunca dentro de nossos corações.

Silva Lopes levava-nos a Mafra ouvir os carrilhões domingueiros. Luciano Ribeiro, a Alenquer, Villa das Rainhas, ver o convento de S. Francisco ou, mais adiante, a igreja da Merceana, quando não a Vila Franca de Xira para a festa do Colete Encarnado. Mendes Corrêa, a Leça do Bailio, solene cubelo de pedra templária, ou ao Castelo da Feira, olhar uma luz de balada do Reno por entre as ameias feudais. Rocha Madahil, à Sé românica de Coimbra, historiada de epigrafias. Este queria que eu visse a ermida de S. Pedro dos Cabeços em Castro Verde. Aquele, a quadrada torre de menagem de Moura ou a igreja de Arões, em Fafe. Aquele outro, a igreja de São Tiago das Antas, em Famalicão, ou os brasonados pelourinhos bragantinos. Jóias, preciosidades do passado.

Quantas vezes me surpreendi, como a voltar dum sonho remoto, no convento dos Jerônimos, entre os túmulos do Gama e de Camões; ao pé da estátua jacente de Afonso Henriques, na igreja, de Santa Cruz; no meio das sepulturas da Inclita Geração, no panteon da Batalha; ou de D. Teresa e do Conde D. Henrique, na Sé de Braga, ou dos eternos amorosos D. Pedro e D. Inês, no mosteiro de Alcobaça!

Os mortos que não tiveram senão a vida da imaginação, vida emprestada pelos romancistas e poetas, como D. Jaime, levavam-me numa noite de chuva à Cava do Viriato, em Vizeu, e numa noite de neve às tascas do fundo da soturna Sé gótica da Guarda. Os mortos-vivos do pensamento guia-

vam-me a outras paragens. Eça de Queiroz andava comigo todos os dias pelo Aterro, pela rua do Alecrim, em Lisboa, ou pelas vielas cortadas de arcos mouriscos de Leiria. Alexandre Herculano mostrava-me nos plainos tostados do Alentejo, ao pé de Beja, a mesnada do Lidador, pendões ao vento. Ramalho Ortigão descrevia-me com entusiasmo a simbólica janela do Convento do Cristo, em Tomar. E Antônio Sardinha, meu mestre, meu querido mestre, conversava comigo baixinho à sombra violeta dos muros de Elvas.

E outros mortos, os mortos desconhecidos, os mortos ignorados, os mortos que já morreram há séculos e séculos, porem continuam ditando leis lá dentro de nós, coro de sombras avoengas diluídas nas penumbras da alma, esvanecidas nos glóbulos do sangue, de quando a quando me detinham, me diziam coisas, me cochichavam segredos. Numa volta de estrada, sob olaias floridas de roxo quaresmal ou ao pé de choupos esguios como velhos candelabros, que eu me lembrava de ter visto não sabia onde; diante do claro oitão duma quinta aninhada entre oliveiras cinzentas, que eu pensava reconhecer; ao pé dos muros crenulados dum lanço de muralha fernandina ou dum castelo roqueiro, que jurava já ter visto; nas pontes de arcos romanos cavalgando os rios vagarosos, ou no adro das velhas igrejas, ou no pátio dos antigos paços, umas vezes onde as fontes gemiam saindo dos canaletes de pedra, outras onde as estátuas claras emergiam dos tufos de buxo, a mão sutil me fazia parar, a voz sutil me ciciava:

— Foi aqui... um dia... uma vez...

Gesto e voz do Alem, dum Pereira, dum Cunha, dum Barroso de tempos idos, muito idos, mergulhada há séculos no sangue da minha família, no sangue da minha raça...

Isso que eu sentia, que sempre senti, que sentirei sempre em Portugal, *isso* está no âmago de todo brasileiro de verdade, de todo brasileiro cento por cento como eu. Às vezes é o respeito humano que não permite a confissão, respeito humano, atitudes interesseiras, falsas ou preconcebidas. *Isso* está em toda a história do Brasil.

No Primeiro Ato do "Aiglon" de Edmond Rostand, o Duque de Reichstadt diz a Maria Luiza, sua mãe:

> *"Oui, Metternich, ce fat*
> *Croit avoir sur ma vie écrit: — Duc de Reichstadt!*
> *Mais haussez au soleil la page diaphane:*
> *Le mot Napoléon est dans le filigrane!"*

Desde as epopéias bandeirantes, escrevemos a nossa história, na ousada marcha para o Oeste, decifrando os enigmas do Sertão, escrevemo-la com o sangue de três raças na guerra contra os holandeses, duas vezes coroadas pela vitória nos campos dos Guararapes; escrevemo-la com o ouro de nossas minas e os diamantes dos nossos garimpos; com o suor do nosso trabalho nas lavouras latifundiárias; escrevemo-la com o martírio dos Inconfidentes, com as lutas pela posse das fronteiras meridionais cubiçadas pelo castelhano; com a constituição do Reino e a formação do Império, de Caiena ao Rio da Prata; com a sabedoria de

Dom Pedro II e com a espada unificadora de Caxias; com as vitórias de Caseros, de Paisandú, de Riachuelo, de Tuiutí, de Avaí, de Lomas Valentinas e de Campo Grande; com a libertação dos escravos e com a República. A palavra Brasil enche durante esses três séculos as páginas da história: Brasil, Brasil, Brasil! Mas, ponde contra a luz solar da verdade essas páginas diáfanas e vereis continuamente nas filigranas o nome glorioso de Portugal.

"O RIO DE JANEIRO COMO É"

MEMÓRIAS DE UM OFICIAL MERCENARIO ALEMÃO QUE VIVEU NA CÔRTE DO PRIMEIRO REINADO

OS livros das pessoas que visitaram o Brasil nos tempos passados teem um encanto todo especial. Lê-los é como se conversássemos com essas testemunhas de fatos, personagens e costumes desaparecidos. A nossa curiosidade romântica, sequiosa de pormenores, neles se desaltera. Sobretudo se tais livros se referem ao período de D. João VI e de D. Pedro I, Brasil-Reino e Primeiro Reinado.

Porque neles alvorece a nacionalidade, o País emancipa-se, torna-se maior, e tudo nele nos parece mais peculiar, mais brasileiro, mais nosso. Além disso, quase toda a gente conhece as reproduções de esboços, desenhos e aquarelas de CHARLES LANDSEER, de CHAMBERLAIN, de DEBRET e de RUGENDAS, com as ruas, as figuras e as cênas do Brasil de antânho, especialmente do Rio de Janeiro. E são essas ruas, figuras e cênas que descrevem com as mais vivas côres da palavra, em pinturesca linguagem os autores a que aludimos. Daí seu êxito. Lemos neles o que nossos olhos viram nas gravuras. E, assim, viajantes ou meros visitantes, naturalistas e artistas, navegantes e soldados que conheceram e descreveram o Brasil de nossos avós

logram atualmente uma voga e uma fama que não conseguiram no tempo em que editaram suas obras.

Muito raras são hoje as que já não foram traduzidas do inglês, do francês e do alemão, e reeditadas. Êsses interessantes depoimentos de testemunhas de vista do Brasil antigo, antes unicamente ao alcance de eruditos e especialistas, devido à língua em que foram vasados e à sua raridade e careza, acham-se agora em vernáculo ao alcance de qualquer bolsa modesta.

Entre as pouquíssimas obras ainda não traduzidas, a mais rara e interessante é, sem dúvida, a de C. Schlichthorst, que viveu no Rio de Janeiro durante o apogêu do Reinado de D. Pedro I como oficial dum dos Batalhões de Granadeiros composto de mercenários alemães existentes naquela época.

Vários foram os mercenários que nos legaram por escrito as suas impressões do Brasil, na maioria com desagrado: "*O Brasil como País independente*", de Von Schäffer; "*Memórias da campanha de* 1827 *contra Buenos Aires*", de Von Seweloh; "*Quadros alternados*", de E. T. Bösche; "*Dez anos no Brasil*", de Carlos Seidler; "*Contribuições para a história da guerra entre o Brasil e Buenos Aires de* 1825 *a* 1828", de Carlos Leenhof; "*Retrospecto da guerra contra Rosas*", de Silber; finalmente, "*O Rio de Janeiro como é*", de Schlichthorst.

Êsse livro, editado na cidade de Hanover, em 1829, por meio de subscritores é, hoje em dia, raríssimo, conhecendo-se, no Brasil, sòmente, a existência de três ou quatro exemplares. Contém minuciosa e viva descrição da vida social, religiosa, política e militar do Brasil, especialmente, de sua Capital, verdadeiramente notável. Demais, um histórico da literatura brasileira desde sua origem,

com interessantes impressões sôbre Santa Rita Durão e Basilio da Gama, e um retrospecto da nossa história, especialmente dos acontecimentos ligados à Independência verdadeiramente digno de nota.

E' uma obra, cujos pequenos defeitos e enganos ou julgamentos apressados são compensados devidamente pelo encanto do autor em face da natureza e de certos aspectos da vida no Brasil. Êle põe em relêvo as boas qualidades do nosso povo e demonstra a cada passo a fé no nosso futuro. Escreve com bom gôsto literário e dá provas de uma cultura invejável na sua posição e idade, naquele tempo. Alguns de seus pormenores são verdadeiras revelações originais. Outros vêem em apôio de outros testemunhos.

Narra a sua vinda para o Brasil e como viveu no Rio de Janeiro até 1826. Seus rápidos contactos com as grandes figuras do tempo: O Imperador, a Imperatriz, D. Maria da Glória, o Conde da Cunha, o Conde de Lages, a Marquesa de Santos. Desfilam em suas páginas os diplomatas, os fidalgos, os generais, os cortezãos da época. Ouvimos os grandes oradores sacros. Vemos os soldados, o poviléu, os escravos, as ruas, os arrabaldes, os costumes, o folc-lore, o teatro carioca. Homem culto, escreve literariamente o que observou com agudeza. Tem idéias filosóficas e externa conceitos políticos. E' poeta. Convencidos de ser o seu livro — "*O Rio de Janeiro como é*" — manancial de preciosas informações sôbre nosso passado e o de mais notáveis entre quantos foram publicados no gênero, e de que não poderia continuar olvidado, — a Editora Getulio Costa fê-lo traduzir por Gustavo Barroso e Emmy Dodt, com anotações e apostilas, pondo-o ao alcance fácil dos letrados e do público em geral.

A edição será profusamente ilustrada em os aspectos do Rio de outróra, a que se refere o autor

da obra. Algumas dessas ilustrações apresenta documentos inéditos e outros quase inéditos, revelando cousas interessantes. Nas numerosíssimas notas pode-se dizer que está resumida, com rigorosa documentação, a história da cidade do Rio de Janeiro, com os nomes antigos dos seus logradouros públicos e os nomes modernos correspondentes.

(*Ilustração Brasileira* — N.o 101 de Setembro de 1943)